

ISSN 1980-797X
ISSN 1982-2162 *online*

fepam em revista



Revista da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler

Volume 13 • Número 1 • Edição Comemorativa • 2020

FEPAM em Revista v.13, n.1, 2020

Publicação periódica de divulgação técnico-científica da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM, órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

Missão

Estimular a documentação e a divulgação dos conhecimentos e informações produzidas na Fundação, divulgar estudos nos campos das ciências ambientais e ações de gestão ambiental, contribuindo para a atualização e o fortalecimento do setor ambiental, e o crescimento da consciência ambiental na Sociedade.

FEPAM em Revista é editada e organizada inteiramente pela **Comissão Editorial** da FEPAM. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Comissão Editorial

Coordenadora

Kátia Helena Lipp Nissinen

Secretária

Sílvia Maria Jungblut

Arno Leandro Kayser | José Alberto Wenzel | Juliano Batista dos Santos | Lilian Maria Waquil Ferraro
Nina Rosa Rodrigues | Taison Anderson Bortolin | Vanessa Trindade

Colaboradora desta edição

Carolina Marini Steck

Revisão Textual

Katia H. Lipp Nissinen | Press Revisão

Diagramação, Editoração Eletrônica e Capa

Kaéle Finalizando Ideias

Impressão

Gráfica Pallotti

Exemplares produzidos com materiais sustentáveis – Distribuição gratuita

Imagens

Cedidas do acervo FEPAM e de particulares

Endereço Eletrônico

<http://www.fepam.rs.gov.br/fepamemrevista/default.asp>

Endereço para Correspondência

FEPAM em Revista - Coordenação da Comissão Editorial
Rua Borges de Medeiros, 261, sala 707, DILAB, FEPAM, Porto Alegre – RS – CEP 90020-021 – Brasil
e-mail: comissaoeditorial@fepam.rs.gov.br – Fone: (51) 3288-9534

Publicação indexada internacionalmente por CAB ABSTRACTS.

Classificação no Sistema Qualis de Periódicos CAPES.

F383 Fepam em Revista: revista da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler / FEPAM. – vol. 1, n.1 (2007) - . Porto Alegre: FEPAM 2007-

Semestral
ISSN 1980-797X / ISSN 1982-2162 *online*

1. Proteção Ambiental - Periódico 2. Meio Ambiente – Periódico
I. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler.

Sumário

EDITORIAL	6
PALAVRAS	8
Sinergia entre desenvolvimento e proteção ambiental	8
A essência e a construção de uma história dentro da FEPAM	9
NOTA EXPLICATIVA	10
Henrique L. Roessler – LuiZ ou LuiS?	10
RELATOS HISTÓRICOS	11
FEPAM 30 anos: narrativa da criação de uma utopia permanente	11
Quem foi Roessler	27
ARTIGOS	29
O papel da Assessoria Jurídica: perspectivas e desafios	29
Tradição e inovação em comunicação	32
PALAVRAS	34
FEPAM: uma trajetória de vida	34
ARTIGOS	35
Divisão de Licenciamento – DL	35
Divisão de Emergências Ambientais - DEAMB	36
Departamento Agrossilvipastorial – DASP	39
Divisão de Agrotóxicos – DIAGRO	39
Divisão de Aquacultura e Culturas Perenes – DILAP	39
Divisão de Culturas Agrícolas – DILCA.....	39
Divisão de Criações – DILC	39
Departamento de Licenciamento e Controle – DECONT	44
Divisão de Controle da Poluição Industrial – DICOPI	45
Divisão de Energia – DIGEN	47

Divisão de Resíduos Sólidos e Áreas Contaminadas – DIRS	48
Divisão de Infraestrutura e Saneamento Ambiental- DISA	49
Divisão de Mineração – DMIN	51
Departamento de Fiscalização – DF	52
Divisão de Atendimento ao Ministério Público e Poder Judiciário – DEMJ	52
Divisão de Fiscalização Ambiental – DIFISC	54
Divisão de Laboratórios – DILAB.....	55
Departamento de Gestão Descentralizada – DGD.....	59
Gerência Regional Campanha – GERCAM	60
Gerência Regional Centro Leste – GERCEL.....	61
Gerência Regional Central – GERCEN	62
Gerência Regional Litoral Norte – GERLIT	64
Gerência Regional Noroeste – GERNOR.....	65
Gerência Regional Planalto – GERPLA.....	66
Gerência Regional Serra – GERSER.....	67
Gerência Regional Sul – GERSUL.....	68
Departamento de Qualidade Ambiental – DQA.....	69
Divisão de Planejamento Ambiental – DIPLAN	69
Divisão de Monitoramento Ambiental – DIMAM	69
Divisão de Inteligência Geoespacial – DIGEO	69
LINHA DO TEMPO	74
PALAVRAS	76
A Diretoria Administrativa e sua posição no contexto organizacional da FEPAM.....	76
ARTIGOS.....	79
Divisão de Informática e Sistemas – DIS	79
Departamento de Administração Geral – DEADG	81
Divisão de Recursos Humanos – DRHU	81
Divisão de Administração de Materiais – DADM	81
Divisão de Serviços Gerais - DSGE.....	81
Divisão de Recursos Humanos – DRHU	83
Biblioteca / Serviço de Documentação – SEDOC	85

Departamento de Finanças - DEFIN	87
Comissão de Recursos Humanos – CORH	89
Associação dos Servidores da FEPAM – ASFEPAM	90
DEPOIMENTOS	92
Que FEPAM queremos e precisamos para os próximos trinta anos?	92
Focada em ações de monitoramento	92
Voltada para o futuro	93
Fortalecida por interrelações pessoais e de amizade	93
Modernizada sobre os pilares originais	93
Mensageira da odisséia ambiental.....	94
Referência institucional.....	95
Qualificada, precisa, atualizada e confiável.....	95
Interativa e compromissada	96
Descentralizada, colaborativa, célere e próxima da sociedade.....	96
Ampliada e incentivada para pesquisa e educação ambiental.....	97
Cooperativa, construtiva e sustentável	97
Reconhecida, relevante e formadora	98
ALMANAQUE AMBIENTAL	98
Pequeno glossário de “conceitos e causos ambientais” extraídos de processos, vistorias e reuniões	98
<i>In memoriam</i>	101
Pilares da nossa história	102
ÁLBUM DE RECORDAÇÕES	103
AGRADECIMENTO	107

Editorial

A relação do ser humano com o ambiente natural no qual se insere vem, historicamente, adquirindo crescente importância. A percepção dos reflexos das ações humanas no meio ambiente ensejou o surgimento de iniciativas voltadas para a proteção e a preservação da natureza. Em especial, nos últimos 60 anos, o tema ampliou-se nas sociedades industrializadas, através de alertas de grandes personalidades, cientistas e de grupos de cidadãos amantes do ambiente natural. Várias vozes, mundo afora, foram ecoando denúncias contra os impactos negativos de ações humanas. Entidades de proteção à natureza surgiram, em um movimento de caráter político e, superando a fase mais contemplativa anterior, assumiram maior ênfase em uma visão científica, social e de defesa da saúde humana.

No Rio Grande do Sul, esse processo também aconteceu e cresceu na esteira do ativismo inaugurado por Henrique Luiz Roessler e sua União Protetora da Natureza na primeira metade do século XX, consolidando-se, no início da década de 70, pela ação de José A. Lutzenberger e seus seguidores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN. A partir de então, outras organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas gradativamente se somaram às ações de engajamento da sociedade na conservação da natureza, através da conscientização à mudança de hábitos, proposição de alternativas às políticas públicas, vigilância, dentre outras.

Respondendo às demandas da sociedade, o Governo Estadual deu início a um processo de construção institucional que resultou na criação da FEPAM em 04 de junho de 1990. Fato que representou a culminância da busca, pela sociedade gaúcha, de uma instância balizadora de um meio ambiente equilibrado, em consonância com o desenvolvimento. Ao longo do tempo, a Fundação tem acompanhado as demandas sociais, representando uma sólida base de gestão e planejamento ambiental na esfera pública. Através das várias atividades desempenhadas por nossa Instituição, há uma constante busca por medidas mais eficazes ao aperfeiçoamento da proteção ambiental no Estado. Para tanto, concorrem e convergem as relações interinstitucionais entre a FEPAM e os órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA e do nacional SISNAMA.

A FEPAM hoje conta com 470 colaboradores diretos, dos quais 340 são servidores de seu quadro de empregados, apoiados por terceirizados de serviços de informática (10) e de limpeza (10), estagiários remunerados (92), e bolsistas de iniciação científica (17). Com esta capacidade de trabalho, estamos completando três décadas de esforços que dignificam nosso Estado e o projetam como referência em gestão ambiental.

FEPAM em Revista, uma publicação que, desde sua concepção há 15 anos, objetiva divulgar trabalhos realizados interna e externamente para a melhoria do setor ambiental, vem através desta edição celebrar os 30 anos da nossa Fundação. Para a data especial, nós, da Comissão Editorial da FEPAM, fomentamos a construção coletiva de um retrato histórico e atual da Instituição.

Assim, abrimos espaço para os setores escreverem sobre seu trabalho, histórico, composição de suas equipes e perspectivas presentes e futuras. Através deste conteúdo, pretendemos ampliar, dentro e fora da FEPAM, o conhecimento acerca da sua criação, missão, organização e do papel atual das suas equipes. Nestas páginas, o leitor encontrará ainda uma linha do tempo e relatos de fatos marcantes da trajetória ambiental no Estado. Desejamos também provocar reflexões sobre o órgão ambiental que queremos, para seguirmos construindo e praticando serviços cada vez mais eficientes.

Ressaltamos, ainda, que a pandemia da COVID-19 deflagrada em 2020, concomitantemente à produção desta edição, muito nos desafiou. Durante o preparo desta revista, enfrentamos longas horas de teletrabalho, separadamente em nossas casas, em condições operacionais precárias e com um prazo bastante exíguo. Contudo, o anseio por esta homenagem e a divulgação dos conteúdos nos mobilizou a superar as dificuldades. E dentro desse contexto, estamos entregando o presente volume especial e histórico de *FEPAM em Revista* à apreciação dos seus leitores.

Agradecemos a todos que contribuíram para a elaboração desta edição. E desejamos aos leitores uma agradável leitura e descobertas.

Comissão Editorial da FEPAM



Membros da Comissão Editorial no ano 2020, de cima para baixo e da esquerda para direita: Bibl. Sílvia M. Jungblut; Biól. Dra. Kátia H. Lipp Nissinen (Coordenadora); Eng. Agr. Arno L. Kayser; Bel. em Direito Juliano B. dos Santos; Geóg. MSc Lilian M. Waquil Ferraro; Geól. MSc José A. Wenzel; Jorn. Vanessa Trindade; Biól. MSc Nina Rosa Rodrigues; Eng. Amb. Dr. Taison A. Bortolin.

Sinergia entre desenvolvimento e proteção ambiental

Artur Lemos Júnior*



Os 30 anos da FEPAM estão entrelaçados com a história do Rio Grande do Sul e os dois caminham juntos rumo ao progresso. Durante sua trajetória, a Fundação cresceu, amadureceu e hoje serve de modelo para esta terra. Uma instituição que nos enche de orgulho em dizer que é daqui.

Mesmo sendo vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), a FEPAM mantém sua autonomia, porém a sinergia entre os dois órgãos é evidente. Na promoção do desenvolvimento, FEPAM e SEMA atuam de forma alinhada com o objetivo de tornar o Estado atrativo aos empreendedores, reduzindo a burocracia e ampliando o cuidado com o meio ambiente.

A Fundação, nos seus maduros 30 anos, tem o “reinventar” nas suas raízes. Uma grande prova disso é o momento pelo qual passamos neste ano de 2020 e que não poderia deixar de ser citado: o enfrentamento a uma pandemia devastadora e mundial. Mais uma vez, a FEPAM serviu de modelo, alinhada com os anseios do Estado.

A Fundação demonstrou capacidade de inovar, provando que nada poderá parar uma instituição com o peso e a história da FEPAM. Com o auxílio de muitas mãos e da tecnologia, novas ferramentas foram colocadas em prática, números batidos dia após dia e novos recordes atingidos, gerando frutos positivos a todos.

As novas soluções ao desenvolvimento do meio ambiente estão em constante construção, na busca pelo equilíbrio por um Estado sustentável. Para os colaboradores da FEPAM que vêm erguendo essa trajetória, desejamos um feliz aniversário e vida longa a todos os que levam a proteção ambiental no seu DNA.

* Secretário Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura

A essência e a construção de uma história dentro da FEPAM

Marjorie Kauffmann*



A pessoa que se enxerga aos 30 anos lembra-se de si aos 15. Ela, que viveu seus 15 anos da maneira intensa, hoje contempla reflexiva, sobre a sua trajetória aos 30. O mesmo acontece com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Agora, completando seus 30 anos, se vê colhendo os frutos de um caminho construído com solidez e pioneirismo. Reconhecida por seu ímpeto, já é referência na área ambiental em todo país.

Assim como essa jovem Fundação, cheia de propósito e significados, eu, Marjorie Kauffmann, me recordo do dia 09 de outubro de 2007, quando, aos 25 anos, ingressei como analista da equipe do Serviço de Licenciamento de Aquicultura e Culturas Agrícolas (SELACA) da FEPAM. Conheci e aprendi muito, com pessoas dispostas a realizar, a transformar o Rio Grande do Sul, a construir legados e a proteger o meio ambiente com excelência. Trago na minha mala aquelas experiências que me transformaram como profissional.

Atualmente, 13 anos depois do início da caminhada, assumi oficialmente minha etapa como presidente desta Instituição. O propósito, a essência e o legado continuam os mesmos. O meu e o nosso. No entanto, agora o caminho é novo.

Muitos foram aqueles que estruturam a Fundação. As pessoas que aqui estiveram, estão ou que ainda devem se juntar a este grupo vêm com a importante missão de equilibrar o desenvolvimento necessário ao Estado e a conservação ambiental com sustentabilidade.

Neste novo tempo, a FEPAM tem o privilégio de ter uma bagagem consistente, contando com colaboradores, sejam jovens ou maduros, bem-intencionados, sob uma gestão que apoia a inovação e a otimização dos procedimentos por meio do uso das tecnologias atuais.

Ao adicionar mais estes elementos no nosso processo de gestão, vislumbro vida longa e próspera a esta Fundação e, conseqüentemente, tranquilidade para o Estado, que pode empreender sem receio e conservar, na medida ideal, para manutenção das nossas riquezas.

Hoje parablenzo e agradeço. Por, assim como em nossa história, também ter a oportunidade de olhar para trás e enxergar uma trajetória fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, sigo com a certeza de que a FEPAM é mais que somente um órgão inserido no governo, mas parte decisiva e primordial na vida dos gaúchos.

* Diretora-Presidente

NOTA EXPLICATIVA

Henrique L. Roessler – LuiZ ou LuiS?



Existe uma famosa confusão pública sobre a grafia do segundo nome do patrono da FEPAM.

Em alguns textos aparece como Luiz. Em outros, como Luis. Seu nome de batismo e registro é Luiz, conforme atesta a autora de sua biografia, Elenita Malta. A família Roessler confirma e reclama da grafia com o “s” sempre que tem oportunidade.

A provável origem da confusão deu-se quando o memorável Augusto Carneiro (um dos principais fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN) publicou, em 1986, um livro com as principais crônicas de Roessler. Não se sabe bem porque, mas o fato é que na primeira edi-

ção o nome saiu como Henrique Luis Roessler.

A partir daí, o nome do pioneiro ambientalista voltou a se popularizar no Estado, passando a ser usado em muitas denominações de espaços públicos, eventos e instituições. Em várias dessas, também foi redigido e registrado de modo errado. Inclusive na hora de batizar a FEPAM com seu nome.

Está na hora de rever isso. Ao menos, no nome da nossa Fundação.

Devemos reconhecer que, se quisermos sobreviver, teremos que nos manter próximos à natureza. [...] Temos toda a razão em nos apressar. O amor à Natureza não deve perecer.

05.06.1959.

Existe muita gente ignorante e mal educada que não gosta da natureza, que tem ódio do mato, porque nele não há ruas asfaltadas, nem chaminés fumegantes, nem o barulhento borborinho das cidades.

01.03.1963.

RELATOS HISTÓRICOS

FEPAM 30 anos: narrativa da criação de uma utopia permanente

Claudio Dilda*



A história da gestão ambiental pública no Rio Grande do Sul remonta à década de 1950, quando das primeiras providências do poder público estadual em relação a impactos no ambiente que, por sua intensidade e características, exigiam vigilância e ações por parte das autoridades. É o caso da criação do Conselho de Controle da Poluição das Águas do Estado do Rio Grande do Sul, em 1957 e, no ano seguinte, ampliando as competências, transformado em Conselho de Controle da Poluição das Águas e do Ar. Começando pequeno, não ainda como órgão executivo, posto que Conselho, mas dando início a um processo que perdura até os dias atuais, quando a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler completa 30 anos de existência; aliás, bem mais longeva do que a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) (cinco anos) e do Departamento de Meio Ambiente (DMA) (onze anos). Confesso, tenho a convicção e o hábito analítico de desconfiar de tudo que começa grande. O padrão é começar pequeno e ir crescendo de acordo com as reais necessidades, a conformação dos desafios e o estabelecimento dos objetivos a serem atingidos, sempre tendo sustentação em bases sólidas para não soçobrar diante de quaisquer adversidades, que na área ambiental não são poucas.

Como advertência inicial, chamo a atenção do leitor para o fato de que, no desenrolar do texto, faço questão de ir e vir nas abordagens e de repetir, sempre que oportuno, dados, informes, datas, fatos. Não para ser enfadonho ou chato, e nem se trata de estratégia literária, mas como recurso para chamar a atenção para o que me pareceu ter sido basilar no decorrer dos últimos 70 anos. E pelo peso que tiveram, em diversos momentos e diferentes contextos, os processos de mudança, sempre ou quase sempre, esperados não raro fugiram às expectativas e às reais necessidades no âmbito das proposições e dos cenários ambientais presentes e suas projeções futuras.

* Historiador, atuante no cenário ambiental do RS, ocupou os seguintes cargos: Secretário de Meio Ambiente do Estado (1º/04/2006-31/12/2006); Diretor-Presidente da FEPAM (04/06-08/1991 e 1º /01/2003-31/03/2006); Diretor Técnico da FEPAM (03/1995-11/1996); Diretor do DMA (08/1987-12/1990, presidindo a FEPAM até 31/03/1991); Diretor Adjunto do Departamento de Meio Ambiente DMA/SES-RS (03/1987 a 08/1987), Assessor Técnico da SEMA (03/2015-12/2019). Caixa Postal 20, CEP 95320-000 - Nova Prata, RS. E-mail: dildaclaudio@gmail.com.

Impossível abordar a criação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM) sem resgatar a ampla gama de antecedentes ocorridos em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Isso por que não resultou de decisão de um iluminado, nem de passe de mágica, mas de uma construção permanente, ora no bojo de processos mais dinâmicos, ora em ritmo de espera, ou, ainda, tendo que agir pela inexistência de alternativas diversas, como foram os casos da Borregaard, em Guaíba, e da Maré Vermelha na Praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, por exemplo.



Maré Vermelha no Balneário de Hermenegildo e resultante mortandade de animais marinhos, março-abril de 1978 (Fonte: betoorcy.blogspot.com).

Originalmente, nas décadas de 1930 e 1960, os problemas ambientais, advindos do processo de industrialização no Brasil e no Rio Grande do Sul, levaram à criação dos esboços iniciais de políticas ambientais e da organização de estruturas para delas dar conta. Essencialmente, contudo, essas foram estabelecendo normas para o lançamento de resíduos nos recursos hídricos, principalmente da indústria açucareira, através do Decreto Federal Nº 23.277, de 23/01/1934 e, no mesmo ano, do Decreto Federal Nº 23.643, de 10/07/1934, instituindo o Código de Águas. Importante ressaltar que, em todo o Brasil, ações concretas de gestão ambiental inexistiam ou eram muito tímidas, neste caso, sempre voltadas para o controle da poluição.

Concretamente no Rio Grande do Sul, os problemas de poluição começavam a ser percebidos nos polos industriais (Porto Alegre, Rio Grande/Pelotas, Novo Hamburgo/São Leopoldo, Caxias do Sul), enquanto as políticas de Estado voltavam-se essencialmente para o abastecimento de água e, complementarmente, a implantação de redes de esgoto a fim de evitar a proliferação de vetores e a transmissão de doenças de veiculação hídrica, propostas pelo Plano de Saneamento da Secretaria de Obras Públicas de 1953. Em agosto de 1957, foi criado o Conselho de Controle de Poluição das Águas do Estado do Rio Grande do Sul pelo Decreto Estadual Nº8.009. Embora sem atribuições para propor ou formular políticas aos recursos hídricos do Estado, esse pode ser considerado, intencional ou não, o germe para a criação das políticas e dos órgãos ambientais que surgiriam anos mais tarde. Em 1965, pelo Decreto Estadual Nº 17.440, o Conselho de Controle de

Poluição das Águas teve incremento de responsabilidades, passando a ser Conselho de Controle da Poluição das Águas e do Ar. Na reestruturação da Secretaria da Saúde, esse Conselho foi extinto e suas atribuições passaram para a Equipe de Engenharia Sanitária, também vinculada à Secretaria da Saúde.

Acontecimentos, alguns impactantes, ocorreram nos primórdios dos anos 1970, incluindo o incremento da poluição. Todos esses viriam a sensibilizar a opinião pública, influenciar e exercer pressão sobre as autoridades estaduais no sentido da organização e implantação de órgão de administração ambiental, assim como a definição de políticas ambientais. A instalação e a entrada em funcionamento da Indústria de Celulose Borregaard no ano de 1971 em Guaíba, por exemplo, desencadearam uma crise ambiental no Estado em razão da poluição hídrica e, principalmente, atmosférica, com lançamento de grandes quantidades de óxidos de enxofre, tornando o ar irrespirável, principalmente em Porto Alegre e Guaíba. Esse fato provocou intensas reações por parte de toda sociedade, da imprensa e de entidades, tendo sido interditada a empresa e levada a negociar visando à busca de solução para o problema. Um episódio político de relevância ocorreu no início de 1972, quando a Assembleia Legislativa criou uma Comissão Parlamentar Especial para Estudar os Problemas de Poluição e do Meio Ambiente. No ano anterior, 1971, aconteceu a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entidade pioneira e de vanguarda constituída por lideranças, que passou a pressionar e cobrar soluções para os problemas ambientais.



Jornal Zero Hora. Foto da Borregaard. Capa. Porto Alegre, 03/08/1972.

No âmbito internacional, estudos patrocinados pelo Clube de Roma (criado em 1968) em “Os Limites do Crescimento”, de 1972, conhecido como Relatório *Meadows*, chamaram a atenção para problemas cruciais relativos ao futuro desenvolvimento da humanidade em relação a temas como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional, modelando, assim as consequências do crescimento rápido da população mundial cotejado com os recursos naturais limitados. No mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas

sobre o Meio Ambiente Humano – Conferência de Estocolmo – propôs discutir questões relacionadas à degradação do meio ambiente, à expansão demográfica mundial, a políticas de desenvolvimento humano e à busca de uma visão comum de preservação dos recursos naturais.



Registros sobre a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, 1972.

No Brasil, uma iniciativa importante pela sua repercussão e mesmo replicação nos estados da Federação, no ano de 1973, foi a criação da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, considerando principalmente as ações de caráter ambiental constantes do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). Ainda na década de 1970, alguns outros eventos contribuíram para a disseminação da ideia da necessidade de organização de órgão ambiental específico para fazer a gestão. Por exemplo, a instalação do III Polo Petroquímico do Sul em Triunfo, em 1975, cujos programas de proteção ambiental foram desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Coordenação e Planejamento/Conselho de Implantação de Projetos Prioritários (CIPRO), nos termos do Decreto Estadual Nº 31.120, de 15 de março de 1983. A crise da Avenida João Pessoa, em fevereiro de 1975, em Porto Alegre, representou reação ao *modus operandi* de projetistas e construtoras em relação à construção civil, quando os estudantes Carlos Dayrel, Tereza Jardim e Marcos Saraçol subiram em uma árvore, uma tipuana, para evitar seu corte com vistas à construção do viaduto Imperatriz Leopoldina. Até hoje há convivência dos dois, a tipuana, ativa, e o viaduto suportando o trânsito louco da Av. João Pessoa. Este episódio repercutiu amplamente e não só localmente, contribuindo para a tomada de consciência quanto às questões ambientais.

O somatório desses e de outros fatos, feitos, além da pressão da sociedade e de políticas, levaram o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a criar uma Comissão para estudar a necessidade, a oportunidade e as possibilidades de criação de um órgão ambiental na estrutura administrativa do Estado com a competência

de formular e centralizar políticas e ações de proteção ambiental, dando, com isso, mais um passo na direção do que viriam a ser o Sistema Estadual de Proteção Ambiental e a Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE), oficializados pelo Decreto Estadual Nº 23.082, de 26/04/1974. A CCEE tinha como competência não somente o controle da poluição, mas também a proteção ambiental, inclusive, coordenando em 1974 a “Comissão Verde”.



Veículo da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, com o logo pintado na porta: “Secretaria da Saúde e Meio Ambiente” (Fonte: Analista Químico Estevão Segalla)

No ano de 1976, foi elaborado e aprovado o I Plano Estadual de Proteção Ambiental (PEPA), importante para dar solidez às propostas e ações ambientais da CCEE e também utilizado depois pelo Departamento do Meio Ambiente (DMA), com cinco programas contemplando ar, água, solo, ruídos, educação ambiental e, até para a surpresa de alguns, um programa de avaliação do impacto ecológico de programas governamentais. Porém, como tem sido comum no passado, e continua no presente, a CCEE tinha carência de recursos humanos e financeiros para desenvolver suas atividades. Enquanto existiu, procurou desenvolver um trabalho voltado mais à proteção ambiental, dentro de uma visão sistêmica, do que no controle das diversas formas de poluição. No ano de 1978, pelo Decreto Estadual Nº 26.654, de 23/01/1978, foi redefinida a estrutura básica da Secretaria da Saúde, à qual se vinculava então a CCEE, passando àquela, a Secretaria da Saúde, a competência sobre o controle da poluição ambiental, tendo sido transformada em órgão central da Proteção Ambiental do Estado, e a CCEE perdeu, com isso, sua autonomia administrativa e financeira.

No ano de 1979, com novo governo, no contexto da reestruturação administrativa do Estado, típica de cada início de governo até os dias atuais, pelo Decreto Estadual Nº 28.650, de 15/03/1979, foi criada a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente – SSMA, e, pelo Decreto Estadual Nº 29.103/1979, de 10/09/1979, foi definida a sua organização, sendo extinta a Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) e criado o Departamento do Meio Ambiente (DMA), listadas suas competências e estabelecida a organização interna com nove divisões. Assim, a partir de 1979, o DMA, vinculado à SSMA, tornou-se o órgão responsável

pela gestão ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Na opinião de Paulo Cezar Delayti Motta, “ao transformar o órgão de proteção ambiental num mero Departamento, foram atingidos, simultaneamente, dois objetivos concorrentes e importantes: 1) foi mantido o órgão e, com isso, ficou resguardada a ‘consciência ecológica’ da autoridade governamental; 2) foi cerceada a atuação do órgão pela inflexibilidade da sua estrutura”. Como Departamento do Meio Ambiente (DMA) vinculado à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) teria menos possibilidades de expansão, de articulação e de intervenção do que um órgão autônomo, e tornando possível, no contexto da estrutura inflexível da administração direta, o controle não só dos recursos orçamentários como também humanos e materiais.

Merece registro a promulgação da Emenda Constitucional Nº 11, de 12 de agosto de 1980, a qual alterou título e artigos da Constituição do Estado que tratavam da Política de Saúde para Política da Saúde e do Meio Ambiente e, em 1981, pela Emenda Constitucional Nº 22, de 27 de novembro de 1981, que introduziu na Constituição do Estado dispositivos referentes ao planejamento, à instalação e operação das indústrias petroquímicas, carboquímicas e de refino de petróleo. Foi também em 1982, pelo Decreto Estadual Nº 30.787, que ficou proibida a utilização de agrotóxicos organoclorados em todo o território do Estado e, pelo Decreto Estadual Nº 30.811, do mesmo ano, o Departamento do Meio Ambiente (DMA) passou a ser o órgão cadastrador e fiscalizador do comércio de agrotóxicos, juntamente com a Secretaria da Agricultura, tendo sido criado o Receituário Agronômico para o comércio dos venenos. Esse movimento culminaria com a Lei Estadual Nº 7.747, de 22 de dezembro de 1982, a qual, pela abrangência dos seus dispositivos, criou frentes de conflito com a administração federal e com fabricantes e comerciantes de produtos agrotóxicos e biocidas. Com a Lei Estadual Nº 7.877, de 28 de dezembro de 1983, passava a ser controlado o transporte de cargas perigosas, cabendo ao DMA cadastrar as empresas transportadoras, emitir certificados de registro, avaliar e aprovar currículos de treinamento para condutores e dar parecer sobre rotas (constantes da Autorização Especial de Transporte – AET), e, complementarmente, pela Lei Estadual Nº 7.917, de 16 de julho de 1984, foi criado o Grupo de Avaliação das Cargas Perigosas. Em agosto de 1987, foi assinado um Termo de Compromisso de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente para desenvolvimento de ações de controle de doenças ocupacionais, sendo o DMA o agente interveniente junto à Divisão Nacional de Ecologia Humana e Saúde Ambiental, tendo sido designado o DMA como Centro de Referência Nacional em Saúde Ambiental.

Criado o Departamento do Meio Ambiente em 10 de setembro de 1979, ele teria sua trajetória como Departamento, portanto, de administração direta, pois que vinculado à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), até 04 de junho de 1990, quando, após discussões, debates, sugestões, pressões e gestões junto ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa, pela Lei Nº 9.077, de 04 de junho de 1990, viria a ser transformado na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Ao longo de sua existência, pouco mais de onze (11) anos,

e não sem dificuldades, deixou suas marcas nos cenários estadual e nacional pela determinação e pelo esforço dos seus quadros técnicos e de auxiliares para execução das políticas ambientais definidas. Enfrentando diuturnamente problemas decorrentes da falta de servidores, técnicos e auxiliares, de materiais e equipamentos e de recursos financeiros, não raro defrontou-se com obstáculos quase intransponíveis, a ponto de ver esgotar o orçamento ainda em meados do segundo semestre de cada ano. Se, por um lado, a legislação ambiental marcava avanços importantes, e a sua aplicabilidade defrontava-se com as carências já mencionadas, além de enfrentamentos políticos, em que aqueles mesmos legisladores que aprovavam as Leis passavam a pressionar para que estas fossem relevadas ou mesmo descumpridas.



Charge do cartunista Sampaio – Paulo Sampaio, sobre a reabertura da fábrica de celulose Borregaard em Guaíba. Jornal Folha da Tarde, ca. 1974.

Merecem registro as propostas contidas no Plano de Governo de José Augusto Amaral de Souza com a formulação de um diagnóstico objetivo a respeito dos problemas na administração ambiental estadual, consolidado através da Lei Estadual Nº 7.488, de 14 de janeiro de 1981, que “Dispõe sobre a Proteção do Meio Ambiente e o controle da poluição e dá outras providências”, sendo que no ano anterior, pelo Decreto Estadual Nº 29.621, de 12 de maio de 1980, era instituído o Sistema Estadual de Proteção Ambiental, que operaria através de uma Central do Sistema, coordenada pelo Secretário da Saúde e do Meio Ambiente e com a participação do Gabinete do Governador (Casa Militar e Subchefia da Casa Civil), Procuradoria do Estado, um representante de cada Secretaria e um dirigente da Comissão de Coordenação do Sistema. Importante é registrar também que, em 13 de maio de 1981, pela Lei Estadual Nº 30.132, foi organizado o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e criado o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, em aparente retirada de competência da Lei de Proteção do Meio Ambiente e conflitante com a própria concepção de administração por

sistemas, agravando duplicidades e paralelismos de ação. A instituição da Política Nacional do Meio Ambiente pela Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, contendo dispositivos legais de execução obrigatória nos e pelos Estados, podemos dizer que catapultou o tema ambiental em âmbito nacional, reforçando a obrigatoriedade das unidades da Federação de se organizarem para a execução. A Constituição Federal de 1988 introduziu um capítulo especial sobre meio ambiente, o mesmo acontecendo com a Constituição Estadual de 1989. As atuações do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual na área ambiental passaram a desempenhar suas funções em um crescendo constante e tensionando as relações internas do Departamento de Meio Ambiente e da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, com outras Secretarias e com o Governo.

O ambiente de trabalho, diante do quadro de obrigações a cumprir sem as condições necessárias para tal, acaba por criar um ambiente tenso e menos produtivo. Registre-se que os salários da administração direta deixavam muito a desejar, razão pela qual o Departamento do Meio Ambiente, principalmente a partir de 1982, passou a perder servidores que buscavam melhores salários, mais valorização e oportunidades em outras instituições ou na iniciativa privada. O percentual do orçamento do DMA em relação à SSMA desde o ano da sua criação, 1979, até o esboçar do movimento visando à sua transformação em Secretaria ou Fundação (1988), teve a seguinte oscilação (em %): 5,90; 6,28; 6,97; 3,88; 3,47; 4,67; 3,21; 4,54; 3,74 e 1,99. Em termos de servidores, o ano de 1982 foi o de maior número: 172 técnicos e 142 auxiliares. Nos anos seguintes, iniciou curva descendente, atingindo o número de 118 técnicos e 75 auxiliares no ano de 1989. Comparativamente a instituições congêneres, no ano de 1989 a CETESB (SP) possuía 2.352 funcionários, a FEEMA (RJ), 1.113 e o DMA, 193. Quanto aos salários, ainda em 1989: CORSAN, de 3.232 a 7.054; CIENTEC, de 2.561 a 5.505; FEE, de 3.105 a 3.569, e DMA, 1.978. Contudo, o modelo de gestão ambiental desenvolvido no Rio Grande do Sul através do DMA, vinculado à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, serviu de referência na organização dos órgãos ambientais do Pará e do Espírito Santo.

Assim é que nesse período (1983-1990), se configurava um quadro em que o estado de coisas apontava para a urgência da reestruturação do DMA, posto que a eficiência e a eficácia das suas ações vinham sendo comprometidas pela falta das condições necessárias para desempenhar suas atribuições legais. Não que fosse diferente dos períodos em que funcionaram outras congêneres: sempre o discurso superava a realidade, como se meras referências verbais das autoridades governamentais resolvessem problemas e crises, neste caso, ambientais. Sempre a dicotomia crescimento X ambiente, antagônicos no universo das mentalidades retrógradas que viam e veem sem enxergar a natureza das coisas, constatando-se a inexistência de coerência entre o discurso oficial e as ações levadas a efeito a partir desse discurso.

Já durante a gestão do Governador Jair de Oliveira Soares (1983-1986), e mesmo antes, ocorria no DMA a gestação de movimento visando ao fortalecimento do órgão ambiental, que padecia das deficiências já mencionadas e começara

a perder servidores e auxiliares. Em 1986, no cenário das eleições, servidores do Departamento elaboraram documento com proposições para integrar o programa de governo dos candidatos ao Piratini. Com a ascensão de Pedro Jorge Simon ao governo e do deputado Antenor Ferrari na Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), Jair Sarmento da Silva e Claudio Dilda assumiram, respectivamente, o cargo de Diretor e de Diretor Adjunto do DMA. Recebemos, logo em abril de 1987, um opúsculo intitulado “Anotações sobre a Administração Ambiental no Rio Grande do Sul”, de autoria de José Carlos Elmer Brack, sintético e com referenciais legais, organizacionais e políticas, com análise e ponderações em relação à gestão ambiental no Estado, ainda sem definição de uma Política Ambiental, e sugestões de encaminhamentos, apontando a necessidade e conveniência de fortalecimento do órgão, contemplando na organização da administração ambiental instrumentos de planejamento e coordenação, de decisão colegiada e de execução.

Embora sem data, o documento “Fundação para Tratar da Questão Ambiental”, tendo por signatários o Geólogo Antônio Pedro Pereira Martins e o Engenheiro Agrônomo Enio dos Santos Gualdi Filho, informa que, após terem ouvido setores do governo estadual e da sociedade civil organizada, concluem que a “fusão das atividades dos órgãos estaduais que executam tarefas consideradas de Meio Ambiente é recomendável desde que política estadual de Meio Ambiente e o novo órgão – que pode ser Fundação – tenham prioridade máxima nos setores orçamentários, administrativos (técnicos e de pessoal), operacionais e políticos”. Propõe que, em uma primeira etapa, o novo órgão fique vinculado ao Gabinete do Governador para fortalecer o órgão para, futuramente, ser transformado em Secretaria do Meio Ambiente (que aconteceria na gestão do Governador Olívio Dutra, em 1999); também aborda com ênfase a conveniência de criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente, separado do Conselho Estadual da Saúde. Ainda, propõe organograma ligando a Fundação ao Gabinete do Governador e criando Conselho Técnico, vinculado ao Presidente da Fundação, com três (3) vertentes: fiscalização (controle da poluição), fomento (conservação ambiental) e pesquisa (fauna, flora, ar, solo, água), além de quadro de pessoal regido pelo regime jurídico trabalhista (CLT); a criação do Fundo de Meio Ambiente, com 1,5% do orçamento do Estado e outros recursos oriundos de fontes diversas; considera imprescindível a criação do Batalhão Florestal da Brigada Militar e a definição da Política Estadual de Meio Ambiente.

Outra manifestação cujo título é “Fundação de Meio Ambiente”, com quatro (4) signatários (assinaturas ilegíveis), propugna que “Assim como a defesa do meio ambiente implica em uma autêntica ação política que contorne o conflito de interesses encontrados, ...redefinição do órgão ambiental de meio ambiente, ele próprio, também envolve conflito de interesses”, considerando que a eficácia de uma política ambiental depende de uma adequada institucionalização das ações do governo nesta área: definir claramente os objetivos e as atribuições do órgão, conferir-lhe autoridade, proporcionar-lhe os meios apropriados de ação, pois que, em essência, as soluções de problemas ambientais são primariamente institucionais, não tecnológicas. Registra que o “Grupo de apoio ao Governo Simon

na questão de meio ambiente, na elaboração do Plano de Governo, sugeria a descentralização da política ambiental para unidades regionais executoras, nos polos de industrialização e de uso intensivo dos recursos naturais, possibilitando assistência aos Municípios do Estado”. Reporta-se, por fim, à diversidade de vínculos do órgão ambiental em diversos países e estados do Brasil: Indústria e Comércio, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Agricultura; considera positiva a vinculação da Fundação de Meio Ambiente à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, uma vez que esta possui 18 Delegacias Regionais, o que facilitaria a descentralização e a regionalização.

Originário do próprio Departamento de Meio Ambiente (DMA) é o documento “Avaliação Estrutural do Departamento do Meio Ambiente, Agosto/89 – SSMA/DMA”, de 11 páginas, o qual foi elaborado e consolidado por Gilberto Batista Machado e Ana Rosa Bered de Curtis, ouvidos os servidores do DMA, tendo por objetivo “Propor uma estrutura organizacional que atenda às finalidades institucionais de uma forma eficiente”. Ao proceder à análise da estrutura (estrutura organizacional excessivamente fragmentada) do Departamento – divisão por divisão, serviço por serviço, programas, cotejando atividades e funções – apontam-se lacunas, distorções, fragilidades e necessidades de recursos humanos, materiais, financeiros (aumento na participação do percentual orçamentário do DMA em relação à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente). Propugna a criação de órgão compatível com as demandas e ações ambientais preventivas, considerando o crescimento dos mesmos, principalmente a partir da criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e sua prolífica elaboração de Resoluções, a Constituição Federal de 1988 (e seu Capítulo 225, do Meio Ambiente) e a Constituição Estadual de 1989 (e seu Capítulo 262, de Meio Ambiente).

Estudo mais extenso, com 76 páginas, “Proteção Ambiental no Rio Grande do Sul: o Discurso e a Prática”, elaborado pelo economista Paulo Cesar Delayti Motta, por solicitação da direção do Departamento do Meio Ambiente (já sendo Diretor Claudio Dilda, Diretor Adjunto Ricardo Luiz Dobrovolski e Diretor Técnico Tarcísio Isaia; Jair Sarmiento da Silva solicitara exoneração para integrar equipe no Ministério da Saúde, em Brasília), a partir de demanda gerada pelo protocolo na Assembleia Legislativa do Projeto de Lei Nº 281/88, do Deputado Valmir Susin. Neste documento, Paulo Motta faz uma abordagem extensa abrangendo desde as tentativas iniciais de controle ambiental no Estado até a gestão do Governador Pedro Jorge Simon e do vice-governador Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (1987-1991), ou seja, da organização da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) até o Departamento de Meio Ambiente (DMA), um período de quinze (15) anos, resgatando acertos, erros, desafios, deficiências e necessidades ao longo da quinquena. Ao discutir a crise ambiental dos anos 1970, mostra os movimentos do Estado para fazer frente a ela, apontando-a como geradora de oportunidades para avançar, até mesmo porque o Estado não poderia se furtar frente às pressões originadas dos mais diversos segmentos da sociedade, como a Assembleia Legislativa, entidades ambientalistas combativas, como a AGAPAN,

a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) – Amigos da Terra, a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), entre outras. A partir de 1979, como já mencionado anteriormente, com a criação do DMA, a intenção era de fortalecer o órgão ambiental dotando-o de estrutura compatível com o gradativo avanço das questões ambientais e dos problemas ambientais. Porém, o Estado deixou de honrar com os acenos de fortalecimento, perdendo-se nos discursos.

Por ocasião da sua criação, a organização interna previa nove (9) Divisões (observem-se os pontos focais e prioritários de cada uma delas): de Registro e Licenciamento; de Vigilância Ambiental; de Controle de Atividades Poluidoras; de Projetos Especiais; de Laboratório; de Controle da Qualidade do Solo; de Controle da Qualidade do Ar, de Controle da Qualidade da Água e de Apoio Administrativo. A partir de janeiro de 1981, pela Lei Estadual Nº 7.488, determina que “a instalação, a implantação, a construção, a ampliação, a operação e o funcionamento de fontes de poluição dependem de licença”..., e na sua regulamentação pelo Decreto Nº 30.527, de 30 de dezembro de 1981, enumera as fontes de poluição referidas na Lei. A partir de 1982, principalmente após a entrada em vigor da Lei Estadual Nº 7.747, a Lei dos Agrotóxicos, o DMA teve acrescidas novas competências para: cadastrar produtores, manipuladores, distribuidores e comerciantes de produtos agrotóxicos e biocidas e, também, de controlar a rotulagem desses produtos. Na sequência, teria sob sua responsabilidade, ainda, cadastrar as empresas transportadoras de cargas perigosas, emitir certificados de registro dos transportadores, avaliar e aprovar currículos de treinamento para condutores, emitir Normas Técnicas Especiais e coordenar o Grupo de Avaliação de Cargas Perigosas.

Um novo conjunto de objetivos e atribuições para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente e para o DMA viria com o novo governo, 1987-1991, a partir do documento “Plano de Governo Pedro Simon – Grupo de Trabalho de Saúde e Meio Ambiente”. Defendendo a ideia de transformar o DMA em Fundação ou Autarquia de Meio Ambiente, conclui Paulo Motta que, “Apesar de ser impossível afirmar que existia uma única e/ou exclusiva forma mais efetiva de se organizar a administração ambiental, a atual situação organizacional (1989) do Departamento do Meio Ambiente não é favorável a um melhor desempenho e a uma maior efetividade”.

Uma greve dos funcionários públicos estaduais com adesão dos servidores do Departamento do Meio Ambiente (DMA), em 1989, se somava às reivindicações comuns à categoria e, em especial, pelo fortalecimento do órgão ambiental do Estado. Além da mobilização e das manifestações comuns a todos os servidores estaduais, os do DMA se mantinham mobilizados através de reuniões e debates no auditório da sede – então na Av. A. J. Renner, 10, bairro Navegantes – e externamente na própria A. J. Renner e Farrapos, imediações da Estação Farrapos do Trensurb. Na ocasião, foi elaborado, editado e distribuído manifesto com o título “DMA em Greve – Por Quê?”, subdividido em seis (6) tópicos: Meio Ambiente e Legislação, Desenvolvimento X Proteção ao Meio Ambiente, Situação Atual no DMA, Recursos Humanos no DMA, Reivindicações dos Funcionários do DMA e

Conclusão, elencando necessidades de caráter urgente para obter um razoável funcionamento e agilidade nas ações do Departamento do Meio Ambiente e solicitando ao Governo “Decisão quanto ao tipo de vínculo que o órgão ambiental estabelecerá com o Estado para obtenção da autonomia financeira e administrativa necessárias para sua atuação”, bem como “Plano de carreira que considere a capacitação técnica, tempo de trabalho e dedicação dos funcionários”.

Também progrediu um movimento interinstitucional envolvendo servidores do DMA, do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), da Fundação Zoobotânica (FZBRS) e do Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis (IPRNR), constituindo Comissão Técnica Interinstitucional que discutiu o cenário institucional da administração ambiental, cotejando os órgãos de competências similares ou afins, sem superposição, e apresentando proposta para a reestruturação do setor público referente ao meio ambiente, consubstanciada na “Proposta de Reestruturação do Setor Público Referente às Questões Relacionadas ao Meio Ambiente no RS e Análise do Projeto de Lei Nº 257/89, que Institui a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis”, de 10 de janeiro de 1990.

Como se pode observar, o documento propõe revisão da localização dos órgãos na reestruturação da estrutura administrativa do Estado, e já se reporta ao Projeto de Lei de criação da Fundação, o PL Nº 257/89. O documento ressalva que “... existem duas linhas de ação bem diferenciadas: uma primeira desenvolvida pelo Departamento do Meio Ambiente (DMA), entre as quais fiscalização, elaboração de Normas Técnicas e Licenciamento e, uma segunda, onde se verificam afinidades nas atividades dos outros três órgãos mencionados, tais como pesquisa e fomento”. Pela proposta, a Fundação Zoobotânica (FZBRS) absorveria o DRNR, e o DMA transformado em Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), ambas as Fundações vinculadas à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), de acordo com o Organograma proposto. Portanto, com a divisão da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente – SSMA em duas: a Secretaria da Saúde e a Secretaria do Meio Ambiente, o que viria a acontecer no ano de 1999, pela Lei Estadual Nº 11.362, de 29 de julho de 1999. Registre-se que nem sempre as discussões e os debates transcorreram pacificamente, nem por isso impedindo que fosse elaborada a proposta e seu encaminhamento aos mais diversos setores da estrutura de governo.

Tem sido pouco lembrado outro movimento visando ao fortalecimento do órgão ambiental estadual, ocorrido em 1988. Trata-se do Projeto de Lei Nº 281/88, com cinco artigos, de 08 de setembro de 1988, do Deputado Valmir Susin, em cuja ementa “Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dá outras providências”. Na sua justificativa, pondera a posição secundária do DMA em relação à Secretaria, frisando ser imperioso que o Estado esteja preparado para fazer frente ao crescimento com órgão ambiental bem aparelhado em recursos humanos, materiais e financeiros, a fim de garantir a melhoria do meio ambiente. É contundente ao enunciar que “O modelo econômico, a sede por lucro imediato, a desorganização administrativa, a utilização inadequada de tecnologia, a ignorância, a alienação e a ineficiência do Departa-

mento do Meio Ambiente e dos programas governamentais têm sido apontadas como as principais causas da ocorrência dos problemas”. O encaminhamento da proposição à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente – SSMA foi feito pela Casa Civil (Of. CC / SAJL – 505, de 14 de outubro de 1988). Como resposta, o Governo do Estado, através da SSMA e do Departamento do Meio Ambiente, seguindo a orientação do Governador Pedro Simon de que o Estado não criaria, naquele momento, uma nova Secretaria, se coloca aberto a discutir interna e externamente a oportunidade de fortalecer o órgão ambiental, com manifesta tendência à criação de uma Fundação. O estudo, consolidado em um mês, foi encaminhado (Of. N^o DMA/GAB/414-88) à Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) (solicitante através do Memorando N^o 745/88) para, via Casa Civil, Dep. Gilberto Mussi (Of. GAB. N^o 1849/88, de 16 de novembro de 1988), chegar ao Senhor Governador e, por derradeiro, à Assembleia Legislativa e ao Deputado proponente. Como esclarecimento, trata-se do estudo produzido por Paulo Cesar Delayti Motta por solicitação da Direção do Departamento do Meio Ambiente (DMA), como parte do processo de movimento junto ao Governo do Estado para fortalecer o órgão ambiental, mas precipitado pelo Projeto de Lei N^o 281/88, de 08 de setembro de 1988.

A ideia e o movimento no sentido da criação e, após, do aparelhamento e do fortalecimento do órgão de meio ambiente tiveram início ainda na Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) (1974), continuando durante a sua existência, o mesmo ocorrendo com o DMA (1979) e com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) (1990) que, a partir de 1999, se vinculou à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Portanto, diante da dinâmica da economia e da sociedade e dos problemas ambientais gerados (impactos cada vez mais graves na água, no ar, no solo), pode-se dizer que o movimento pró-fortalecimento foi ininterrupto até chegar à Fundação Estadual de Proteção Ambiental e continua. Indubitavelmente, é assim que tem que ser!

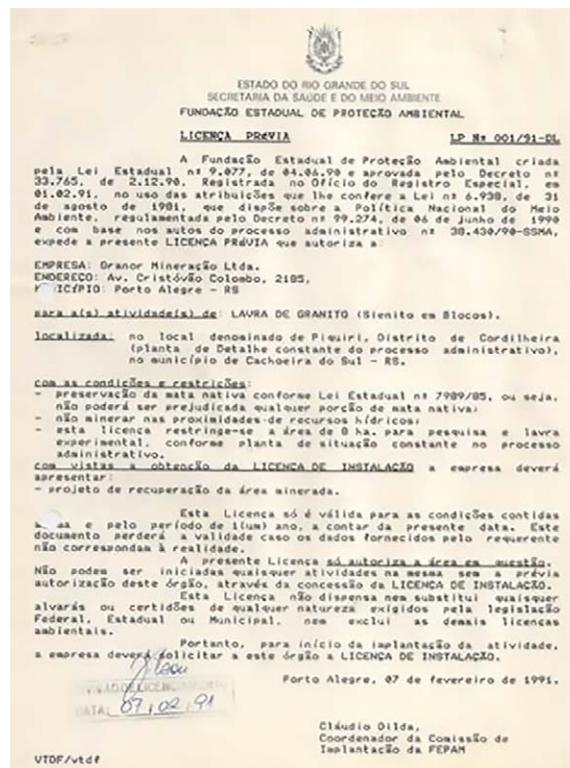
Talvez como memória, seja importante resgatar que a diversidade de manifestações pelo fortalecimento do órgão ambiental, desde 1987 partindo do próprio DMA e tendo se ampliado o leque da origem dos pleitos e movimentos, levou o Governador a convocar várias reuniões – sobremaneira, envolvendo a Casa Civil, e as Secretarias da Administração, da Saúde e do Meio Ambiente, dos Recursos Humanos e da Fazenda – para promover os estudos no sentido de identificar as implicações que teria na estrutura do Estado a criação de mais uma Fundação. Após muitas idas e vindas, argumentos e contra-argumentos, avaliações e ponderações, agendou-se reunião – que mais foi de comunicação de tomada de decisão – a pedido do Governador Pedro Simon, que aconteceu no dia 23 de março de 1990, na sala de reuniões da SSMA. Nessa data, pouco antes do Governador se licenciar para concorrer ao Senado, ficou oficializada a decisão de que, para substituir o DMA, seria criada Fundação e não uma nova Secretaria, noticiada na *Zero Hora* do dia 25 e no *Correio do Povo* de 26 de março de 1990.

Caberia a partir daí ao Vice-Governador e Governador em Exercício, Sinval Guazzelli, dar continuidade ao processo com o encaminhamento do Projeto de Lei à As-

sembleia Legislativa. Os servidores do DMA, mobilizados – recentemente encerrada a greve geral – passaram a atuar junto aos Deputados, considerando que a previsão da votação do Projeto de Lei era para a segunda quinzena de abril. Aprovado pelos Deputados e sancionado pelo Governador Guazzelli (grande parceiro nessa jornada), tornou-se a Lei Estadual Nº 9.077/90, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 04 de junho de 1990, véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente. A partir da publicação, pelo menos cinco Secretarias deveriam se envolver na tomada das providências decorrentes da Lei e para a efetiva implantação da Fundação. Sucessivos desencontros levaram o Governador Guazzelli a lavrar de próprio punho convocação nos seguintes termos: ***“Ao Chefe da Casa Civil (Manoel André da Rocha) solicito coordenar uma reunião dos seguintes Secretários: Casa Civil, Recursos Humanos, Saúde, Fazenda, Especial de Governo, mais o Dr. Dilda do DMA. Assunto: Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – FEPAM. Dia 21 (novembro) quarta-feira vindoura, às 16 horas, Palácio Piratini, com a presença do Governador. Grato. (Assinatura do Governador)”***. Sem data. A reunião aconteceria, de fato, no dia 29 de novembro de 1990, no Palácio Piratini, oportunidade na qual o Governador foi incisivo ao solicitar que todos os Secretários tomassem todas as providências necessárias, inclusive pronunciando o inequívoco ***“Eu quero”***. A convocação nos termos mencionados foi decidida em reunião entre o Senhor Governador do Estado, Sinval Guazzelli, e o Diretor do Departamento do Meio Ambiente – DMA, Claudio Dilda, também coordenador da Comissão de Implantação da Fundação. Aliás, várias foram as reuniões diretas com o Senhor Governador, no Palácio Piratini, também ele desejoso da conclusão de todos os trâmites e a efetiva organização da Fundação ainda dentro do seu mandato para que o Governo seguinte (Alceu de Deus Collares) pudesse iniciar a gestão promovendo a transição de DMA para FEPAM, a transposição dos servidores [um dos primeiros foi Antenor Pacheco Neto no dia da transmissão de cargo (Claudio Dilda) e posse do novo Presidente, geólogo Luciano Teodoro Marques, em 27 de março de 1991, no Auditório do Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS)]. Deve ser registrado que, a partir de abril de 1990, com o licenciamento do então Secretário da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), Dep. Antenor Ferrari (que concorreria a Deputado Federal), assumiu a Secretaria o Dr. Nelson Carvalho de Nonohay, que se somou aos demais no processo de criação da FEPAM. Antes do final do ano de 1990, o Governador Guazzelli assinou três Decretos importantes: o Decreto Estadual Nº 33.765, de 28 de dezembro de 1990, ‘Aprova o Estatuto da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e dispõe sobre sua supervisão’ (pela Portaria Nº 02/91, a Procuradoria Geral de Justiça procedeu à Aprovação Estatutária); o Decreto Estadual Nº 33.766, de 28 de dezembro de 1990, ‘Dispõe sobre a classificação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM para efeitos do Decreto Nº 33.760/90 (categoria “C”); o Decreto Estadual Nº 33.767, de 28 de dezembro de 1990, ‘Abre crédito suplementar no Orçamento do Estado’. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) foi registrada no Ofício do Registro Especial na Folha 007 Verso, Nº 9 – Registro de Pessoas Jurídicas, no dia 1º de fevereiro de 1991.

Ainda localizado na Av. A. J. Renner, Nº 10, bairro Navegantes, o Departamento do Meio Ambiente (DMA), e, agora, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental

(FEPAM), buscava espaço para construção da sede do órgão, motivando solicitação de um dos lotes (10.000 m²) do Governador do Estado (OF. GAB. Nº 1666/90, de 22 de outubro de 1990) ao Secretário de Administração Federal, João Eduardo Cerdeira de Santana, em Brasília, no quarteirão formado pelas Avenidas Loureiro da Silva, Augusto de Carvalho e outras duas projetadas. Pede urgência da manifestação “...em função de já existirem recursos financeiros comprometidos para elaboração do Projeto no orçamento do corrente ano”. No início de 1991, com o mesmo objetivo, Claudio Dilda e Luciano Teodoro Marques estiveram na Secretaria Especial de Meio Ambiente do Paraná (SEMAM/PR), em Brasília, em audiência com o então Secretário Especial de Meio Ambiente, José Antônio Lutzenberger.



Licença Prévia da FEPAM - LP Nº001/1991, de 07 de fevereiro de 1991.



Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92. Fotografia de reunião plenária. Rio de Janeiro, 03-14 de junho de 1992.

Preliminarmente, confesso ter tido a tentação de escrever mais, muito mais. Não faltariam assuntos para serem abordados e dissecados. Mas se trata de artigo e não de livro. Livro, o geólogo José Alberto Wenzel já escreveu. A gangorra que vem caracterizando a área ambiental desde as origens da sua organização como órgão da administração pública – não única, claro – permite que se perceba o que significou e

significa. Cada um dos três órgãos ambientais, com certeza, tentou acertar, avançar e propugnar por um ambiente equilibrado. Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) (1974-1979), Departamento do Meio Ambiente (DMA) (1979-1990) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) (1990 – 30 ANOS). Vinculação: Secretaria da Saúde, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) e Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), 46 anos ao todo de História. Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), 30 anos de uma História peculiar.

Todo esse processo dá uma ideia de movimento que ainda persiste, em 2020, com altos e baixos, com avanços e recuos ou, então, veja-se: a extinção da Fundação Zoobotânica (FZBRS) e a revisão e alteração do Código Estadual de Meio Ambiente em regime de urgência, por exemplo. Mas também há um significativo rol de avanços a serem aperfeiçoados, como as Conferências de Meio Ambiente (CONFEMAs), a Resolução CONSEMA Nº372 de março de 2018, o protocolo e sistema *online* de licenciamento ambiental, os cursos de capacitação para os analistas e gestores ambientais municipais, dentre outros.



Memorável encontro da entrega da Comenda "Henrique Luiz Roessler" aos Pioneiros da Ecologia. Receberam a comenda: José Celso Aquino Marques⁽²⁾ (AGAPAN), Lara Lutzenberger⁽⁴⁾ (por José Antônio Lutzenberger, *in memoriam*), Augusto Cesar Carneiro⁽⁵⁾ (AGAPAN/AGIR AZUL), Giselda Escosteguy Castro⁽⁷⁾ (Núcleo Amigos da Terra), Magda Elisabeth Nygaard Renner⁽⁹⁾ (Núcleo Amigos da Terra) e Hilda Zimmermann⁽¹⁰⁾ (Núcleo Amigos da Terra). Também presentes na fotografia

estão João Paulo Rodrigues Cunha⁽¹⁾ (Secretário Adjunto da SEMA), Verena Nygaard⁽³⁾ (Presidente da FZBRS), José Alberto Wenzel⁽⁶⁾ (Secretário da SEMA), Claudio Dilda⁽⁸⁾ (Presidente da FEPAM) e Lívia Zimmermann⁽¹¹⁾ (filha da Sra. Hilda). No Jardim Botânico da FZBRS, Porto Alegre, 21 de outubro de 2003.

Quem foi Roessler

Arno Leandro Kayser*

O homem moderno não tem mais tempo de meditar. Seu interesse máximo é enriquecer o mais rapidamente possível. Não tem mais tempo para procurar contato com a natureza que cura todos os males.

Henrique Luiz Roessler (1896-1963)



Henrique L. Roessler em meados da década de 1950.

Esta frase de 13 de outubro de 1961, que poderia ter sido escrita neste exato instante, é uma das muitas do pioneiro dos pioneiros da ecologia brasileira e patrono da FEPAM.

Nos anos 30, graças à pressão da Sociedade de Amigos das Árvores, o presidente Getúlio Vargas sancionou o primeiro conjunto de leis que formataram a legislação de proteção da natureza no século 20.

Essa legislação previa um cargo de delegado voluntário de caça e pesca a ser exercido por servidor público. Para esse cargo um gaúcho, nascido em 1896, em Porto Alegre, mas criado na Rua da Margem em São Leopoldo, junto ao Rio dos Sinos, se apresentou de forma corajosa e generosa.

Foi assim, em 1939, que Roessler iniciou sua trajetória pública em defesa da natureza. Investido na função, ele passou a fazer fiscalizações, emitir documentos educativos e organizar uma rede de colaboradores em todo o sul do Brasil. Com o fim de formalizar o compromisso de adesão dos colaboradores à causa, Roessler criou, em 1953, o juramento de proteção à natureza. Documento célebre de referência para todos que militam na causa da defesa do meio ambiente.

Com base nesse grupo de apoio tornou-se uma figura quase mítica e onipresente, aparecendo onde menos era esperado para surpreender depredadores da natureza.

Seu trabalho foi tão eficiente que passou a ser uma figura polêmica, com defensores e detratores, na opinião pública, imprensa e até mesmo na Assembleia Legislativa do RS.

Nas ruas de sua cidade era comum gritarem “olha que o Roessler te pega”, quando alguém era flagrado maltratando algum animal ou planta.

Ao fim de 1954, ele foi demitido do cargo por conta de pressões políticas que chegaram ao Governo Federal no Rio de Janeiro.

Como resposta, ele cria, no dia 01 de janeiro de 1955, a União Protetora da Natureza (UPN), provavelmente a primeira entidade com esse carácter no país.

* Engenheiro Agrônomo, Chefe da Divisão de Criações - DILC/DASP; membro atuante da entidade ecológica Movimento Roessler para Defesa Ambiental desde 1985. E-mail: arno-kayser@fepam.rs.gov.br.

Assim, com o apoio de seus simpatizantes, ele começa uma nova fase de atuação, agora muito mais centrada na conscientização, pois lhe fora vedado o poder de multar e apreender.

Passou a fazer palestras em escolas, pois devotava grande esperança na educação dos jovens. Também passou a produzir cartazes com belos bicos de pena de sua própria lavra, com mensagens em prol da defesa da natureza e atacando os seus inimigos.

Mas o que realmente o projetou em larga escala foi o trabalho como cronista de jornal. A partir de 1957, passa a publicar artigos no *Correio do Povo*. Foram mais de 300 crônicas que contribuíram muito para formar a consciência ecológica do povo gaúcho. Abrangendo diversos temas, eles alternavam denúncias, reflexões filosóficas e descrições da beleza da nossa natureza.

Esse trabalho prosseguiu até o dia de sua morte, em 14 de novembro de 1963, pouco antes de completar 66 anos. Suas crônicas foram selecionadas e organizadas pelo ambientalista Augusto Carneiro, sendo reunidas em um livro publicado pela AGAPAN em 1986. Em comemoração aos 15 anos de sua criação em 2005, a FEPAM reeditou a obra em uma 2ª. edição.

O conjunto de sua obra foi tão marcante que, além de deixar uma massa crítica geradora de toda uma geração de militantes ecologistas, seu nome passou a ser indicado para nominar ruas, praças, pontes e parques em diversas cidades do país.

Por conta de seu pioneirismo em defesa da proteção ambiental, seu nome foi também dado à FEPAM, cujo denominação oficial é Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler*. Uma justa homenagem e uma fonte de inspiração para todos os seus servidores.

Aqui o Juramento de Proteção elaborado por Henrique Luiz Roessler:

Juro solenemente, como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas, zelar pelas suas flores, sítios e campos, protegendo-os contra o fogo e a devastação. Fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio dos animais silvestres, aves e peixes.

Para saber mais sobre Roessler:

Centeno, Airton, *Roessler, o primeiro ecopolítico*, Porto Alegre, Já Editores, 2006;

Malta Pereira, Elenita, *Roessler o homem que amava a natureza*, São Leopoldo, Oikos, 2013.

Roessler, Maria Luiza, *O homem do rio - Biografia íntima de Henrique Luiz Roessler*, Porto Alegre, AGE Editora, 1999.

Roessler, Henrique Luiz, *O Rio Grande do Sul e a Ecologia: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.

Roessler, Henrique Luiz, *O Rio Grande do Sul e a Ecologia: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*, Porto Alegre, 2. ed. SEMA/FEPAM, 2005.

*Nota Explicativa nesta edição esclarece sobre a grafia do nome do Patrono da FEPAM.

O papel da Assessoria Jurídica: perspectivas e desafios

Ana Paula C. Arigoni Bentlin* e Letícia da Cunha Fernandes**

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) foi instituída pela Lei n.º 9.077, de 04 de junho de 1990, do Estado do Rio Grande do Sul, a qual lhe conferiu competência para atuar como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), exercendo as atividades de fiscalização, licenciamento, desenvolvimento de estudos e pesquisas e execução de programas e projetos, com vistas a assegurar a proteção e preservação do meio ambiente no Rio Grande do Sul. Entretanto, antes desta, a proteção ambiental já era exercida através da Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul no antigo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

Do ponto de vista jurídico, a proteção ambiental é transdisciplinar; no direito é tratada como um direito humano fundamental e social, sendo cada vez mais abordada de forma abrangente em uma complicada teia de regramentos legais e técnicos e, antes mesmo da existência da FEPAM, com personalidade jurídica própria, a atividade de proteção ambiental contava com corpo jurídico especializado na matéria.

Em pesquisa nos registros internos da Assessoria Jurídica, verifica-se que os advogados que atuavam na época precedente à criação da FEPAM somente desempenhavam atividades administrativas, uma vez que a representação jurídica do DMA da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, por pertencer à administração direta, era exercida pela Procuradoria-Geral do Estado.

Assim, o corpo jurídico, que antes atuava predominantemente na orientação e manifestação quanto a dúvidas frequentes acerca do alcance dos despachos motivadores dos atos administrativos a serem expedidos (tais como a correta utilização dos institutos da revogação, anulação, cassação, caducidade e suspensão), bem como garantido o regular processo administrativo na apuração do auto de infração, confirmando a multa ambiental aplicada, na criação do órgão ambiental, também passou a representar a FEPAM ativa e passivamente também em âmbito judicial, tanto estadual como federal.

Com as novas atribuições, a carga de trabalho se revelou desproporcional ao número de advogados, de modo que, somente nos últimos anos com diversas nomeações de analistas advogados por concurso público, a FEPAM tem um quadro permanente mais próximo do previsto em lei. Atualmente, a Assessoria Jurídica conta com oito dos 11 advogados previstos na Lei n.º 14.431, de 08 de janeiro de 2014.

Nos dias de hoje, as demandas da ASSEJUR decorrem do Art. 6 do Regimento Interno da FEPAM, entre as quais se destacam, em especial, a representação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a FEPAM; o recebimento de citações, intimações,

* Analista Advogada, Chefe da ASSEJUR, e-mail: ana-bentlin@fepam.rs.gov.br

** Analista Advogada da ASSEJUR, e-mail: leticia-fernandes@fepam.rs.gov.br

notificações, comparecer em juízo e efetivar todos os atos de natureza processual; assessoria jurídico-legal e manifestar-se, a pedido das Diretorias, Departamentos, Divisões e Gerências Regionais desta Fundação, em matéria consultiva, sendo imprescindível a identificação, por parte do consulente, da dúvida ou da controvérsia sobre a qual se busca assessoramento jurídico; analisar e emitir parecer correspondente ao termo de ajustamento de conduta e termo de compromisso ambiental a ser firmado entre a parte interessada e a FEPAM; orientar e prestar as informações, de cunho jurídico, no âmbito dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e pela Procuradoria-Geral do Estado; elaborar e examinar minutas de projetos de lei, minutas de decretos, minutas de portarias e demais atos normativos que lhe forem submetidos para a apreciação e fazer cumprir orientações normativas afetas aos pareceres e recomendações proferidas pela Procuradoria-Geral do Estado.

No entanto, não menos importantes que o assessoramento interno, são os inúmeros êxitos judiciais que a Assessoria Jurídica tem obtido tanto nas instâncias inferiores quanto nos tribunais superiores em diferentes matérias ambientais, tais como agrotóxicos, autuações ambientais, responsabilidade ambiental, entre outras. Além disso, o jurídico como representante da FEPAM tem sido, em número significativo, convidado a participar como assistente técnico nas ações propostas pelos Ministérios Públicos ou, ainda, convidado para ingressar no polo ativo das demandas junto ao *Parquet*. Em relação à demanda judicial, a título de ilustração, informa-se que a ASSEJUR atuou em aproximadamente 1200 processos, e deste número, cerca de 35% ainda estão sendo acompanhados.

De outro giro, a ASSEJUR também tem participação ativa nos processos de Sindicância para apuração de infrações e faltas funcionais. Ademais, o jurídico participa ainda de dois grupos de trabalho (GT), como membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONSEMA, membro da Comissão de Recursos Humanos (CORH) e membro das Juntas de Julgamento de Recursos 1º e 2º instância.

Nos diagnósticos anuais produzidos, verifica-se que o trabalho desenvolvido pela ASSEJUR tem sofrido uma contínua melhora nos seus índices. Tais índices de monitoramento são entregues como subsídio para que o Gestor possa planejar e embasar suas decisões, bem como propor melhorias, buscando a eficiência e eficácia das informações acerca da gestão ambiental, assim como para com o seu resultado para o meio ambiente.

Importante ressaltar que a Assessoria Jurídica não exerce tão somente a representação legal da entidade, mas também o controle da legalidade dos atos e das orientações aos gestores quando da realização dos atos administrativos.

Dentre as inúmeras atividades exercidas pela administração pública, poucas são tão determinantes para o alcance de resultados em prol da coletividade, senão aquela entregue ao Assessor Jurídico. Sem desmerecer os demais ramos do conhecimento e das atividades a estes inerentes, posto que a boa técnica de um acrescenta na técnica do outro, mas é forçoso reconhecer que em cada passo que o gestor público percorre ou deixa de percorrer, uma de suas principais balizas são o parecer e as orientações jurídicas.

Fácil perceber tal grau de importância na medida em que a atividade pública é envolvida por um emaranhado de atos normativos e princípios jurídicos que, não raro, exigem exercício técnico complexo para sua interpretação. Não há especiali-

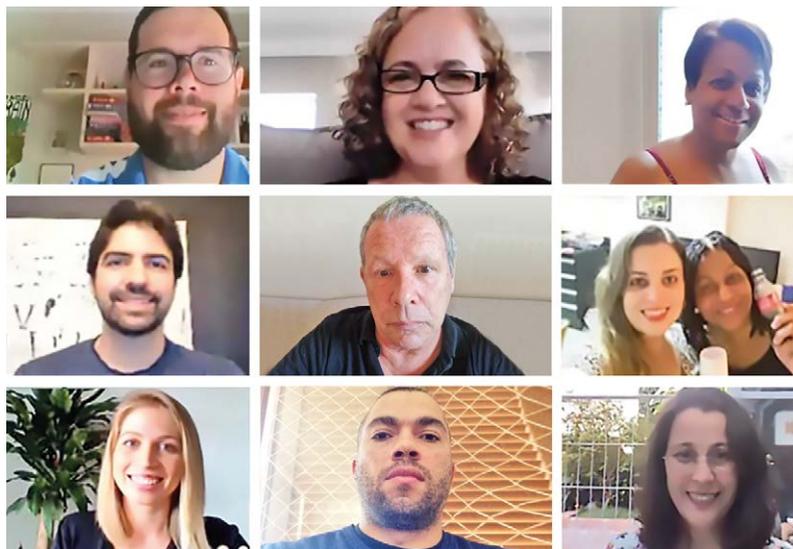
dade técnica empregada pelo poder público para consecução de seus fins que não esteja atrelada a normas legais, a exigir do aplicador do direito técnicas refinadas de aplicação. Desde o simples parecer jurídico na contratação de bens e serviços, através de licitação, minutas de contratos, convênios e normas, até o trabalho desenvolvido em decisões administrativas de autos de infração e licenciamento ambiental, nossa função institucional, como na apresentação de defesa da Fundação em juízo. A responsabilidade do assessor jurídico é imensa.

O tema meio ambiente exige um diálogo constante entre saberes, conhecimentos e disciplinas, de modo a chegar em um consenso que atenda os interesses posto em causa. Entendemos que a Assessoria Jurídica é intermediária neste aspecto.

Do mandamento constitucional nasce a imposição ao Poder Público que, por meio das ações dos gestores públicos, deve estabelecer mecanismos que viabilizem a vontade estatal no tocante à proteção ambiental, sendo papel da ASSEJUR colaborar tanto na forma quanto no conteúdo para que os fins constitucionais e legais encontrem sua maior eficácia nos meios escolhidos pelos gestores.

Sendo assim, a função da Assessoria Jurídica seguirá guardando natureza nitidamente preventiva e orientativa. Por meio do seu agir, antecipará sempre os efeitos jurídicos das ações administrativas que lhe são submetidas, e procurará, como fim último, evitar vícios da legalidade que possam causar a nulidade dos atos administrativos. Ou, ainda, continuará buscando, de forma eficaz, apresentar caminhos juridicamente adequados ao gestor público para que adote as medidas corretas e necessárias para uma efetiva proteção do meio ambiente.

Por fim, o papel da Assessoria Jurídica nas suas diversas atuações é e permanecerá o de auxiliar na correta interpretação das leis, as quais, em última instância, são a vontade expressa da sociedade no cumprimento do seu dever constitucional de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.



Equipe da Assessoria Juridica – ASSEJUR: Advogados Ruben Bento Alves, Letícia da Cunha Fernandes, Agente administrativa Maria Gorete Porto de Freitas, Analistas Advogados Egbert Scheid Mallmann, Claudio Leonetti Carneiro, Juliana Pedroso Flores (na foto com M. Gorete), Cassia Taís Strassburger, Igor Raldi Morrudo e Ana Paula Canedo Arigoni Bentlin (Coordenadora da ASSEJUR).

Tradição e inovação em comunicação

Vanessa Trindade*

Somos jovens aprendizes perto da sábia maturidade da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Aprendemos todos os dias com tudo o que esta querida Fundação, que completa 30 anos em 2020, tem a nos ensinar. Uma instituição que está presente em cada um dos grandes empreendimentos do Estado, promovendo proteção ambiental e desenvolvimento.

Um dos setores da FEPAM é a Assessoria de Imprensa, que foi rebatizada de Assessoria de Comunicação (ASCOM), já que ali é feito mais do que atender aos colegas da imprensa. Integrando a Fundação e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), a ASCOM também atua na produção e distribuição de conteúdo, na administração dos *websites* e redes sociais, no acompanhamento das agendas da Diretora-Presidente Marjorie Kauffmann e do Secretário de Estado do Meio Ambiente Artur Lemos, no cuidado com a identidade visual, no desenvolvimento de materiais gráficos, como a recente cartilha do novo Código Ambiental, e na divulgação estratégica do que é realizado com dedicação diariamente pelos colegas.

A atual equipe da Comunicação, composta por duas jornalistas especialistas, um publicitário e uma estagiária, trabalha de forma integrada com profissionais de jornalismo, publicidade e relações públicas de outras instituições. Além disso, atua alinhada com a Secretaria de Comunicação (SECOM/RS) e recebe apoio de diretores, fotógrafos e repórteres cinematográficos, comprovando a integração entre todos os que trabalham com comunicação.

A história da ASCOM se mistura à da FEPAM, com a participação e divulgação de grandes feitos, projetos e, principalmente, conhecimento. De acordo com o professor doutor Mário Eugênio Villas Boas da Rocha, jornalista ex-servidor concursado da FEPAM, que trabalhou na Assessoria entre as décadas de 1990 e 2000, vários fatos marcaram a sua trajetória, entre eles a Semana Ressler e a criação do Prêmio FEPAM de Jornalismo Ambiental. Segundo Mário, foram três edições, com mais de 150 trabalhos inscritos àquele concurso.

Já a Jornalista Sílvia Marcuzzo lembra com saudade do período em que coordenou a Comunicação FEPAM/SEMA entre 1999 e 2002. Segundo seu relato, havia muitas campanhas, eventos, e grande envolvimento com a Semana do Meio Ambiente, a Semana da Água e o quadro de aniversariantes. O desenvolvimento do *site* institucional também foi um trabalho que envolveu muitos colegas, afirma Sílvia. A profissional, especializada em Jornalismo Ambiental, também rememora a criação da SEMA, a reabertura do Parque Estadual de Itapuã, as publicações das Notícias Ambientais e as campanhas de verão Com-

* Jornalista, Coordenadora da Assessoria de Comunicação da FEPAM/SEMA. E-mail: vanessa-trindade@sema.rs.gov.br

Vida, com ações educativas no Litoral e o envolvimento da ASCOM no Projeto Balneabilidade. Esse projeto de abrangência estadual da FEPAM iniciou-se no verão 1979/1980 e até hoje conta com a participação da Assessoria de Comunicação da FEPAM nas divulgações semanais das condições de banho. Na temporada 2019/2020, as placas informativas do Balneabilidade junto aos pontos de amostragem da água, importante ferramentas de informação aos banhistas, ganharam uma logomarca nova, desenvolvida com um conceito mais moderno, claro e leve, com as cores do verão.

A propósito de um novo logo, em 2020 a equipe da Comunicação recebeu o desafio da Direção de transformar a marca da FEPAM, como homenagem pelos seus 30 anos de vida. Durante o processo de criação, surgiu a pergunta: como ter algo inovador, sem perder a essência? Sim, manter a essência foi fator primordial para este trabalho. Sem dúvida, um reflexo do que fomos e somos, o qual não poderia ser perdido.

A equipe ainda jovem da atual Comunicação carrega no seu dia a dia o orgulho de poder seguir contando histórias e fazer parte da trajetória da FEPAM. Entre os objetivos daqui para frente, estão o resgate de projetos antigos e a criação de novos, sempre com o desejo de deixar o seu legado para os próximos 30 anos.



Equipe da Assessoria de Comunicação FEPAM/SEMA, a partir da esquerda: Vanessa Trindade, Jornalista; Laura Maria, Estagiária de Jornalismo; Fernando Moraes, Publicitário; e Bárbara Corrêa, Jornalista.

FEPAM: uma trajetória de vida

Renato das Chagas e Silva*

Iniciei minha carreira na FEPAM em 1981 como estagiário de Engenharia Química, quando ainda éramos um Departamento vinculado à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, o então Departamento de Meio Ambiente (DMA). Era o começo da estruturação do órgão de meio ambiente no Estado e que neste ano, como FEPAM, comemora seus 30 anos. Com muito orgulho e dedicação, exerci minha carreira como engenheiro químico de 1982 a 2018, completando 36 anos de trabalho, quando me aposentei em dezembro de 2018. A minha geração lutou pela criação da FEPAM em 1990 e iniciou a sua estruturação e fortalecimento, que foi continuamente crescendo. Recebemos novos colegas através de diversos concursos realizados neste período, o que assegurou a continuidade do trabalho e seu aperfeiçoamento contínuo, sem a perda das conquistas e dos aprendizados obtidos nesse período. Com nosso trabalho e dedicação, chegamos ao que somos hoje, uma Fundação reconhecida nacionalmente por seu trabalho técnico e criterioso, garantindo ao nosso Estado o desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Em janeiro de 2019, fui convidado pelo secretário Artur Lemos Júnior para exercer o cargo de Diretor Técnico da FEPAM. Com muito orgulho, aceitei esse desafio. A Diretoria Técnica, através de seus cinco departamentos – Departamento Agrossilvipastoril; Departamento de Qualidade Ambiental; Departamento de Licenciamento e Controle, Departamento de Fiscalização e Departamento de Gestão Descentralizada –, e demais divisões e serviços que a compõem, detém a inteligência do Estado no que se refere a questões ambientais, e é assim reconhecida internamente no governo, bem como na sociedade como um todo.

Nos últimos anos, destaco, entre as diferentes ações realizadas pela FEPAM, a aceleração de nosso processo de digitalização de todas as atividades que exercemos, por meio da criação e do constante desenvolvimento do Sistema *Online* de Licenciamento (SOL). Essa ação é fundamental nos tempos atuais, para estarmos inseridos no desenvolvimento tecnológico e continuarmos entregando à sociedade gaúcha um trabalho de qualidade e sempre buscando o seu aperfeiçoamento.



Equipe da Direção Técnica e do Gabinete da Presidência: Renato das Chagas e Silva, Diretor-Técnico; Simone Holz Rojahn Gonçalves, Assessora; Renata Adriana Carlino Pinheiro, Assessora; e Isa Carla Osterkamp, Assessora do Gabinete da Direção Presidência.

* Engenheiro Químico, Diretor Técnico; e-mail: dirtec@fepam.rs.gov.br

Divisão de Licenciamento – DL

Jorge Augusto Berwanger Filho*

A Divisão de Licenciamento (DL) está diretamente subordinada à Diretoria Técnica da FEPAM, contando atualmente com a colaboração de quatro agentes administrativos, dois analistas – sendo uma Geóloga e um Engenheiro Ambiental, e dois estagiários. Desde os seus primórdios, a DL tem como competências o planejamento, a organização e o controle da execução das atividades desenvolvidas pelos analistas do licenciamento ambiental.

Ao longo dos anos, a DL acolheu novas atribuições e colaborou em outras, tais como: coordenação do Sistema *Online* de Licenciamento (SOL); operacionalização do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos; integração do Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA com o licenciamento ambiental; participação na elaboração de novas Portarias e revisões de instrumentos normativos obsoletos; contribuição na criação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de utilização interna, emissão de Declarações de Alteração de Responsabilidade Ambiental (DARE) para alteração de titularidade ambiental sobre os atos administrativos expedidos, além de análise de processos administrativos vinculados à emissão de Certificados de Cadastros de Laboratórios, Cadastros de Auditores Ambientais e Autorizações de Remessa de Resíduos para Fora do Estado de atividades não licenciáveis.

Não menos importante, destaca-se ainda o atendimento diário a demandas internas, como, por exemplo, alterações de porte e ramos de empreendimentos e criação de novos documentos nos Sistemas SOL e Oracle™, e externas, assistindo usuários dos Sistemas através de atendimento telefônico e e-mail.

A DL atua também em colaboração com a Central de Atendimento da FEPAM, que opera diretamente com orientação ao público externo e triagem de documentos processuais.

Buscando a padronização das ações e dos atos da Instituição, a Divisão vem realizando, periodicamente, treinamentos e capacitações internas, os quais serão mantidos e reformulados, sempre que identificada a necessidade.

Passados 30 anos, a DL evoluiu obtendo resultados mais relevantes em função do avanço tecnológico que permeou a Instituição, resultando na digitalização de diversos procedimentos, refletindo na transparência e eficiência dos atos administrativos emitidos pela FEPAM.

* Analista Engenheiro Ambiental, Chefe da Divisão de Licenciamento – DL, e-mail: jorge-berwanger@fepam.rs.gov.br.

Continuaremos trabalhando nesta Divisão em busca da melhoria contínua nas rotinas administrativas, visando ao aprimoramento das ações da FEPAM, com foco na padronização e no cumprimento das normas legais e, assim, contribuindo para evitar a subjetividade.



Equipe da Divisão de Licenciamento - DL, da esquerda para a direita: Vinicius Silva Fiorentin - Agente Administrativo; Inaiara Motta - Estagiária; Anthony Possamar Martins - Estagiário; Jorge Augusto Berwanger Filho - Analista Engenheiro Ambiental (Chefe da DL); Luciano Maidana da Silva - Agente Administrativo; Roberta Bonatto Acauan - Analista Geóloga; Elder Luis Gama - Agente Administrativo; e no plano frontal: Carine Souza Ramos - Agente Administrativa.

Divisão de Emergências Ambientais - DEAMB

Rafael dos Santos Rodrigues*

A Divisão de Emergências Ambientais (DEAMB) é a unidade executiva da FEPAM, vinculada à Diretoria Técnica (DIRTEC), responsável por coordenar o atendimento a acidentes e emergências ambientais. Atua na prevenção e no atendimento das emergências em todo o Estado, bem como no controle do licenciamento do transporte de produtos e/ou resíduos perigosos, nos modais rodoviários, ferroviários e hidroviários.

Assim, as principais missões da DEAMB são o gerenciamento de risco de acidentes ambientais por meio dos processos de licenciamento e o atendimento a emergências com produtos perigosos.

A Divisão vem alcançando desempenho positivo ao longo dos anos, tanto nos licenciamentos como nos atendimentos às emergências.

A história da Divisão pode ser resumida nos principais fatos inseridos em uma linha do tempo (Figura 1).

Os totais de licenças emitidas nos últimos três anos foram os seguintes: 2457 em 2017, 2928 em 2018 e 2913 em 2019.

* Analista, Eng. Químico Chefe da DEAMB, e-mail: rafael-rodriques@fepam.rs.gov.br.

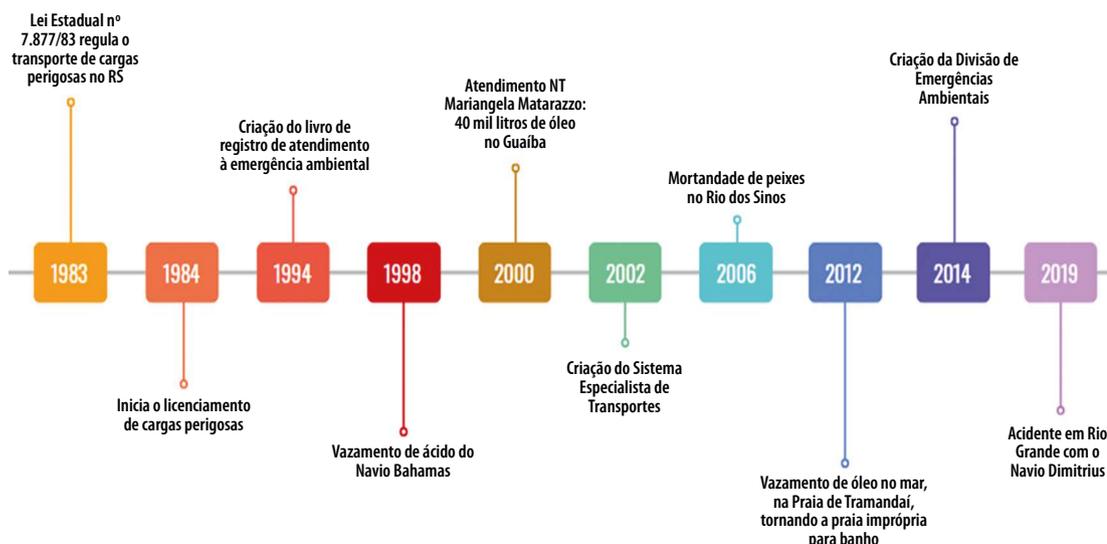


Figura 1 – Linha do tempo da história do SEAMB – Serviço de Emergência Ambiental e de sua atual sucessora, a Divisão de Emergências Ambientais da FEPAM.

Algumas cenas registradas em acidentes e eventos atendidos estão mostradas na Figura 2. Os números de emergências atendidas durante o período de 1994-2019 estão apresentados no gráfico da Figura 3.

Esperamos que a Divisão esteja sempre focada na busca por maior eficiência nos processos de licenciamento, na prevenção da ocorrência de acidentes, na obtenção de respostas rápidas aos atendimentos e, assim, contribuindo para evitar a propagação de produtos e a contaminação de pessoas e do meio ambiente.

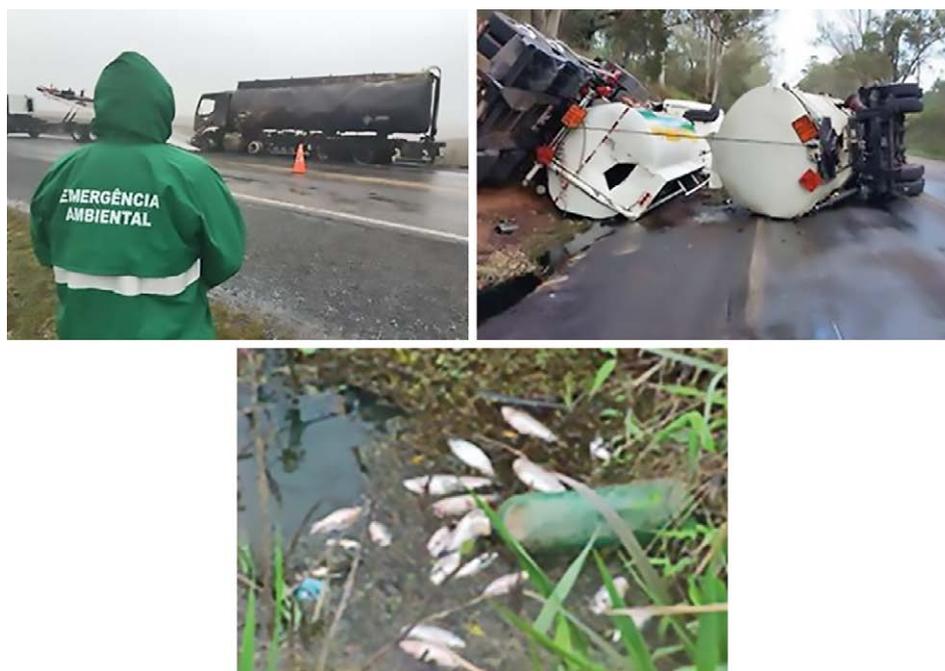


Figura 2 – Cenas registradas em acidentes em estradas e da propagação de contaminantes.

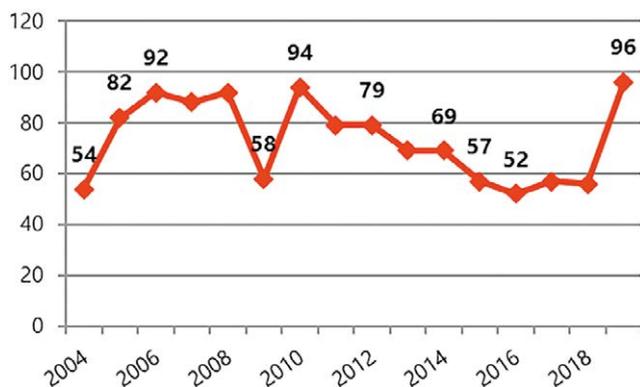


Figura 3 – Número de emergências atendidas pela Divisão de Emergências Ambientais da FEPAM entre 2004 e 2019.



Integrantes da equipe de saúde e segurança do trabalho e da equipe de licenciamento de transporte de produtos e ou resíduos perigosos. Da esquerda para a direita: Técnico de Segurança do Trabalho Michel Belleboni, Eng. Ambiental Tatiane Furlaneto, Eng. de Segurança do Trabalho Roni Bitencourt, Estagiária Eng. Ambiental Raquel Lima, Estagiária Eng. Civil Gabriela Marcelli, Técnica de Segurança do Trabalho Patricia Dias Justos e Eng. Químico Rafael Rodrigues (Chefe da DEAMB).



Integrantes plantonistas da equipe de emergências ambientais. Da esquerda para direita em pé: Eng. Civil Rafael Volquind, Eng. Químico Juarez Loff, Bióloga Cleonice Kazmairczak, e os Eng. Químicos Fernando Borges e Diego Borges. Da esquerda para direita agachados: Biólogo Diego Hoffmeister, e os Eng. Químicos Fabiani Vitt, Rafael Rodrigues e Helena Petersen.

Departamento Agrossilvipastorial – DASP

Cristiano Horbach Prass*

Divisão de Agrotóxicos – DIAGRO

Gianfranco Bandi Aliti**

Divisão de Aquacultura e Culturas Perenes – DILAP

Giovana Rossato Santi***

Divisão de Culturas Agrícolas – DILCA

Cinara De Pizzol****

Divisão de Criações – DILC

Arno Leandro Kayser*****

A história do Departamento Agrossilvipastorial (DASP) começa ainda nos anos 1980 após o advento da legislação do controle do uso de agrotóxicos, a qual criou a necessidade do cadastro desses produtos para a liberação do uso no Rio Grande do Sul.

A poluição difusa, que caracteriza os impactos da agricultura na natureza, foge da lógica de combate à poluição industrial, da gestão de resíduos e a regularização do uso do solo. Essas atividades, que foram marcos da criação da FEPAM e seus antecessores, giram em torno da ideia de impactos localizados que estão na base das políticas de mandato-controle. Por isso, os controles de impactos agrícolas trabalham com outras ferramentas de gestão ambiental que foram sendo desenvolvidas e adaptadas para a realidade gaúcha, com o surgimento e a evolução do DASP. Antes do DASP, denúncias de problemas no meio rural eram gerenciadas pela Divisão de Saneamento da casa.

Com o Cadastro de Agrotóxicos, forma-se um núcleo de técnicos em torno do tema Agrossilvipastoril que leva à criação de uma Divisão para tratar da matéria.

Ainda nos anos 1990, com o programa de apoio aos condomínios suinícolas rurais, apoiados pelo Banco Mundial, começa o licenciamento dessa atividade, ampliando o quadro de técnicos das ciências agrárias para atender a essa demanda. Esse tema ficou mais forte na virada do milênio, quando a poluição gerada pelas criações de suínos no sul do Brasil levou o Ministério do Meio Ambiente

* Eng. Florestal, Chefe do Departamento Agrossilvipastoril (DASP), e-mail: cristianohp@fepam.rs.gov.br.

** Eng. Agrônomo, Chefe da Divisão de Agrotóxicos (DIAGRO/DASP) e-mail: gianfranco-aliti@fepam.rs.gov.br.

*** Eng. Agrônoma, Chefe da Divisão de Aquacultura e Culturas Perenes (DILAP/DASP) e-mail: giovanars@fepam.rs.gov.br.

**** Eng. Agrônoma, Chefe da Divisão de Culturas Agrícolas (DILCA/DASP) e-mail: cinara-pizzol@fepam.

***** Eng. Agrônomo, Chefe da Divisão de Criações (DILC/DASP), e-mail: arno-kayser@fepam.rs.gov.br.

a implantar um programa para enfrentar a questão, unindo os órgãos do meio ambiente dos três estados do Sul, a Embrapa e universidades, financiados pelo Programa Nacional do Meio Ambiente. Desse esforço surgiram os critérios de licenciamento da suinocultura, dos quais derivaram todos os demais para atividades de criações de animais confinados.

Por questões políticas da época, o DASP foi rebaixado a um serviço na virada do milênio, tornando-se o Serviço Agrossilvipastoril (SEASP) por um bom tempo. A questão dos impactos ambientais do campo ainda não era completamente aceita por grande parte da sociedade gaúcha. Especialmente organizações representativas do setor, que defendiam que a degradação ambiental era algo restrito a setores urbanos e industriais.

Os concursos da FEPAM realizados em 1994 e 2001 ampliaram o quadro de servidores com profissionais das ciências agrárias, os quais passaram a reforçar a sede, tanto no controle como no planejamento, bem como as Regionais. Isso desencadeou o trabalho integrado entre a sede e os postos do interior de uma forma inédita para a FEPAM, permitindo uma descentralização do atendimento de processos de licenciamento.

Em 1997, a Resolução CONAMA Nº237 foi publicada, apontando várias atividades rurais passíveis de licenciamento ambiental. Entre essas, está a Aquacultura, então, uma atividade em ascensão na economia do país e, anteriormente, vista quase exclusivamente de lazer no meio rural. Isso fez com que a FEPAM iniciasse um cadastro dos empreendedores que serviu de base para o começo do licenciamento da Aquacultura no final dos anos 1990. A apreensão acerca dos potenciais malefícios da introdução de espécies exóticas, como a tilápia, o *catfish* e a rã-touro, em nosso meio natural, demonstrou a importância de a FEPAM desenvolver esta nova área em seu trabalho de controle e gestão ambiental.

A preocupação com o tema da água na agricultura levou o Departamento de Qualidade (DQA) da FEPAM a criar um Cadastro de Irrigantes para o Estado, iniciando as bases do controle dessa atividade. Um núcleo técnico foi montado para tal, desencadeando o licenciamento ambiental das atividades de irrigação no Rio Grande do Sul, com a interferência do Programa Estadual de Regularização das Atividades de Irrigação (PERAI). Ao longo da história do licenciamento dos irrigantes, muitos desafios vêm sendo enfrentados, acentuadamente em anos de crise hídrica, como na última safra em 2019-2020. Contudo, já são hoje cinco mil empreendimentos de irrigação vinculados ao licenciamento estadual, perfazendo uma área irrigada de aproximadamente um milhão de hectares licenciados pela FEPAM.

Na sequência, com a expansão da Silvicultura no Estado, em especial para o fornecimento ao setor de celulose e papel, foi criado um grupo de trabalho entre o antigo SEASP e o DQA, visando à formatação do zoneamento para controle e gestão da atividade no RS. Esse trabalho, desenvolvido internamente, foi posteriormente ampliado junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, resultando nas resoluções que aprovaram o Zoneamento Ambiental da Atividade de Silvicult-

tura. Após uma fase inicial com técnicos contratados emergencialmente através de convênio com a EMATER, a FEPAM realizou um novo concurso público, aumentando a equipe do DASP com analistas técnicos concursados para licenciar a atividade.

Essas demandas de trabalhos levaram a equipe do SEASP a rearticular a antiga DASP (Divisão Agrossilvipastoril) em 2007, agora com quatro setores específicos: os Serviços de Criações (SELC), de Licenciamento e Controle de Agrotóxicos (SELCA), da Irrigação (SELI) e da Aquacultura e Silvicultura (SELACA).

Sempre de forma integrada com as Regionais, o DASP atingiu uma fase mais qualificada de trabalho, alcançando destaque cada vez maior dentro da casa. Tanto que em 2012, com a reforma do organograma da FEPAM, a Divisão virou o Departamento Agrossilvipastoril. A sigla segue sendo DASP e os antigos serviços foram transformados nas atuais Divisões de Criação (DILC), dos Agrotóxicos (DIAGRO), de Culturas Agrícolas (DILCA) e de Aquacultura e Culturas Perenes (DILAP).

A partir de 2016, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) passou a nortear parte das tarefas do DASP, já que o CAR congrega a base única das informações de uso do solo nos imóveis rurais. Posteriormente, em 2017, um novo leque de atividades começou a ser demandado ao DASP, quando as autorizações de manejo e supressão de vegetação nativa tornaram-se competência da FEPAM, antes atendidas pela SEMA.

Felizmente, a sociedade gaúcha, especialmente a que trabalha no mercado mundial, alterou sua visão com relação ao tema ambiental na agricultura e começou a reconhecer a necessidade de o Estado ter uma política de controle dos seus impactos no meio ambiente. Ainda há muitos setores resistentes, mas a tendência é ampliação e qualificação do trabalho, especialmente com o advento de novas ferramentas operacionais que têm diminuído o tempo de análise dos processos e permitido mais agilidade para o encaminhamento dos procedimentos administrativos.

Existem, entretanto, muitos desafios e setores a serem envolvidos nesse trabalho. Assim, o Departamento continua sendo desafiado pelas múltiplas tarefas que caracterizam o trabalho vinculado ao meio rural e ao grande número de pequenos empreendedores distribuídos por todo o Estado. Mesmo que, em parte, esse trabalho seja compartilhado com os municípios, a FEPAM segue com o controle das atividades rurais, atuando como referência técnica a órgãos locais, através de sua equipe qualificada, das novas ferramentas tecnológicas e dos avanços das políticas de gestão ambiental. As novidades do CAR e do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais, construídas no país com a cooperação importante do DASP e de outros setores da FEPAM, são exemplos.

A expectativa é trabalharmos cada vez mais integrados com outros setores da Casa e, em particular, com as Regionais, na missão de preservação ambiental em um Estado que tem a agropecuária na sua base econômica.



Equipe da Divisão de Agrotóxicos - DIAGRO. Da esquerda para direita: Eng. Agrônomo Leonardo Sobrosa Rosito; Eng. Agrônomo Gianfranco Badin Aliti (Chefe da DIAGRO); Eng. Química Alda Maria de Oliveira Correa; Eng. Agrônomo Arthur Baptista dos Santos; Eng. Agrônoma Sirlei Haubert e Estagiária de Biologia Ilana Pchara Gutierrez.



Equipe da Divisão de Aquicultura e Culturas Perenes – DILAP. Na primeira foto e em pé, da esquerda para direita: Eng. Agrônomo Leandro Hellebrandt Kruger; Eng. Florestal Cristiano Horbach Prass (Chefe do DASP); Eng. Agrônoma Giovana Rossato Santi (Chefe da DILAP); Eng. Florestal Daiane Soares Caporal; Eng. Florestal Daiane Deckmann Andriollo; Eng. Florestal Frederico Severo Salomoni Seganfredo; Eng. Agrônomo Guilherme Rutkoski Silveira. Agachado: Eng. Agrônomo José Olavo Tubino Braccini. Sentado: Eng. Agrônomo Juarez Jeffman. Nas demais fotos, da esquerda para a direita: Eng. Agrônoma Julia Estevam Gomides; Eng. Florestal Fernando da Silva Cunha; e Bióloga Adriana Rosa Campagna.



Equipe técnica da Divisão de Culturas Agrícolas - DILCA. Da esquerda para a direita aparecem o Eng. Agrônomo Gustavo Silva Achutti, a Eng. Agrônoma Cinara De Pizzol (chefe da DILCA), o Eng. Agrônomo Enio Sebastião Vicente de Jesus e as Eng. Agrônomas Roberta Ferreira Soares e Mauren de Oliveira Santos.



Equipe da Divisão de Culturas Agrícolas – DILC. Na foto superior: à direita, ao fundo Eng. Agrônomo Juarez Jeffman; à direita, na frente Eng. Agrônoma Kátia Regina Ruivo; no centro, ao fundo Eng. Agrônomo Lucas Renz Cadore; ao centro, em pé Eng. Química Mirian Cobalchini; à esquerda, ao fundo Estagiária Kelly Cardoso; à esquerda, na frente Estagiária Rafaela Rodrigues. Nas demais fotos: à esquerda, Eng. Agrônomo Valdir Bisotto e à direita, Eng. Agrônomo Arno Leandro Kayser (Chefe da DILC).

Departamento de Licenciamento e Controle – DECONT

Fabiani Ponciano Vitt*

O Departamento de Licenciamento e Controle – DECONT – é uma unidade de comando, de direção e de supervisão, diretamente subordinada à Diretoria Técnica, que atua no licenciamento e controle ambiental de atividades industriais em geral, da indústria do petróleo e petroquímica, incluindo produção, processamento, armazenamento e fracionamento de gases liquefeitos e líquidos inflamáveis em tanques e vasilhames, da distribuição de produtos oriundos do petróleo, de mineração, de resíduos sólidos e áreas contaminadas, de saneamento básico, de infraestrutura e de geração e transmissão de energia elétrica.

Destacam-se, ainda, neste departamento atividades de normatização técnica direcionadas ao licenciamento, participações em Câmaras Técnicas para fixação de diretrizes junto ao CONSEMA, realização de palestras e participações em seminários para divulgação de diretrizes técnicas, entre outros. O DECONT é composto por 5 divisões: DICOPI, DIGEN, DISA, DIRS, DMIN e possui duas profissionais da Sociologia ligadas diretamente a coordenação do Departamento e servindo de apoio a todas as divisões na avaliação de questões ligadas ao meio socioeconômico.

O Departamento de Controle e suas Divisões pretendem continuar trabalhando para contribuir com o desenvolvimento ambiental, econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a legislação vigente, e atuando com seriedade, profissionalismo e transparência.



Equipe de Analistas do gabinete do Departamento de Licenciamento e Controle -DECONT, da esquerda para direita: Eng. Química Fabiani Ponciano Vitt (Chefe do DECONT); Socióloga Érica Onzi Pastori e Socióloga Bibiana Rossoni.

* Engenheira Química, Chefe do Departamento de Licenciamento e Controle, DECONT, e-mail: fabiani-tomaz@fepam.rs.gov.br.

Divisão de Controle da Poluição Industrial - DICOPI

Regina Froener*

A Divisão de Controle da Poluição Industrial foi criada em 1993, com a fusão do Serviço de Controle da Poluição Hídrica Industrial - SECOPHI e da Divisão de Controle de Resíduos - DCR.

Na sua concepção foi estruturada contendo quatro serviços: Serviço de Análises de Projetos - SAP, Serviço de Diagnóstico da Poluição Industrial - SEDAPI, Serviço de Fiscalização Industrial - SEFIND, e Serviço de Resíduos Industriais - SRI.

Em agosto de 2004, a DICOPI foi reestruturada, ficando dividida em três setores: Serviço de Licenciamento e Monitoramento de Indústrias - SELMI, Serviço de Licenciamento de Atividades Industriais em Implantação - SELAI, e Serviço de Fiscalização Industrial - SEFIND.

Em 2014, por meio do Decreto Estadual N° 51.874, de 02 de outubro de 2014, foi desvinculada a exclusividade pela responsabilidade da fiscalização dos setores de licenciamento, através da criação de um Departamento de Fiscalização. Dessa forma, a DICOPI passou a contar com dois serviços: SELAI e SELMI.

O SELMI é o serviço responsável por todas as renovações, ampliações e demais procedimentos administrativos vinculados a empreendimentos industriais, de postos de combustíveis, transportador revendedor retalhistas (TRR), base de distribuição e dutos de distribuição que já estejam em operação e com licenciamento na FEPAM.

O SELAI realiza o primeiro licenciamento de empreendimentos industriais, de postos de combustíveis, transportador revendedor retalhistas (TRR), base de distribuição e dutos de distribuição, desde a fase de planejamento, instalação e a primeira licença de operação, além das licenças de operação de postos de combustíveis de Porto Alegre, e as licenças de operação de regularização.

Além das atividades ligadas diretamente ao licenciamento, os analistas vinculados à DICOPI se dedicam à elaboração de procedimentos e normativas que dão transparência e regularidade às suas atividades.

No ano de 2016 foi desenvolvido por analistas dessa Divisão, em conjunto com a Divisão de informática, o licenciamento autodeclaratório *online* para renovação de licenças de operação de postos de combustível e indústrias, iniciando dessa forma uma mudança no processo de renovações de licenças que visa a trazer mais agilidade e disponibilidade para o controle e fiscalização destas atividades.

A DICOPI é composta por uma equipe multidisciplinar de 29 analistas, entre eles 20 engenheiros químicos, 01 engenheiro agrônomo, 01 engenheiro civil, 04 biólogos e 03 geólogos. Destes, 03 são doutores e 12 são mestres. A Divisão conta ainda com 02 funcionários administrativos e 13 estagiários.

Esta equipe trabalha com dedicação, focada na responsabilidade de atender a sociedade e contribuir para o desenvolvimento industrial do estado, sempre com foco na preservação do meio ambiente.

* Eng. Química, Chefe da DICOPI/DECONT, e-mail: regina-froener@fepam.rs.gov.br.



Equipe do Serviço de Licenciamento de Atividades Industriais em Implantação – SELAI/DICOPI, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Eng. Química Helena de Souza Petersen, Geólogo Nelson Pieka Rivaldo, Eng. Química Regina Froener (Chefe da DICOPI), Eng. Química Luciane Felipe de Souza, Eng. Químico Alessandro Carlos Braun Soares (Chefe do SELAI), Bióloga Annelise Pacheco Pedroso, Eng. Civil Clarice da Costa Trindade, Eng. Química Pâmela Sfalcin, Bióloga Cleonice Kzarmiczak e Agente Administrativo Luis Carlos Bervig da Silva.



Equipe SELMI/DICOPI, da esquerda para direita e de cima para baixo: Vanessa Isabel dos Santos Rodrigues – Eng. Química (Chefe do SELMI), Tiana Pinho Correa – Eng. Química, Carolina de Marco Pessoa – Eng. Química, Fernando Gustavo Mohrdieck – Eng. Agrônomo, Vanise Porto Peixoto – Eng. Química, Ana Paula Rivelli Dian – Eng. Química, Carlos Eduardo Ferro - Biólogo, Natalia Cristina de Melo Silva – Eng. Química, Diego Borges – Eng. Químico, Scheila Cristina Proenca Huber - Geóloga, Shaiane Feijo Canabarro – Eng. Química, Diego Hoffmeister - Biólogo, Ivana Dandolini – Eng. Química, Mauricio Kipper da Silva-Eng. Químico, Monica Benetti Barbosa- Eng. Química, Liliane Lucas Portal-Eng. Química, Aline Nogueira da Silveira – Eng. Química, Leticia Pressi – Eng. Química, Leonardo Torres da Silva – Geólogo, Fernando Lima Borges – Eng. Químico, e Rodrigo Fabbris Andreatta, Agente Administrativo.

Divisão de Energia – DIGEN

Rosaura Heurich*

A Divisão de Energia – DIGEN – é uma unidade executiva, com atuação em licenciamento, fiscalização e controle de atividades relacionadas à infraestrutura de GERAÇÃO E DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA em suas diversas modalidades:

- Geração de Energia por Fonte Hídrica: Centrais Geradoras Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (Figura 1), Usinas Hidrelétricas.
- Geração de Energia por Fonte Eólica: Parque Eólicos, Centrais Eólicas (Figura 2).
- Geração de Energia por Fonte Solar: Centrais Geradoras (Figura 3).
- Transmissão de Energia: Linhas de Transmissão LT (Figura 4). Subestações de Energia – SE, Sistemas de Transmissão;

Para atender a demanda, a DIGEN possui no seu quadro, eminentemente técnico e comprometido, dezessete (17) analistas ambientais nas mais diversas áreas: sete biólogos, três geólogos, dois engenheiros químicos, duas engenheiras ambientais, um engenheiro florestal, uma geógrafa, e um arquiteto. Destes, nove analistas possuem especialização nas áreas de perícia/auditoria ambiental, segurança do trabalho, direito ambiental nacional e internacional, geomática, geofísica, geografia, educação, gestão e planejamento ambiental. Ainda, seis analistas possuem mestrado nas áreas de avaliação de impacto ambiental, geografia, ecologia, engenharia química, de processos, em energia, ambiente e materiais. A DIGEN conta também com um analista biólogo doutor em ciências. Além disso, para suporte e apoio possui três estagiários de nível superior, um de nível médio e um agente operacional. A DIGEN constitui-se em uma Divisão, cuja eficiência provê o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, por permitir a geração e a chegada de energia aos investimentos no Estado, os quais, por sua vez, geram trabalho, riqueza e bem estar.



Figura 1: Vista aérea de pequena central hidrelétrica.



Figura 2: Aerogeradores em operação.

* Bióloga, Chefe do DIGEN/DECONT, e-mail: rosaura-heurich@fepam.rs.gov.br.



Figura 3: Vista de painéis solares que formam as centrais geradoras.



Figura 4. Vista geral de linha de transmissão.



Da esquerda para direita, de cima para baixo, os analistas e estagiários que compõem a Divisão de Energia – DIGEN: Bióloga Anita Macedo de Campos, Bióloga Rosaura Heurich (Chefe da DIGEN), Engenheiro Químico Douglas Vitorassi, Engenheira Ambiental Mariana Voltolini, Engenheira Ambiental Neila Maria Dambros, Geólogo Joao Castanho Sirianni, Biólogo Luciano Paschoaloti Messa, Arquiteto Manoel Eduardo de Miranda Marcos, Geógrafa Nina Rosa Lages, Bióloga Paula Rodrigues Tavares, Geólogo Leonardo Gruber, Engenheiro Florestal Jordano Francisco Zagonel, Biólogo Daniel Reis Teixeira, Bióloga Cintia Silva Lima, estagiário de Biologia Rafael da Rosa Santini, Engenheira Química Lídia Caroline Goedel, estagiária de Biologia Amanda Pereira, Bióloga Simoni Rossi de Matos (e seu pequeno assistente Caio Rossi de Souza), Geólogo Celso Pagano Galli, estagiária de Biologia Luciana Di Diego Vasconcelos.

Divisão de Resíduos Sólidos e Áreas Contaminadas – DIRS

Aline Batista Marra*

A DIRS é responsável pelo licenciamento ambiental, fiscalização e monitoramento de todos os empreendimentos onde há destinação, disposição, processamento e tratamento de resíduos sólidos, sejam os resíduos domiciliares, industriais ou provenientes do serviço de saúde, localizados em todo o Estado, incluindo-se ainda

* Eng. Química, Chefe da DIRS/DECONT, e-mail: aline-marra@fepam.rs.gov.br.

os crematórios. Além destes empreendimentos, também realiza o acompanhamento da investigação, remediação e monitoramento de áreas com passivos ambientais, onde houve disposição de resíduos, e o desenvolvimento de novas tecnologias para tratamento de resíduos sólidos como pirólise, gaseificação, entre outros.

A DIRS possui uma equipe multidisciplinar, com nove funcionários atuando nas áreas de Engenharia, Química, Biologia e Geologia, sendo três engenheiros químicos, um engenheiro civil, uma engenheira agrônoma, uma química, um biólogo e dois geólogos, desses analistas sete com especialização e cinco mestres. A Divisão também conta com três estagiárias, uma da Engenharia Química, uma da Biologia e uma da Geologia.

A equipe é muito proativa, trabalha no desenvolvimento de diretrizes e portarias específicas da área de resíduos sólidos e participa em seminários, congressos e eventos divulgando o trabalho realizado pela FEPAM e dirimindo dúvidas sobre a gestão e o licenciamento de resíduos sólidos, bem como integra grupos de trabalho cujo foco seja os resíduos.



Equipe DIRS, no detalhe em primeiro plano: Geólogo Vicente Valderez Biermann; e da esquerda para direita: Biólogo Fernando Germano, Geólogo Marvin Freitas, Estagiária Viviane Moura, Eng. Químico Davi Valduga, Eng. Química Aline Marra (Chefe da DIRS), Auxiliar Administrativo Odelaine Esmerio, Eng. Química Daiene Zagonel, Eng. Agrônoma Rafaela Castro, Eng. Civil Fabiano Valente, Química Mariele Brambilla e Estagiária Fernanda Borges.

Divisão de Infraestrutura e Saneamento Ambiental- DISA

Clarice Glufke*

A Divisão de Infraestrutura e Saneamento Ambiental (DISA) atua no licenciamento e controle ambiental de 53 códigos de ramo relacionados a parcelamento do solo, transporte terrestre, transporte aéreo, obras hidráulicas, saneamento básico, serviços e áreas de lazer. O licenciamento e acompanhamento dessa gama

* Chefe da DISA/DECONT, e-mail: clarice-glufke@fepam.rs.gov.br.

de atividades é realizado por equipe multidisciplinar composta por oito analistas com formação em Biologia (duas), Geologia (duas), Engenharia Ambiental (um), Civil (dois) e Florestal (um), sendo 4 mestres e 1 doutor, além de cinco estagiários, graduandos em Engenharia Ambiental e Ciências Biológicas, e um bolsista de iniciação científica graduando em Engenharia Civil.

Mensalmente, além das atividades relacionadas ao licenciamento ambiental e da análise dos indicadores adotados pela gestão, a DISA realiza uma avaliação sistemática dos empreendimentos com licença ambiental emitida pela divisão por meio do cruzamento das informações cadastradas no banco de dados. A sistematização dessas informações permite o aperfeiçoamento dos fluxos e procedimentos de supervisão das atividades licenciadas.

A qualificação do licenciamento ambiental mediante elaboração de procedimentos e diretrizes é medida que fornece segurança e celeridade ao procedimento administrativo. Nos últimos anos, a DISA participou da elaboração de normativas relacionadas a temas que possuem interface com sua competência, por meio da composição de portarias, resoluções e diretriz técnicas, a exemplo das Diretrizes Técnicas 06/2018 (monitoramento de fauna em rodovias), 03/2019 (licenciamento ambiental de estabelecimentos prisionais) e 04/2019 (licenciamento ambiental de Sistemas de Esgotamento Sanitário).

A DISA também participa e fomenta discussões sobre a necessidade de adoção de medidas progressivas para as soluções de esgotamento sanitário. A divisão busca, em conjunto com o Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento da SEMA, com a Secretaria de Logística e Transportes e com demais órgãos competentes, encontrar caminhos para melhoria da infraestrutura Estado, visando atender aos objetivos de promoção da qualidade ambiental.



Divisão de Infraestrutura e Saneamento Ambiental (DISA) em Confraternização de Final de Ano. Da esquerda para direita estão os seguintes membros da DISA: Eng. Civil Estevão B. Vicenti, Estag. Valentina Aguiar, Eng. Civil Natália S. Pires, Geol. Rossana Goulart, estag. Ana Paula Winter, Eng. Ftal Clarice Glufke (Chefe da DISA), estag. Igor S. Moreira, Biol. Luis Fernando C. Perelló, Eng. Amb. Walter L. Z. M. de Souza, Eng. Amb Daniel O. de Brito, Geol. Jorge A. Costa, estag. Andressa Scotta, estag. Fernando S. Rörig e a Biol. Viviane M. Bertola.

Divisão de Mineração - DMIN

Andrea Garcia de Oliveira*

A DMIN é responsável pelo licenciamento e controle ambiental de todas as atividades de mineração no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e, também, atua na fiscalização ao cumprimento das normas e exigências previstas nas licenças expedidas e na legislação ambiental vigente.

A equipe é composta por 10 analistas ambientais, contando neste número a chefia da Divisão, sendo um engenheiro florestal, dois biólogos, quatro geólogos e três engenheiros de minas. É responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos de extração e beneficiamento de substâncias minerais diversas, como areia, argila, saibro, rocha, as quais têm aplicação direta na construção civil, além de carvão mineral, minério metálico, calcário e gemas.

Com a reestruturação da Divisão de Mineração, em 2016, passaram a ser implementadas mudanças nos critérios de licenciamento ambiental dos empreendimentos mineiros do Estado, refletindo diretamente na melhoria do atendimento da demanda e estabelecimento de maior controle e gestão dos empreendimentos licenciados.



Equipe da Divisão de Mineração - DMIN, da esquerda pra direita, em primeiro plano: Pedro Guilherme Cipriano - Eng. de Minas; Maila Artico - Eng. Florestal; Andréa Garcia, Bióloga (Chefe da DMIN); Monique Becker - Geóloga; e Sarah Guazzelli - Eng. de Minas, ao fundo: Cristina Wenzel - Bióloga; Mariana Stein - Eng. de Minas; Samuel Sbaraini - Geólogo; Augusto Furtado - Geólogo; e Ana Paula Dani - Geóloga.

* Bióloga, Chefe da DMIN/DECONT, e-mail: andrea-oliveira@fepam.rs.gov.br.

Departamento de Fiscalização – DF

Vagner Hoffmann*

A fiscalização ambiental é um dos pilares fundamentais para a garantia da proteção ambiental. Com o intuito de cumprir suas obrigações, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) alterou o seu Regimento Interno em 02 de outubro de 2014 (Decreto Estadual N° 51.874/2014), desvinculando a exclusividade pela responsabilidade da fiscalização dos setores de licenciamento, através da criação de um departamento específico para este fim.

O Departamento de Fiscalização (DF/FEPAM) foi concebido para ser a unidade de comando, de direção e de supervisão, diretamente subordinada à Diretoria Técnica, atuando na coordenação das atividades de fiscalização, no atendimento a urgências, no apoio a demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Polícias e no monitoramento ambiental e de atividades licenciadas, em consonância com os demais setores de licenciamento e de monitoramento.

Apesar de seu curto tempo de existência em relação à história da FEPAM, o DF/FEPAM se tornou uma referência no desenvolvimento de ações de fiscalização integradas, buscando maior eficácia por intermédio da sinergia, dos meios materiais e da capacidade técnica.

As Divisões que compõem o Departamento de Fiscalização são a Divisão de Fiscalização Ambiental (DIFISC), a Divisão de Laboratórios (DILAB) e a Divisão de Atendimento ao Ministério Público e Poder Judiciário (DEMJ).

É com satisfação que este Departamento, juntamente com as suas Divisões, dentro de todas as suas atribuições, continuará se dedicando a esta árdua tarefa de garantir a proteção ao meio ambiente da sociedade gaúcha.

Divisão de Atendimento ao Ministério Público e Poder Judiciário – DEMJ

Ana Paula Canedo Arigoni Bentlin** e Leandro Pinto Salvador***

Uma parte significativa do trabalho da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) é o atendimento das requisições dos Ministérios Públicos e das decisões judiciais realizadas, por diferentes juízos, para colaboração dos servidores da Instituição em ações diversas como assistente técnico.

A obrigatoriedade deste atendimento, além ser decorrente de uma determinação legal prevista no artigo art. 8º da Lei N° 7.347, de 24 de julho de 1985, também deriva da legitimidade de ambos na persecução da responsabilização civil por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente.

O trabalho atualmente desenvolvido pela Divisão de Atendimento ao Ministério Público e Poder Judiciário (DEMJ) era, inicialmente, executado diretamente pela Assessoria Jurídica da entidade. Com o aumento gradual das requisições e da neces-

* Analista, Eng. Químico, Chefe do Departamento de Fiscalização – DF, e-mail: vagner-hoffmann@fepam.rs.gov.br.

** Analista Advogada, Chefe do DEMJ, e-mail: ana-bentlin@fepam.rs.gov.br.

*** Agente Administrativo do DEMJ, e-mail: leandro-salvador@fepam.rs.gov.br.

cidade de controle no atendimento, este passou a ser um Serviço e posteriormente, pela sua importância, com a edição do Decreto Nº 51.874, de 02 de outubro de 2014, tornou-se uma Divisão vinculada ao Departamento de Fiscalização, contando com ferramentas de controle próprias desenvolvidas no Banco de Dados.

Para ilustrar a importância e o volume que as demandas destes órgãos representam à Instituição, registra-se que, no ano de 1999, o então Serviço de Apoio ao Ministério Público e Poder Judiciário recebeu 664 requisições e, no ano de 2019, a Divisão de Atendimento ao MP e PJ recebeu, processou e respondeu cerca de 2.400 solicitações. Deve-se ressaltar que, em 2017, quando foi editada a Portaria Conjunta SEMA/FEPAM Nº 04/2017, determinando o atendimento integrado das requisições à SEMA e à FEPAM, o DEMJ realizou o atendimento de 3.792 requisições. Nos últimos quinze anos, o DEMJ atendeu a cerca de 26 mil requisições diversas.

Há um esforço cotidiano pela equipe do DEMJ para que o atendimento tempestivo das requisições vá além de uma obrigação legal e seja percebido pela área técnica como um trabalho que possui efeitos desejáveis à proteção ambiental. A partir de ações conjuntas do órgão ambiental e dos Ministérios Públicos, são melhor encaminhadas ações de recuperação de passivos ambientais, são propostas ações civis públicas que, efetivamente, reparam danos civis ambientais, bem como é dado à fiscalização da FEPAM o conhecimento de atividades com efetivo potencial poluidor em locais de difícil acesso ou em áreas não prioritárias.

Em relação às perspectivas do setor, acreditamos no acréscimo de qualidade e agilidade no futuro espaço destinado ao DEMJ no Sistema Online de Licenciamento (SOL). As novas ferramentas e tecnologias da informação encurtam distâncias e dão mais publicidade às ações realizadas pela Instituição, otimizando, desta forma, o trabalho efetuado, além de reduzir custos e recursos materiais.

Outro aspecto desejável é a permanente capacitação e valorização desta Divisão, com um número de servidores compatível com as suas demandas. Atualmente, a equipe do DEMJ conta com quatro servidores e dois estagiários.

Em síntese, o DEMJ seguirá realizando seu trabalho de interlocução com a área técnica, colaborando para que o conhecimento técnico e especializado da FEPAM continue cooperando com a missão dos Ministérios Públicos e com as diferentes esferas do Poder Judiciário na defesa do interesse da sociedade, reduzindo atritos e contribuindo para a aplicação da lei ambiental e a consequente proteção ao meio ambiente.



Da Esquerda para direita: Agente Admin. Leandro Pinto Salvador; Analista Advogada Ana Paula Canedo Arigoni Bentlin (Chefe da DEMJ); Agente Admin. Mara Lucia Piuga Machado; Estagiário Guilherme Reis; Agente Admin. Zaira Regina dos Santos Borges; e a servidora do DBio/SEMA Maria Josete Barros.

Divisão de Fiscalização Ambiental – DIFISC

Juarez F. Löff*, Vagner Hoffmann**, Luciano P. Martins***
e Emerson K. dos Santos****

Diante da necessidade de oferecer à comunidade um serviço de atendimento a denúncias de danos ambientais e dar apoio aos processos de licenciamento ambiental, foi criada, em outubro de 2014, a Divisão de Fiscalização Ambiental (DIFISC), que, desde então, vem se fortalecendo e se equipando para oferecer um atendimento rápido, eficaz e com seriedade às demandas que a sociedade e outros órgãos trazem, referentes à fiscalização e ao atendimento de denúncias que se referem a possíveis danos ambientais.

A DIFISC possui uma equipe multidisciplinar formada por geólogo, biólogo, engenheiros químicos, agrônomo, florestal e civil, os quais unem força e conhecimento para atenderem às mais diversas necessidades, espalhadas pelo Estado. Seja no Litoral, na Serra, na Campanha, com sol ou chuva, no calor ou no frio, por terra, água ou ar, a equipe da DIFISC não mede esforços para verificar se determinado empreendimento ou atividade está respeitando a legislação ambiental, ou se possui licença ou ainda se está ocorrendo algum tipo de dano ambiental.

Desde 2014, a DIFISC vem prestando uma série de atendimentos e já participou de inúmeras operações em conjunto com outros órgãos, como Ministério Público e Brigada Militar, prezando sempre pelo planejamento, pela organização e pela conduta de respeito e igualdade, baseando-se nos limites das leis.

Desmatamentos, poluição atmosférica e lançamento de contaminantes no solo ou nos rios são os casos mais demandados de danos ambientais e, para esses atendimentos, a DIFISC conta com estrutura e equipamentos, como veículos, drone, GPS, *tablets*, medidores de ruídos e sondas para análise de parâmetros químicos e biológicos de efluentes líquidos. Durante a fiscalização, ou mesmo após uma análise mais detalhada e conclusão que houve dano ao meio ambiente, os analistas utilizam-se de ferramentas administrativas como embargo de obras, suspensão de atividades poluidoras, emissão de autos de infração ou promovem o encaminhamento a outros órgãos de controle.

Buscando a padronização e otimização dos procedimentos, foi desenvolvido o Manual da Fiscalização, que visa ao balizamento das condutas e a uma maior eficácia nos atendimentos. Este documento é atualizado com frequência e está disponível para comunidade e outros órgãos ambientais de controle e fiscalização, sendo apresentado em cursos e treinamentos, para servir como orientação e informação a todos.

Vinculado à DIFISC, o Serviço de Autos de Infração (SAI) foi criado em 2018, com objetivo de auxiliar as atividades de fiscalização e padronizar os autos de infrações de competência da FEPAM, a partir de Autos de Constatações lavrados pelos integrantes do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA). Os autos de infrações são lavrados no Sistema *Online* de Licenciamento (SOL), de forma digital, proporcionando, além da publicidade das informações, maior agilidade na elaboração. A obrigatoriedade de inserção de documentos anexos, que materializam, explicam ou justificam os

* Eng. Químico (Chefe da DIFISC), e-mail: juarez-loff@fepam.rs.gov.br.

** Eng. Químico (Chefe do DF), e-mail: vagner-hoffmann@fepam.rs.gov.br.

*** Biólogo (Chefe do SAI/DIFISC), e-mail: luciano-pazinato@fepam.rs.gov.br.

**** Eng. Civil (DIFISC), e-mail: emerson-santos@fepam.rs.gov.br.

motivos da autuação, tornou os autos de infrações mais explicativos e consistentes. Com isso, os autuados, a população em geral (através do login cidadão no SOL), e as juntas julgadoras da SEMA/RS conseguem compreender e acompanhar com clareza as informações contidas no auto de infração.

A Divisão de Fiscalização Ambiental sente-se orgulhosa de prestar este serviço de grande relevância para o desenvolvimento da economia com a devida proteção do meio ambiente de nosso Estado, repleto de riquezas naturais. A DIFISC se mantém à disposição da comunidade através do canal telefônico 0800 0312146 para formalizar denúncias ou tirar dúvidas.



Equipe da Divisão de Fiscalização Ambiental – DIFISC: Engenheiros Químicos Juarez Fernando Loff (Chefe da DIFISC), Vagner Hoffmann (Chefe do DF), Rafael dos Santos Rodrigues e Adriano Andre Lange Dalci; Geólogo Leondres Duarte de Oliveira; Biólogo Luciano Pazinato Martins; Engenheiro Agrônomo Guilherme Rutkoski da Silveira e Engenheiro Civil Emerson Klimach dos Santos. Acima em detalhe: Eng. Químico Marcos Gerchman e Eng. Florestal Cleiton Pegoraro Piaia.

Divisão de Laboratórios – DILAB

Andrea Cássia de Melo Machado*, Maria Lucia Kolowski Rodrigues**
e Katia Helena Lipp Nissinen.***

Quem somos e nossa missão

A Divisão de Laboratórios (DILAB) está atualmente ligada ao Departamento de Fiscalização (DF) e possui três serviços: Serviço de Amostragem (SAMOST), Serviço de Análises Biológicas (SEAB) e Serviço de Análises Químicas (SEAQ), que estão localizados em dois prédios no bairro Partenon, em Porto Alegre. Na sede central da FEPAM, a DILAB tem um setor voltado ao desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à instrumentação e avaliação de atividades fins da FEPAM, à coordenação do Programa Institucional de Iniciação Científica e de publicações, tais como a FEPAM em Revista, os manuais da Coleção Referências, artigos em pe-

* Química (Chefe da DILAB), e-mail: andrea-machado@fepam.rs.gov.br.

** Eng. Química, e-mail: mlkolrod@uol.com.br

*** Bióloga, e-mail: katiahln@fepam.rs.gov.br.

riódicos externos, além de outras atividades. O quadro de pessoal da DILAB conta com seis (06) Químicos, seis (06) Biólogos, dois (02) Engenheiros Químicos, um (01) Engenheiro Civil e um (01) Geólogo, sendo dois (02) doutores e seis (06) mestres, apoiados por quatro (04) técnicos de laboratório e três (03) agentes administrativos, onze (11) estagiários e seis (6) bolsistas de Iniciação Científica.

Anteriormente Departamento de Laboratórios, e posteriormente Departamento de Pesquisa e Análises Laboratoriais, a atual DILAB foi passada à Divisão de Laboratórios do DF após uma reordenação do organograma institucional em 2016. A DILAB possui uma estrutura prontamente disponível para realizar as amostragens e análises da rotina de monitoramento da qualidade ambiental e da atividade poluidora no Estado do Rio Grande do Sul, cuja competência legal é da FEPAM, além dos casos de emergências ambientais, de investigações de denúncias e atendimentos demandados pelo Ministério Público, Poder Judiciário e órgãos policiais. O SAMOST, o SEAB e o SEAQ estão aptos a realizar a análise de um total de 48 parâmetros químicos e biológicos, em conformidade com normas técnicas nacional e internacionalmente reconhecidas, nas matrizes de águas naturais e nos efluentes industriais, para atendimento às legislações ambientais. Somente em 2019, a DILAB foi responsável por aproximadamente 1400 amostragens e 28 mil análises dentre seus atendimentos.

Na prática, o laboratório é a ferramenta técnica e instrumental que elimina a subjetividade nas tomadas de decisão do órgão ambiental, fundamentando decisões baseadas em critérios mensuráveis e reprodutíveis, tornando as ações objetivas e irrefutáveis.

A qualidade das análises realizadas na DILAB é atestada através de Programas de Ensaio de Proficiência (EPs) e Interlaboratoriais, há mais de 20 anos. Entre eles estão os EPs de Análises Físico-químicas da Rede Metrológica (RMRS), os EPs promovidos pela Agência Nacional de Águas desde 2015, com mais de 90% de resultados satisfatórios e o Programa Interlaboratorial PIA/RS, cuja responsabilidade pelo tratamento estatístico é da FEPAM.

Atendimentos importantes da FEPAM tiveram a atuação do laboratório, tais como os casos da mortandade de peixes do Rio dos Sinos em 2006 e do mau odor na água de abastecimento de Porto Alegre, em 2016, quando coletávamos e analisávamos diariamente vários parâmetros físico-químicos e biológicos, e os divulgávamos para a sociedade prontamente através do site da FEPAM.

A DILAB é também responsável pelas análises do Projeto Balneabilidade, executado anualmente no período do verão, desde 1979/1980, monitorando as condições bacteriológicas das águas de contato primário nas praias do Litoral Norte gaúcho. Aproximadamente 33 pontos são amostrados, atualmente em colaboração com a equipe da Gerência Regional Litoral Norte. Essa atividade resulta na informação sobre as condições de banho das praias frequentadas, diariamente, pela população nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Programas de importância nacional, como é o caso do QUALIÁGUA, têm a participação da FEPAM sustentada por atividades essenciais da DILAB. Dados de qualidade em diversos pontos das bacias hidrográficas do Estado estão compondo o panorama nacional da qualidade dos recursos hídricos de todo território brasileiro, possibilitando um planejamento de ações e recursos em metas progressivas de melhoria da qualidade ambiental.

Além das atividades de rotina descritas acima, trabalhos de pesquisa realizados na DILAB têm marcado a atuação da FEPAM no cenário nacional e internacional. Esses permitem metodologias e diagnósticos ambientais em áreas frágeis, contaminadas e de interesse ambiental, fundamentando os zoneamentos, planos de bacia, licenciamentos e o aperfeiçoamento de legislações. Hoje e nas duas últimas décadas, através de iniciativas coordenadas pelo pessoal da pesquisa da DILAB, a FEPAM qualifica-se a cotas de bolsas de iniciação científica concedidas por órgãos públicos de fomento à pesquisa (CNPq e FAPERGS). Através deste Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), a FEPAM também capacita em seus projetos dezenas de alunos em ensino superior para a atuação na área ambiental. A capacitação de alunos de nível superior ainda é promovida por meio de vagas de estágio que permitem a estudantes de diversos cursos profissionalizantes adquirirem o conhecimento teórico e prático em diversas metodologias analíticas, por via úmida e instrumental, empregadas na análise de amostras ambientais.

Nossa história

Desde a sua constituição, em 1979, os laboratórios da FEPAM foram mantidos geograficamente separados da sede da Instituição e, conseqüentemente, do centro de tomada de decisões. Ao longo dos anos, os recursos para aquisição, substituição e manutenção de equipamentos, bem como a estrutura funcional, foram gradativamente reduzidos. Considerando este cenário e o perfil dos servidores do laboratório, naturalmente parte do corpo técnico ampliou suas atenções para a pesquisa, o que foi concretizado com a aprovação de importantes projetos em áreas das ciências ambientais e da saúde, financiados por órgãos de fomento. A abertura desta frente trouxe força aos laboratórios, com a obtenção de recursos vultosos, que permitiram a compra, a manutenção e o *upgrade* de equipamentos, a aquisição de materiais de consumo, melhorias parciais nas instalações e, principalmente, o aprimoramento técnico-científico dos pesquisadores da FEPAM e a formação de recursos humanos em apoio a universidades, em níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Ao longo de mais de vinte anos, o Programa de Pesquisas, recentemente extinto como um Programa, agregou o estado-da-arte do conhecimento ao emprego de tecnologias de ponta, nas subáreas ambientais de áreas do conhecimento, como Genética Toxicológica, Geoquímica e Química, Ecologia Aplicada, Ecotoxicologia e Microbiologia, contribuindo para a elaboração de novas metodologias e diagnósticos ambientais do Estado. Os resultados das pesquisas, além de apoiarem tomadas de decisão em licenciamento e gestão ambiental, têm sido divulgados em inúmeros eventos e publicações, documentando e disseminando o conhecimento e o nome da FEPAM em âmbito nacional e internacional. A contínua produção da DILAB pode ser obtida através do Serviço de Documentação e Biblioteca da FEPAM.

Com o passar do tempo, alguns servidores se aposentaram, mas persiste na DILAB um corpo técnico com capacitação única na FEPAM, para as atividades de avaliação ambiental e outras estratégias.

Perspectivas

Felizmente, outras iniciativas têm sido agregadas, as quais juntamente com as ferramentas já adquiridas com a pesquisa e a experiência laboratorial, podem am-

pliar o conhecimento e monitorar a qualidade ambiental do Estado. Quando bem utilizados, integrados aos demais setores da Fundação, os resultados da DILAB permitirão sempre o estabelecimento de padrões de qualidade regionais, apoiando o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e a missão primordial da FEPAM, que é a proteção e a preservação dos ambientes naturais do RS, seus bens e serviços, refletidos também em saúde, para as presentes e futuras gerações. Além disso, o contínuo bom uso dessas e de novas ferramentas permitirá o fornecimento de respostas rápidas, isentas, confiáveis e efetivas, especialmente em situações de risco que demandam uma atuação firme, segura e imediata do órgão ambiental.



Servidores da Divisão de Laboratórios – DILAB, com os membros das equipes dos serviços de Amostragem (SAMOST), de Análises Biológicas (SEAB), de Análises Químicas (SEAQ) e do setor de Pesquisa, de cima para baixo e da esquerda para a direita: Química Andrea Cássia de Melo Machado (Chefe da DILAB), Biólogo Manuel Rodrigues Loncan, Agente Adm. João Batista Freitas de Oliveira, Eng. Química Louise Rodrigues de Oliveira, Agt. Técnico Carlos Alberto Correa Paz, Biólogo Gilson Fortes Rey, Eng. Química Margareth Normann Foernges, Biólogo João Alberto Fabrício Filho, Química Miriam de Freitas Soares, Eng. Civil Sara Bursztejn, Química Karen Alam Leal, Agente Adm. Ivani Cezar, Biólogo Rubem Cesar Horn, Agt. Técnico Alessandro Antônio Monteiro, Aux. Técnica Nara Catarina Moreira, Bióloga Katia Helena Lipp Nissinen, Geólogo Nilo Sérgio Fernandes Barbosa, Agente Adm. Elisângela Ignácio, Bióloga Nina Rosa Rodrigues, e Ass. Técnica Ângela da Silva Barcelos.

Departamento de Gestão Descentralizada – DGD

Rafael Volquind*

O Departamento de Gestão Descentralizada (DGD), vinculado à Diretoria Técnica, foi idealizado em 2015 e instituído no ano de 2018, com a revisão do Regimento Interno da FEPAM. Tem sua sede em Porto Alegre e é composto por oito unidades – Gerências Regionais – que abrangem 445 municípios, assim distribuídas no Estado:

- Campanha, em Alegrete
- Centro Leste, em Santa Cruz do Sul
- Central, em Santa Maria
- Litoral Norte, em Tramandaí
- Noroeste, em Santa Rosa
- Planalto, em Passo Fundo
- Serra, em Caxias do Sul
- Sul, em Pelotas

Às Gerências Regionais somam-se servidores da SEMA, compondo os Balcões de Licenciamento Ambiental Unificado. Como resultado, o Departamento dispõe de uma equipe com cerca de 100 pessoas, entre analistas da FEPAM e analistas ambientais da SEMA, de diversas formações (Biologia, Química Industrial, Geologia, Geografia e Engenharias), agentes administrativos, estagiários, bolsistas de iniciação científica, além de trabalhadores terceirizados.

A atuação das Gerências Regionais, cabe destacar, tem origem muitos anos antes, fazendo parte do organograma da FEPAM desde sua criação. Elas têm contribuído significativamente para a descentralização e aproximado a comunidade gaúcha da gestão ambiental, principalmente em locais de maior sensibilidade ambiental e distantes da Capital, além dos centros urbanos.

O DGD tem por missão coordenar a atuação das Gerências Regionais de modo a promover a descentralização das ações da FEPAM no interior do Estado. Para tanto, suas principais atribuições consistem na execução de atividades para a preservação e melhoria contínua da qualidade ambiental do Rio Grande do Sul, efetuando, junto a cada região, as atribuições técnicas dos demais Departamentos da FEPAM e da SEMA. Na atuação técnica, destacam-se as ações de conservação da biodiversidade, licenciamento ambiental, monitoramento da qualidade ambiental, fiscalização do uso dos recursos naturais e execução de atividades diversas, que resultam em maior qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. A execução das atividades da Divisão de Fauna e da Divisão de Flora da SEMA é coordenada em conjunto com o Departamento de Biodiversidade da Secretaria.

A representação institucional merece destaque, uma vez que o Gerente Regional representa a Diretora-Presidente da FEPAM e o Secretário de Meio Am-

* Analista Eng. Civil (Chefe do DGD), e-mail: rafael-vollquind@fepam.rs.gov.br.

biente e Infraestrutura do Estado dentro da sua região. Tal representação se dá junto aos municípios, às instituições de ensino e pesquisa, aos Conselhos de Meio Ambiente, aos Comitês de Bacia Hidrográfica, às associações e federações de produtores e trabalhadores, bem como a outras instituições do poder público.

Como resultado, o DGD é responsável por mais de 30% do licenciamento ambiental efetuado pela FEPAM, sem deixar de realizar mais de 60% das coletas do programa QUALIÁGUAS/ANA e 100% das coletas da FEPAM do programa Balneabilidade, assim como atuar significativamente nas fiscalizações e no atendimento a denúncias dirigidas à Instituição.

Que os próximos 30 anos da FEPAM sejam marcados pelo trabalho organizacional harmonioso, de todas equipes, de forma descentralizada, mas sempre integrada!



Rafael Volquind - Analista Engenheiro Civil - Chefe do DGD.

Gerência Regional Campanha – GERCAM

Marco Antonio Tirelli*

A Gerência Regional da Campanha (GERCAM) tem sua sede na cidade de Alegrete e abrange municípios das regiões da Campanha e da Fronteira Oeste. Atua nos municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Cacequi, Capão do Cipó, Dom Pedrito, Itacurubi, Itaquí, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis, Unistalda e Uruguaiana.

A região caracteriza-se pelas atividades agropecuárias. Grande parte dos processos atendidos é relativa a projetos e empreendimentos de irrigação, predominando a cultura do arroz. Também são significativas as atividades prestadoras de serviço à agricultura, principalmente empresas aeroagrícolas, comércio e depósitos de agrotóxicos, prestadores de serviço de aplicação de agrotóxicos e afins. As atividades industriais predominantes são agroindústrias, tais como cooperativas, engenhos de arroz, sementeiras, frigoríficos, associados à produção rural, além de usinas termelétricas e outras. Também são atendidas demandas oriundas da Justiça, do Ministério Público e das Polícias. Quanto à representação institucional, participamos de quatro Comitês de Bacia localizadas na região: Rio Ibicuí, rios Butuí-Camaquã, Rio Quaraí e Rio Santa Maria, além de representação da FEPAM de forma institucional, inclusive ministrando palestras em vários fóruns.

Os principais problemas ambientais da região são na área do saneamento, com falta de coleta e tratamento de esgoto e depósitos irregulares de resíduos sólidos urbanos.

* Gerente da GERCAM, e-mail: marco-tirelli@fepam.rs.gov.br.

A equipe técnica da GERCAM é composta por quatro engenheiros agrônomos, dois engenheiros ambientais e uma bióloga. Completam a equipe dois agentes administrativos, um da FEPAM e outro da SEMA.



Equipe da Gerência Regional Campanha – GERCAM. Da esquerda para direita em pé: Leandro Nunes Pereira – Eng. Ambiental, Allan Emanuel Mezzomo Zemolin – Eng. Agrônomo, André Luis Andrzejewski – Eng. Agrônomo. Sentados: Marco Antonio Tirelli (Gerente da GERCAM) – Eng. Agrônomo; Roger Andres Machado – Eng. Ambiental; Ivandro Toscani Cavalheiro – Assistente Administrativo. A direita em cima: Tania Maisa de Souza Burdulis - Bióloga e em baixo: Bruna Arns Jaques – Eng^a. Agrônoma.

Gerência Regional Centro Leste – GERCEL

Eduardo Rodrigo Ramos de Santana*

Situada no Vale do Rio Pardo e no Vale do Rio Taquari, a Gerência Regional Centro Leste (GERCEL), com sede em Santa Cruz do Sul, tem área de abrangência de 65 municípios. Além da cidade-sede, destacam-se também os municípios de Estrela, Lajeado e Venâncio Aires.

As atividades da GERCEL consistem no licenciamento ambiental e na fiscalização de atividades sujeitas ao licenciamento, com predominância de empreendimentos destinados à produção agrícola – silvicultura, sistemas de irrigação e armazenagem de agrotóxicos – e atividades industriais, bastante abundantes na região. A fiscalização abrange ainda outros empreendimentos, de diferentes origens, detentores ou não de licenças ambientais, ou seja, incluindo-se empreendimentos em situação de irregularidade. Outro braço importante da ação regional é a realização de coletas de água em rios, para avaliação das condições de qualidade ambiental, atividade-fim da instituição FEPAM. Complementa o rol de atribuições a representação em eventos, comitês e conselhos diversos, conforme designação da Presidência da FEPAM.

* Analista Eng. Químico da GERCEL, e-mail: eduardo-santana@fepam.rs.gov.br.

Para execução de suas atribuições, a Gerência dispõe de uma equipe composta por servidores da FEPAM e da SEMA, formando o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado Santa Cruz do Sul. A formação desses profissionais é nas áreas de Biologia, Engenharia Florestal, Engenharia Química e Medicina Veterinária, com apoio de servidores na área administrativa, além de estagiários e bolsistas de iniciação científica, estudantes de áreas afins.



Equipe da Gerência Regional Centro Leste – GERCEL. Da esquerda para direita no segundo plano: Júlio Boanova Friederich – Administrativo; Enor José Gassen – Técnico Agrícola; Alessandra de Quadros – Bióloga; Ana Paula Estefanovski – ex-estagiária – Engenheira Ambiental; Adriana Lisboa Krampe – Engenheira Florestal; Gilnei Carvalho – Administrativo; Camila Raquel Lopes – ex-estagiária – Engenheira Ambiental; Eloisa Maria Knabach – Administrativo; Pablo Tadeu Pereira da Silva – Biólogo. Em pé na frente: Elisanda Vieira Silveira – ex-recepcionista; Liziane Serafini dos Santos – Bióloga. Agachado: Eduardo Rodrigo Ramos de Santana - Eng. Químico.

Gerência Regional Central – GERCEN

Luiz Alberto Mendonça*

A Gerência Regional Central (GERCEN), com sede em Santa Maria, tem área de abrangência de 40 municípios. Além da cidade-sede, destacam-se também os municípios de Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul, Júlio de Castilhos e Cruz Alta.

As atividades da GERCEN estão alinhadas com os instrumentos da política ambiental do Estado, como educação ambiental, licenciamento e fiscalização de empreendimentos potencialmente poluidores, com predominância de empreendimentos destinados à mineração (areia, calcário e basalto), à produção agrícola (sistemas de irrigação e armazenagem de agrotóxicos) e atividades industriais.

* Gerente da GERCEN, e-mail: mendonca@fepam.rs.gov.br.

Além disso, desenvolve um importante trabalho relacionado ao Parque Estadual da Quarta Colônia, unidade de conservação de proteção integral, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos de nosso Estado. Também participa de coletas periódicas de água em rios, para avaliação das condições de qualidade ambiental do sistema lótico da região. Por fim, participa de eventos, comitês e conselhos diversos, representando a FEPAM e a SEMA.

Para execução de suas atribuições, a GERCEN conta com servidores da SEMA e da FEPAM, formando uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área administrativa, das engenharias (agronomia, civil, ambiental, mecânica e florestal), da Biologia, da Geologia, da Geografia e da Química Industrial, formando o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado de Santa Maria.



Equipe da Gerência Regional Central – GERCEN. Da esquerda para direita na primeira linha: Aida Bertoldo Simonetti – Bióloga; Carlos Augusto Lima Porto - Eng^o Agrônomo; Caroline Mallmann - Eng^a Florestal; Diego Rigon de Oliveira – Biólogo; Na segunda linha: Eduardo Francisco Luft – Eng^o Agrônomo; Erny Lauro Meinhardt Junior – Químico Industrial; Fernando Antonio Valenca Floresta – Geógrafo; Guilherme Baldissera Tambara – Geólogo; Na terceira linha: Jose Antonio Mallmann – Eng^o Civil; Luiz Alberto Mendonça (Gerente da GERCEN) – Eng^o Ambiental; Nelson Neto de Freitas – Eng^o Civil; Renata de Baco Hartmann – Eng^a Agrônoma; Na quarta linha: Juliana Pedroso Flores – Advogada; Vanessa Corales dos Santos – Técnica Adm.; Andressa Corales dos Santos – Estagiária Adm.; Washington Luis Marques Lencina – Eng^o Civil e Mecânico.

Gerência Regional Litoral Norte – GERLIT

Caroline Teixeira Moura*

O Litoral Norte e parte do Litoral Médio gaúchos são atendidos pela Gerência Regional Litoral Norte (GERLIT), sediada no município de Tramandaí. Esta Regional atende a 25 municípios, entre eles Capão da Canoa, Torres e Xangri-lá. A região possui fragilidade ambiental característica dos biomas Pampa e Mata Atlântica, associado ao Ecossistema Costeiro.

A maior concentração de processos avaliados na GERLIT é do setor primário, predominantemente de irrigação, silvicultura, certificação de sistemas agroflorestais, criadores amadores de aves e supressão de vegetação. Também é significativa a demanda de processos de infraestrutura (condomínios), mineração, indústria e recuperação de áreas degradadas. Além disso, nesta Regional, são desenvolvidas as atividades de atendimento a denúncias, fiscalização, atendimento ao Poder Judiciário, assessoramento aos municípios e às Polícias. As atividades da GERLIT consistem no licenciamento ambiental e na fiscalização das atividades mencionadas. Merece destaque especial a coleta de água do Oceano Atlântico para o programa Balneabilidade, realizado anualmente nos meses de novembro a fevereiro (período de veraneio), já que as coletas de responsabilidade da FEPAM são executadas, na sua totalidade, pela Gerência Regional Litoral Norte. Complementa o rol de atribuições a representação em eventos, comitês e conselhos diversos, conforme designação da Presidência da FEPAM.

A equipe da GERLIT é composta por servidores da FEPAM e da SEMA, formando o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado Tramandaí. Conta com dois engenheiros florestais, dois geólogos, um assistente administrativo, um engenheiro agrônomo, uma engenheira ambiental, um engenheiro químico e três biólogos, trabalhando de forma integrada.



Equipe da Gerência Regional Litoral – GERLIT. Da esquerda para direita: Rômulo Tomas de Oliveira Valim – Biólogo SEMA; Caroline Teixeira Moura (Gerente da GERLIT) – Eng. Florestal; Marco Bimkowski Rossoni – Geólogo; Antônio Augusto Ungaretti Marques – Eng. Florestal; Renata Dillenburg Voss – Geólogo; Patrícia Xavier Soares – Administrativo DF; Marjorie Kauffmann, Diretora-Presidente da FEPAM; Otávio Augusto Dalla Rosa – Eng. Agrônomo; Ester Catarina Telo Belíssimo – Administrativo; Paulo Ricardo Monteiro Sordi – Eng. Químico, Fabiano Minossi Silva – Biólogo SEMA, Clara Weber Liberato – Bióloga SEMA e Paula Pires de Quadros Morche – Eng. Ambiental.

* Gerente da GERLIT, e-mail: carolinetm@fepam.rs.gov.br.

Gerência Regional Noroeste – GERNOR

Elenir Dahmer Linauer*

A Gerência Regional Noroeste (GERNOR) está localizada nas regiões das Missões e da Fronteira Oeste do Estado e abrange 98 municípios, compreendidos pelas Bacias Hidrográficas dos rios Santa Rosa–Turvo–Santo Cristo, Ijuí, Piratinim e, também, parcialmente pelo Rio da Várzea, todos na Região Hidrográfica do Uruguai. Além de acompanhamento sistemático aos Comitês de Bacias Hidrográficas, atuamos ainda no Programa QUALIÁGUAS, capitaneado pela Agência Nacional das Águas (ANA). Nesta região, encontramos os biomas Pampa e Mata Atlântica, com destaque para a Unidade de Conservação denominada Parque Estadual do Turvo, onde localiza-se a maior queda d'água longitudinal do mundo: Salto do Yucumã.

As atividades desempenhadas pela GERNOR estão relacionadas ao licenciamento ambiental e à fiscalização das mais variadas tipologias, com base nas matrizes produtivas instaladas na região, criações, irrigação e armazenamento de insumos, até seus respectivos processos de industrialização. Ainda, produção de energia, mineração e demais atividades ligadas à construção civil, bem como a supressão de vegetação, fauna silvestre e recuperação de áreas degradadas fazem parte do trabalho cotidiano.

Os trabalhos efetivamente no âmbito destes 98 municípios são desempenhados por sete funcionários da FEPAM, três servidores da SEMA, dois estagiários e uma funcionária terceirizada para serviços gerais. A área técnica conta com múltiplas formações profissionais: Biologia, Engenharia Agrônoma, Engenharia Civil, Engenharia Química, Geologia e Geografia. Desta forma, vem sendo possível responder positivamente às demandas institucionais e expectativas da comunidade em geral, o que é percebido pelo aumento na visibilidade da GERNOR e também pelas demandas de representação da Instituição em eventos diversos.



Equipe da Gerência Regional Noroeste – GERNOR. Da esquerda para direita: Melissa Bergmann – Bióloga SEMA, Simone Pilatti - Terceirizada, Jocielle Borsa Ziani – Eng^a Civil; Elenir Dahmer Linauer (Gerente da GERNOR) – Bióloga, Alexandre Huller – Biólogo SEMA, Cláudia Andreia Kipper – Administrativo FEPAM, Jani Luana Rambo Giehl – Estagiária, Joelton dos Santos Rodrigues – Eng. Agrônomo; Leandro Bernardi Werle – Eng. Químico; Cícero Zorzi – Geógrafo; Pedro Carvalho de Mendonça – Geólogo; Lori Inês Rossi da Motta – Bióloga.

* Gerente da GERNOR, e-mail: elenir-linauer@fepam.rs.gov.br

Gerência Regional Planalto – GERPLA

Gustavo Trentini Barancelli*

Situada na Mesorregião do Noroeste Rio-grandense, a Gerência Regional Planalto (GERPLA), com sede em Passo Fundo, abrange 112 municípios. Destes, destacam-se Passo Fundo, Erechim, Marau, Carazinho e Ibirubá.

As atividades da GERPLA consistem no licenciamento ambiental e na fiscalização de atividades sujeitas ao licenciamento, com predominância de empreendimentos destinados à produção agrícola (suinocultura e armazenagem de agrotóxicos), atividades industriais diversas, abundantes na região, energia (geração e transmissão), bem como avaliação de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), de Reposição Florestal Obrigatória (RFO), Certificação de Identificação de Floresta Plantada com Espécie Nativa (CIFPEN) e Cadastro e Gestão de Criadores de Passeriformes (SISPASS). A fiscalização abrange ainda outros empreendimentos, detentores ou não de licenças ambientais, ou seja, em situação de irregularidade. Outro braço importante da ação regional é a realização de coletas de água em rios para avaliação das condições de qualidade ambiental, assim como o atendimento e apoio a demandas do Ministério Público, do Poder Judiciário e das Polícias. Complementam o rol de atribuições a atuação como protocolo geral da SEMA/FEPAM/DRH, de forma descentralizada, o atendimento ao público e a representação em eventos e comitês, conforme designação.

Para execução de suas atribuições, a Gerência dispõe de uma equipe composta por servidores técnicos e administrativos, da SEMA e da FEPAM, além de estagiários e bolsistas. A formação da equipe técnica é nas áreas de Biologia (três), Engenharia Florestal (um), Engenharia Ambiental e Sanitária (um), Engenharia Agrônoma (dois) e Engenharia Química (um).



Equipe da Gerência Regional Planalto – GERPLA. Da esquerda para direita na primeira linha: Ronaldo Zantedeschi – Eng. Agrônomo; Luci Maria Postalli – Administrativo; Emerson Couto da Rocha – Eng. Florestal; Celia Izabete Paludo Gambin - Eng. Agrônomo; Igor Kraemer – Biólogo; Fernando Wons – Biólogo. Na segunda linha: Nathana Karina Swarowski – Eng. Ambiental; Luiz Fernando Rocha – Agrônomo; Meri Rosane Bortolossi Leite – Administrativo; Gustavo Trentini Barancelli (Gerente da GERPLA) – Engenheiro Químico; Milene Xaubet Prestes – Bióloga e Barbara da Silva - Bióloga.

* Gerente da GERPLA, e-mail: gustavo-barancelli@fepam.rs.gov.br.

Gerência Regional Serra – GERSER

Fabio La Falce Decorato*

A Gerência Regional Serra (GERSER) está localizada no município de Caxias do Sul. Atende ao licenciamento, à fiscalização ambiental de competência da FEPAM e ao monitoramento ambiental em uma área de abrangência de 63 municípios, situada nos Vales dos rios Caí e Taquari-Antas. Os municípios com maior demanda do licenciamento ambiental são Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, São Marcos e São Francisco de Paula.

A GERSER tem por missão prestar um atendimento respeitoso e especializado ao cidadão da Serra e estar em consonância com os setores da sede. Desempenha um trabalho unificado nas áreas técnicas e administrativas. O trabalho da Regional abarca a área técnica de forma não setorizada, visto que atende a todo o rol de atividades de licenciamento da FEPAM e da SEMA, assim como representa as instituições junto a comitês. De maneira complementar, são desempenhadas as atividades administrativas atinentes ao setor. Com a estrutura atual, a GERSER tem participação significativa sobre as demandas da FEPAM ocorridas em sua área de abrangência, com predominância na silvicultura, no armazenamento de agrotóxicos, na geração de energia, no saneamento ambiental e nas indústrias, sendo esta a maior demanda, já que Caxias do Sul concentra o 2º maior polo industrial metal-mecânico do Brasil.

Atualmente, a equipe da Gerência Regional é composta por dois servidores na área administrativa, com ampla experiência nas suas funções, e 11 da área técnica, sendo oito da FEPAM e três da SEMA, constituindo o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado de Caxias do Sul.



Equipe da Gerência Regional Serra – GERSER. Da esquerda para a direita estão, em detalhe: André Camatti, Eng. Florestal SEMA; em pé: Valdemiro Antônio Mandelli, agente administrativo; Marjorie Kauffmann, Diretora-Presidente da FEPAM; Rudinei Antônio de Souza, Eng. Químico; Falko König, Eng. Agrônomo; Taison Anderson Bortolin, Eng. Ambiental; Márcio Soares Pimenta, Agente Administrativo; Renato das Chagas, Diretor Técnico da FEPAM; Renata Bortolini de Souza, Bióloga SEMA; Fabio La Falce Decorato, Eng. Químico (Gerente da GERSER); Márcia Zanini, Eng. Química; Thaiz Ávila da Costa, Eng. Florestal; e Gorete Borges, Agente Administrativa SEMA; e sentadas Magda de Andrade Ferreira, Geóloga; e Silvia Vedana Costa, Bióloga.

* Gerente da GERSER, e-mail: fabio-decorato@fepam.rs.gov.br.

Gerência Regional Sul – GERSUL

Afrânio das Neves Costa Filho*

Situada na Região Sul, a Gerência Regional Sul (GERSUL), com sede em Pelotas, tem área de abrangência de 26 municípios. Além da cidade-sede, destacam-se também os municípios de Rio Grande e Bagé.

As atividades da GERSUL consistem no licenciamento ambiental e na fiscalização de atividades sujeitas ao licenciamento, com predominância de empreendimentos destinados à produção agrícola (sistemas de irrigação, silvicultura, armazenagem de agrotóxicos), à mineração e a atividades industriais, bem como na avaliação de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), de Reposição Florestal Obrigatória (RFO), Autorização para conversão de campo nativo Bioma Pampa e Cadastro e Gestão de Criadores de Passeriformes (SISPASS). A fiscalização abrange ainda outros empreendimentos, de diferentes origens, detentores ou não de licenças ambientais, ou seja, incluindo-se empreendimentos em situação de irregularidade. Cabe destacar também que a GERSUL presta atendimento e apoio a demandas do Ministério Público, do Poder Judiciário e das Polícias. Além disso, efetuamos o atendimento ao público em geral e a representação em eventos e comitês.

Para execução de suas atribuições, a GERSUL conta com uma equipe composta por servidores da FEPAM e da SEMA, formando o Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado Pelotas (BLAU-Pelotas). A formação destes profissionais é nas áreas de Biologia, Agronomia, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Engenharia Geológica, com apoio de servidores na área administrativa, além de estagiários de áreas afins.



Equipe da Gerência Regional Sul – GERSUL. Da esquerda para direita: Marta Grellmann Oliveira – Eng^a. Agrônomo; Arthur Ziebell – Geólogo; Josiane de Freitas Costa – Agente administrativo Fepam; Carla Louro Mano – Agente administrativo Fepam; Francisco Carlos Borges Finger – Técnico Agrícola; Maurício

Sangiogo – Eng. Agrônomo; Ailton Luis Hyppolito da Silva – Técnico em Química, Agente Operacional SEMA; Marcelo Casarin Goulart – Auxiliar Administrativo SEMA; Paulo Anselmi Duarte da Silva – Eng. Agrônomo; Fábio Carvalho Magalhães – Eng. Químico; Afrânio das Neves Costa Filho, Eng. Ambiental (Gerente da GERSUL). Embaixo da esquerda para direita: Leandro de Oliveira Campelo – Biólogo; Ane Catrin Avendano da Rosa Eslabao – Auxiliar Administrativo SEMA; Estevao Mazzochi Soares - Estagiário.

* Gerente da GERSUL: e-mail: afranio-costa@fepam.rs.gov.br.

Departamento de Qualidade Ambiental – DQA

Glaucus Vinicius Biassetto Ribeiro*

Divisão de Planejamento Ambiental – DIPLAN

Claudia Bos Wolff**

Divisão de Monitoramento Ambiental – DIMAM

Márcio D'Avila Vargas***

Divisão de Inteligência Geoespacial – DIGEO

Lilian Maria Waquil Ferraro****

...se o homem quisesse, poderia refazer dez vezes o Partenon. Porém, não conseguirá nunca recriar um único 'canyon', formado por milênios de erosão impaciente, onde o sol, o vento e a água conjugaram os seus esforços...

Jean Dorst

Não vamos nos orgulhar tanto com nossas vitórias sobre a natureza. Para cada uma dessas vitórias ela se vingará sobre nós. Cada uma tem, inicialmente, os efeitos previstos, mas, num segundo e terceiro momento ela terá efeitos bem diferentes, consequências imprevistas, que, muitas vezes, eliminam os efeitos iniciais.

Friedrich Engels

Pois muito bem!

Dentro desta edição comemorativa da *FEPAM em Revista*, pelos 30 anos da Fundação, chegou o momento de confabularmos um pouco sobre outros objetivos e competências da instituição, além da emissão de licenças ambientais. É verdade: “nem só de licenças ambientais viveu e vive a FEPAM!”

Na ampla gama de concepções na qual se insere a questão ambiental, o Departamento de Qualidade Ambiental (DQA), unidade de comando, de direção e de supervisão, diretamente subordinada à Diretoria Técnica (DIRTEC), atua na organização, no desenvolvimento, na coordenação de ações de planejamento, monitoramento e de diagnósticos ambientais. Nesse sentido, o entendimento da qualidade do ambiente, a proteção da biodiversidade, da geodiversidade, o estabelecimento de diretrizes relacionadas a ações de proteção e melhorias da qualidade ambiental, a gestão territorial, o uso do solo no estado do Rio Grande do Sul integrados ao licenciamento ambiental são suas metas.

O DQA, com um analista-chefe e uma agente administrativa, é integrado pela Divisão de Planejamento Ambiental (DIPLAN), pela Divisão de Monitoramento Ambiental (DIMAM) e agora, como importante inovação da instituição, pela recente Divisão de Inteligência Geoespacial (DIGEO) antigo GEOFEPAM.

* Analista Geólogo, Chefe do DQA, e-mail: glaucus-ribeiro@fepam.rs.gov.br

** Analista Eng. Agrônoma, Chefe da DIPLAN, e-mail: claudia-wolff@fepam.rs.gov.br

*** Analista Químico, Chefe da DIMAM, e-mail: marcio-vargas@fepam.rs.gov.br

**** Analista Geógrafa da DIGEO, e-mail: lilian-ferraro@fepam.rs.gov.br

A DIPLAN, composta por 10 analistas, atua de forma executiva, propondo, desenvolvendo e coordenando ações, programas, diretrizes e indicadores de qualidade ambiental para as ações de proteção e manutenção da qualidade ambiental da Fundação. Essa divisão se originou da fusão dos três serviços vinculados às regiões hidrográficas do RS (Serviço da Região do Rio Uruguai – SERU; Serviço da Região do Lago Guaíba – SERG e Serviço da Região do Litoral – SERLI), a partir do ano de 2014.

Atualmente, a DIPLAN tem coordenado e elaborado, junto com a DIMAM e outros setores da Casa, diversos estudos e zoneamentos ambientais, dentre eles, o Zoneamento Ambiental para Atividade de Mineração de Areia da Bacia do Baixo Rio Jacuí; o Projeto Geossítios de identificação e avaliação do patrimônio geológico do RS, elaborando minuta de Diretriz Técnica orientativa para o licenciamento ambiental; a definição de Diretrizes para Monitoramento de Parques Eólicos e Linhas de Transmissão; a elaboração de Diretrizes Ambientais para Licenciamento e Recuperação de Áreas de Campo Nativo; a determinação dos Valores de Referência de Qualidade dos Solos do RS (VRQ/RS), ou seja, qual a concentração de determinado elemento químico que define a qualidade natural do solo, sendo então importante no estabelecimento de critérios de identificação de áreas suspeitas de contaminação, e o Zoneamento Ambiental para Atividade de Mineração de Areia do Lago Guaíba, entre outros.

A DIPLAN implantou e coordena o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água, juntamente com a DIMAM, e envolve outras Divisões e Departamentos da FEPAM. Instituído em convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA), é o principal instrumento utilizado para gerar os dados de qualidade das águas superficiais, compondo a Rede Básica de Monitoramento nas três regiões hidrográficas do RS. A DIPLAN realiza o planejamento de toda a Rede e gestão hídrica qualitativa do RS, avaliando potenciais ampliações para outros locais e de novos parâmetros a serem monitorados. Regularmente, emite relatórios técnicos em conjunto com a DIMAM, analisando a qualidade das águas superficiais do Estado.

Durante todo o período de verão, quando os gaúchos se voltam para as praias, a DIPLAN coordena o Projeto Balneabilidade, de monitoramento das condições bacteriológicas das águas dos balneários do RS. Ainda com a temática água, são realizadas ações e estudos conjuntos com o Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS-SEMA), em especial na elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas e/ou no acompanhamento dos trabalhos de empresas contratadas para elaborá-los. Além disso, os analistas da Divisão auxiliam tecnicamente os Comitês de Bacia e as câmaras técnicas dos Conselhos de Recursos Hídricos (CRH), Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e de Unidades de Conservação.

Outra área de atuação da DIPLAN é o Licenciamento Ambiental dos Planos de Manejo de Conflitos de Urbanização e Dunas, e o Gerenciamento Costeiro, atividade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em que a Divisão apoia e orienta os municípios, auxiliando na implantação do Projeto ORLA. Atividades conjuntas com outras Divisões da SEMA incluem a implantação do Corredor Ecológico da Quarta Colônia, o Programa de Manejo e Controle das Espécies Exóticas Invasoras e a Revitalização do Rio Gravataí, entre outras.

E não há planejamento sem implantação e monitoramento.

A DIMAM, composta por 7 analistas, 1 agente operacional e 1 auxiliar técnico, teve sua origem a partir do Programa Ar do Sul (PROAR), concebido na FEPAM como um projeto decorrente dos investimentos e das ações ocorridas no âmbito do histórico Projeto Pró-Guaíba, envolvendo a divulgação dos níveis de qualidade do ar do Estado a partir dos dados obtidos pela rede de monitoramento.

E por que se disse que o Pró-Guaíba alcançou tal *status*, a ser considerado... “histórico”? Bem, lembremos... Batizado de Pró-Guaíba, o Programa para o Desenvolvimento Socioambiental da Região Hidrográfica do Guaíba foi concebido para ser um dos projetos mais ambiciosos da história do RS. Teve início em 1995 para ser executado em 20 anos, com recursos da ordem de 60% financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projetou resultados para um conjunto de ações em diversas e importantes áreas, como agroecologia, reflorestamento ambiental, controle da poluição industrial, saneamento, educação ambiental, resíduos sólidos, parques e... monitoramento ambiental, sobretudo da qualidade do ar atmosférico.

Infelizmente, apenas o primeiro módulo (1995-2005) foi executado. Ainda assim, nos deixou alguns legados, entre eles a Rede Ar do Sul, assim carinhosamente chamado o conjunto de estações importadas (da França), formando uma rede de medições automáticas e telemétricas, equipadas para medir poeiras e gases da atmosfera, bem como sensores meteorológicos. Instalada em 2001, a Rede fornece parâmetros pertinentes ao diagnóstico de episódios de concentração de poluentes e envia dados on-line para uma estação central, com os quais a equipe da DIMAM pode avaliar os níveis de poluição atmosférica do Estado e emitir diariamente boletins de qualidade do ar.

Esse embrião de monitoramento, instalado sob a marca de PROAR, cresceu em suas atribuições, dando origem ao setor que hoje denominamos Divisão de Monitoramento Ambiental, ou DIMAM, assumindo responsabilidades que não mais se limitam àquelas que lhe deram origem, senão que participa também do monitoramento da Água, do Solo, da Biodiversidade, do Saneamento e dos Zoneamentos Ambientais.

De que forma? Então veremos que...

A criação de indicadores de biodiversidade, contemplado no Projeto RS Biodiversidade da SEMAI e no Sistema de Monitoramento RS BIOMONITORA, tem a participação da DIMAM, juntamente com DIPLAN e DIGEO. Outro projeto recente, em desenvolvimento, é o mapeamento da situação do saneamento básico, que objetiva disponibilizar dados e informações para a melhora de seus índices, contribuindo no licenciamento, outorga e gestão, complementar ao Programa de Monitoramento da Qualidade da Água. Ainda, participa do Zoneamento Ambiental do Lago Guaíba, em que se preveem estudos diversos, como geoquímico, sondagens, físico-químico dos sedimentos, toxicidade, fauna aquática e semiaquática, ictiofauna, vegetação de margens, plânctons, socioeconômico e hidrossedimentológico.

Chegamos então à DIGEO, que se configura em histórica reivindicação da qualidade ambiental, hoje transformada em necessidade extrema de inclusão e utilização dos recursos de geotecnologia. Formada por quatro analistas, especialistas do ramo, a DIGEO domina todos os aspectos do geoprocessamento com definição de formatos de arquivos e padronização de dados geoespaciais a serem utilizados pelos Serviços, Divisões, Departamentos e Regionais da FEPAM, bem como daqueles

dados geoespaciais que deverão ser fornecidos pelos empreendedores. A DIGEO é uma evolução do antigo Serviço de Geoprocessamento da FEPAM (GEOFEPAM).

O processamento e análise de dados geoespaciais, o gerenciamento e atualização das bases de dados geoespaciais, incluindo sua estrutura espacial e alfanumérica; a disponibilização desses dados em ambiente *web, intranet e internet*; a capacitação e o treinamento visando aprimorar e estimular o uso das ferramentas de geotecnologia dentro da FEPAM caracterizam as atribuições desta Divisão. É importante salientar também que a DIGEO procura testar, implementar e sugerir o uso de novas geotecnologias, *softwares* e equipamentos relacionados à área geoespacial para que a Fundação não se torne obsoleta. A sua atuação permeia todas as divisões da FEPAM e demais órgãos da SEMA.

Compõem ainda o DQA estagiários e bolsistas de iniciação científica, solidificando um esforço de troca de ensinamento profissional e vínculo com instituições acadêmicas, sob coordenação de analistas pós-graduados (mestres e doutores), integrando as necessidades técnicas da FEPAM. Nesse aspecto, vêm sendo produzidos trabalhos de pesquisa que abordam a qualidade de nossos mananciais hídricos; a busca de sítios com solos não alterados pela atividade antrópica para definição de valores de referência de qualidade, os VRQ; o mapeamento de potenciais geossítios; o controle de espécies invasoras; a implementação de corredores ecológicos; a inédita inserção de avaliação de impactos na paisagem.

Ao longo destes 30 anos, o DQA sofreu metamorfoses, por vezes drásticas, em alguns momentos mais turbulentas com ameaça de desmonte, mas permaneceu atuando em conformidade com suas atribuições institucionais. O Departamento vem produzindo, várias vezes supervisionando instituições e empresas contratadas, Zoneamentos e Diretrizes Ambientais, como o elaborado para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte, em 2000, marco no Estado e no país pelo seu ineditismo. Outros exemplos são os estudos inovadores de Bacias Hidrográficas dos Rios Apuaê-Inhandava, Alto e Médio Rio Uruguai, Rio Taquari-Antas para Viabilidade de Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos; o Mapa de Classificação dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul quanto à Resistência a Impactos Ambientais; o detalhado e avançado Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS; o Zoneamento Diretrizes e Condicionantes para Licenciamento Ambiental nas Regiões com Potencial Eólico do RS. Ainda, instituiu, no período de 2012 a 2015, os “Encontros Técnicos FEPAM”, nova edição do anterior “FEPAM Debates”, composto por palestras gratuitas referentes à atuação profissional e à temática ambiental, compreendendo toda a gama de assuntos que as referências citadas podem englobar, servindo como instrumento indutor de novas abordagens e atualizações da temática ambiental. De forma integrada, os analistas do DQA também têm importante atuação participando de trabalhos e ações suprainstitucionais, tanto em nível estadual quanto federal.

Para o futuro, entendemos que a evolução das análises ambientais, além do inevitável crescimento da informatização e do uso de geoferramentas, com suas facilidades inerentes, implica na necessidade de incorporar o conceito de transdisciplinaridade. Esta abordagem aponta no sentido de que nossa forma seccionada de conhecimento, de análise disciplinar deve evoluir para uma maior integração,

através de um pensamento organizador que ultrapasse as próprias disciplinas. Não procura a dominação de várias disciplinas, mas a abertura de todas elas, uma vez que as atravessa e as ultrapassa, gerando uma integração diferenciada, fazendo emergir, de sua confrontação, novos dados que as articulam entre si, dando uma nova visão da natureza e da realidade. Com isso, as análises ambientais poderão evoluir, com mais qualificação técnica, agregando mais conteúdos humanísticos, necessários para o real desenvolvimento sustentável.



Colegas do Departamento de Qualidade Ambiental e suas divisões - DIPLAN, DIMAM e DIGEO. Da esquerda para direita, de cima para baixo: Biólogo João Carlos Dotto, Químico Márcio D'Avila Vargas, Geólogo Glaucus Vincius Biasetto Ribeiro, Geógrafa Lilian Maria Waquil Ferraro, Engenheira Agrônoma Claudia Boss Wolff, Geólogo José Alberto Wenzel, Bolsista de Geografia Joao Gabriel Junqueira Ribeiro, Engenheiro Cartógrafo Alexandre de Paula Alves, Geóloga Catia Luisa Gayer Vaghetti, Auxiliar Técnico Carlos Alberto Nunes dos Santos, Estagiária de Geografia Kelly Janine Pederiva, Bolsista de Geologia Andrey Pinheiro Ribeiro Chagas, Bolsista de Geologia Jaqueline Dickel Bilhar, Geógrafa Rejane Maria Valdameri, Engenheiro Geólogo Rafael Fernandes e Silva, Bolsista de Geografia Leonardo Fernandes Wink, Bolsista de Geografia Arthur Campana Peixoto, Geólogo Luis Fernando Grivot, Agente Administrativa Carolina Marini Steck, Biólogo Cleber Arruda Spolavori, Engenheiro Químico Felipe Norte Pereira, Meteorologista Flávio Wiegand, Estagiário de Engenharia Ambiental e Sanitária Jonas Poncio de Souza, Geóloga Maria da Glória de Medeiros Mitchell, Biólogo Clebes Brum Pinheiro, Geólogo Rafael Midugno, Arquiteta Luciana Regina Petry Anele, Agente Operacional Antonio Luis Brito Costa, Geógrafa Tanice Cristina Kormann, Engenheiro Agrônomo Leandro Hellebrandt Kruger, Químico Estevão Segalla e Engenheira Florestal Raquel Pretto.

Linha do Tempo Fepam 30 anos

José Alberto Wenzel (Texto), Katia H. Lipp Nissinen, Lilian M. Waquil Ferraro, Arno Leandro Kayser (Colaboração e Revisão), Carolina Marini Steck (Ilustração)

1990: Criação da FEPAM (Lei Nº 9.077, de 04/06/1990), após análise de outras possibilidades como o Instituto de Pesquisa e Reabilitação de Animais Marinhos (IPRAM);

Audiência Pública Rota do Sol em Terra de Areia; convocação do governador para tratar da implementação efetiva da FEPAM;

1991: Triunvirato e os Seis Grupos (encarregados pela criação efetiva da FEPAM, do Conselho do Meio Ambiente, do Plano de Cargos/Salários, do Registro, do Estatuto e do Sistema); primeira LP FEPAM (07/02/1991); Fundação Estadual de Proteção Ambiental "Henrique Luis Roessler"; Plano de Cargos e Salários;

1992: 1º lugar em editais de Fomento/Pesquisa Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e

Tecnológico PADCT; FEPAM ANUÁRIO; Ministério do Meio Ambiente; Criação da ASFEPAM;

1993: FEPAM Em NOTÍCIAS; 1994: PRÓ-GUAÍBA; Sistema Estadual de Proteção

Ambiental - SISEPRA; Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA); Lei Nº 10.350 (Sistema Estadual de Recursos Hídricos); Convênio com Estância Velha - início da descentralização do licenciamento ambiental;

1995: Programa de Assessoramento aos Municípios (PAM);

1996: Tipificações industriais; "Diagnóstico Preliminar da Gestão e Destinação Final de Resíduos Sólidos Industriais no RS";

1998: Caso "Bahamas" no Porto de Rio Grande;

1999: Criação da SEMA (Lei Nº 11.362, de 29/07/1999);



2000: Código Estadual do Meio Ambiente (Lei Nº 11520); Zoneamento Ecológico do Litoral Norte; edição das Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, n.1 da série FEPAM de Cadernos de Planejamento e Gestão Ambiental;

2002: Programa Ar do Sul; Atlas Eólico do RS;

2003: Coro da FEPAM; Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA); Programa de Irrigação (PERAÍ);

2004: Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC); Relatório Bio/físico/sócio/econ. da Bacia Hidrográfica do Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo; "Zoneamento Silvicultura";

2005: Portaria Nº 22/2005 Silvicultura;



2006: Resolução do Conselho de Administração da FEPAM Nº 8 (21/11) - Diretrizes e critérios para convênios de delegação

entre a FEPAM e municípios; Mortandade de peixes no Rio dos Sinos;

Inauguração da nova Biblioteca da FEPAM;



2006: Coleção Referências da FEPAM - lançados os volumes 1 e 2: O Licenciamento Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul (2ª.ed.) e o Manual Técnico do Licenciamento Ambiental com EIA-RIMA, resultantes do PNMA; Apresentação do PNMA II;

2007: Lançada FEPAM em Revista pela Comissão Editorial no 17º aniversário do Órgão;



Audiência pública sobre Zoneamento Ambiental da Silvicultura (Alegrete, Pelotas e Santa Maria);



2008: Balcões Unificados (Portaria Nº 23); X Congresso Brasileiro de Ecotoxicologia Bento Gonçalves;

2009: Atlas Ambiental Estratégias Ecotoxicológicas para Avaliação de Risco Aplicadas à Bacia Hidrográfica do Rio Caí; inaugurado o Galpão Crioulo da ASFEPAM;



A FEPAM encontra suas vertentes em tempos bem anteriores à de sua instituição legal, o que nos habilita integrá-la em um processo que remonta aos anos de 1900, quando eclodiram com ênfase as preocupações com as águas, a ponto de serem emitidas "circulares" pelo governo do Estado às Intendências (atuais Prefeituras Municipais) para que preservassem as matas ribeirinhas. Com o acometimento da Gripe Espanhola de 1918, acentuaram-se os cuidados com o saneamento básico, o que nos permite identificar o período como Sanitarista. Contudo, é com a criação do Conselho de Controle da Poluição das Águas, vinculado à Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, que o Estado passa a dispor de um órgão dedicado à Proteção do Meio Ambiente. Outras instituições se seguiram até o surgimento da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico em 1974, demarcando um novo período, que definimos como Licenciatório. Sob esse cenário, o Departamento do Meio Ambiente, instalado em 1979, substituiria a Coordenadoria. Por sua vez, o Departamento oportunizaria a instalação da FEPAM em 1990, cuja face mais conhecida ainda é a licenciatória. A instalação da "Sala de Atendimento Integrado", em junho de 2015, inaugura o período integratório, cujas vertências se anunciavam há mais tempo. Com a instalação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) em 1999, rompe-se o vínculo institucional com a Secretaria da Saúde, condição que perdurara de 1967 a 1999. Acrescente-se que, a par da multifocalidade operacional dos órgãos ambientais públicos, pode-se reconhecer que, da preocupação preponderante com as águas, se passou ao trato dos resíduos sólidos, gasosos e passivos ambientais, entre os quais o próprio saneamento básico, condição reforçada institucionalmente com a abrangência ampliada da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura a partir de 2019. Em certa medida, observamos uma retomada pela busca de soluções para problemas antigos, não tão diferentes dos que se apresentavam há mais de um século, o que não invalida os esforços pretéritos, pelo contrário, os valoriza.

Nesse cenário da Fepam e suas vertentes apresentamos a seguir a linha do tempo a partir da instalação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. O texto está baseado na obra WENZEL, J. A. FEPAM: Raízes, trincheira e farol, Porto Alegre, 2019, e as fotografias extraídas do Banco de Fotos da FEPAM e da Internet.

2010: Lei Federal Nº12.305/2010 - instituiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

2011: "Um só órgão, uma só política"; Relatório do Plano Ar, Clima, Energia do RS (PACE); Plano Estadual de Resíduos Sólidos; RS Biodiversidade; 294 municípios qualificados pelo SIGA; Lei Federal Complementar nº 140;



2012: Incêndio no prédio Othelo Rosa; locação do Edifício União; Sistema Integrado de Regularização Ambiental (SIRAM); Programa Mais água, mais renda; Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE); Nova Sede da FEPAM: Edifício União, Centro Histórico de Porto Alegre;



2013: Denúncia de retirada inadequada de areia no rio Jacuí; Interditado prédio Othelo Rosa em 1º de abril, reaberto em 23 de abril o serviço de atendimento ao público no Edifício União; operação policial CONCURTARE; Zoneamento Ambiental do Baixo e Médio Jacuí;

2014: Novo Plano de Emprego, Funções e Salários (PEFS) - Lei Nº14502/2014; Laboratórios de Biologia e a Amostragem mudam-se para o Laboratório de Química; Portaria FEPAM Nº 118/2014 de Energia Eólica; 2015: Lei Nº 14676/2015, SEMA é denominada Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; "Sala de Atendimento Integrado"; Sistema de Outorga de Água (SIOUT);

2016: QUALIÁGUA, Sala de Situação; Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na FEPAM (COPAM), Sistema On-Line de Licenciamento Ambiental (SOL), Programa Lago Guaíba; Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Médio do RS;



2017: Portaria FEPAM Nº 039/2017, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs);

2018: Decreto Nº53.911 reestruturação da SEMA; Resolução CONSEMA Nº 372, altera atividades de impacto local; novo Regimento Interno da FEPAM, Portaria Nº 36; Parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - documento "Mineração no RS"; Regulamentado o SOL; Portaria Nº 018/2018 das diretrizes para licenciamento de Aterros Sanitários; Lançado v.3 da Coleção Referências: Licenciamento Ambiental para Irrigação Superficial da Orizicultura no RS: Manual de Orientação;



2019: Audiência Pública projeto Fosfato Três Estradas; licença ambiental para Hospital de Clínicas de Porto Alegre;

2019: Correlação dos ramos de atividades licenciáveis (CODRAM) da FEPAM com as fichas do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) no RS- Portaria SEMA/FEPAMNº13/2019; Audiência Pública sobre projeto Mina Guaíba;



2020: Publicado novo Código Ambiental do RS; idealizada edição comemorativa da FEPAM em Revista; Novo logo da FEPAM; Regime de teletrabalho e plantões da FEPAM por conta da pandemia Covid-19 (março); Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas no RS; iniciada a juntada online de documentos de processos físicos que tramitam na FEPAM.



04 de junho de 2020: comemoração dos 30 anos da FEPAM e preparação para os próximos 30.

A Diretoria Administrativa e sua posição no contexto organizacional da FEPAM

Almir Azeredo Ramos Júnior*

Carlos Alfredo Dexheimer Rodrigues**

Organização

À Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM – compete atuar como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, responsável pelo licenciamento, pela fiscalização, pelo desenvolvimento de estudos e de pesquisas, bem como executar programas e projetos com vistas à consecução da Política Estadual de Meio Ambiente.

Desde 1999, a Fundação é vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, hoje denominada Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA.

Instituída pela Lei Nº 9.077, de 04/06/1990, e implantada em 04/12/1991, a Fundação tem suas origens na Coordenadoria do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul (criada na década de 1970) e no antigo Departamento de Meio Ambiente – DMA, da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente (hoje, Secretaria Estadual da Saúde).

É um dos órgãos executivos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA (Lei Nº 10.330, de 27/12/1994), que, a partir de 1999, passou a ser coordenado pela SEMA (Lei Nº 11.362, de 29/07/1999).

Nesse contexto institucional, a Diretoria Administrativa da Fundação está organizada conforme dispõe seu Regimento Interno, definido através da Portaria nº 36/2018, de 25/05/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 1º/06/2018.

A DIRADM possui a seguinte estrutura organizacional:

Diretoria Administrativa

Divisão de Informática e Sistemas

Departamento de Administração Geral

Divisão de Recursos Humanos

Serviço de Administração de Pessoal

Serviço de Recursos Humanos

Divisão de Administração de Materiais

Serviço de Almoxarifado

Serviço de Patrimônio

* Diretor Administrativo, Analista Administrador, e-mail: almir-azeredo@fepam.rs.gov.br.

** Analista Administrador, e-mail: carlos-rodrigues@fepam.rs.gov.br.

- Serviço de Manutenção
- Serviço de Contratos
- Serviço de Compras
- Divisão de Serviços Gerais
 - Serviço de Apoio
 - Serviço de Protocolo
 - Serviço de Transportes
 - Serviço da Central de Atendimento
 - Serviço de Documentação

Departamento de Finanças

- Divisão de Orçamento e Finanças
 - Divisão de Contabilidade
 - Divisão de Arrecadação

Funções e objetivos

A Diretoria Administrativa é composta atualmente por 67 empregados e está subordinada diretamente à Diretoria da Presidência, a qual, além das atribuições previstas nos diplomas legais, deve pautar-se pelos princípios da administração pública, orientando e sempre buscando soluções para as tarefas que lhe forem atribuídas. Conforme previsto no Decreto nº 51.761, de 26/09/2014 e alterações, que aprova o Estatuto da FEPAM, bem como no seu Regimento Interno, o qual define as atribuições dos diversos setores da Fundação, à Diretoria Administrativa compete planejar, dirigir, controlar e executar atividades relacionadas à programação e execução orçamentária; organizar e manter demonstrativos contábeis; propor políticas financeiras relacionadas a receitas e despesas da Fundação; controlar bens móveis, imóveis e de consumo; acompanhar, junto aos órgãos da administração estadual, a tramitação de documentos de interesse da Fundação, sujeitos a aprovação, registro ou publicação, acompanhar, controlar processos e emitir respostas aos órgãos de controle; selecionar, recrutar, admitir e demitir, controlar, avaliar, aperfeiçoar e treinar os empregados da Fundação, assim como formular a política de pessoal da instituição, além de outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria da Presidência.

Programas, projetos e outras iniciativas

Por ser a área-meio da instituição, os principais programas e projetos estão ligados para definirem-se diretrizes que resultem em eficiência e eficácia no trato das demandas oriundas da área finalística da Fundação.

Dessa forma, ao longo de todo seu processo de vida, houve, por parte de seus administradores, a busca por recursos para aquisição de novos equipamentos, veículos e aprimoramento de conhecimento de seus empregados, os quais, juntamente com o desenvolvimento de sistemas informatizados, pudessem agilizar o atendimento às demandas existentes. A busca de recursos, por sinal, é um dos maiores desafios impostos pelos cenários atuais, em que a premissa de se fazer mais com menos está sempre presente.

A Administração objetiva, neste sentido, a celebração de parcerias com a iniciativa pública e o Ministério Público, distribuindo tarefas, trocando informações e buscando recursos para a promoção de um aperfeiçoamento institucional.

Como iniciativas destas parcerias, citam-se o Projeto Balneabilidade e o acesso a recursos do Fundo para Recuperação de Bens Lesados – FRBL. No mesmo sentido, destaca-se a criação do Grupo Setorial de Custos – GSC, treinamento e desenvolvimento de pessoal e propostas já realizadas, como a locação de veículos.

A fim de atender à legislação e às determinações dos órgãos de controle, compete à Diretoria Administrativa a criação de Ordens de Serviço e demais instrumentos normativos, isso tudo sem deixar de atender aos anseios institucionais.

Resultados mais relevantes

Os resultados mais relevantes são aqueles realizados diariamente pelos empregados que compõem os Departamentos, as Divisões e os Serviços da Fundação. As pessoas são o maior ativo de uma organização, e isso também vale para as instituições públicas. São elas que, com dedicação, empenho, comprometimento, entregam diariamente, direta ou indiretamente, serviços à sociedade. Como área-meio, também é dever da Diretoria Administrativa primar pelo bom atendimento às demais áreas da Fundação, buscando, sempre e da melhor forma possível, executar as demandas com presteza e agilidade, a fim de solucioná-las de maneira eficiente e eficaz.

Conclusão

Podemos dizer que a Diretoria Administrativa e seus setores afins, ao longo de toda a existência da Fundação, consolidaram-se como um importante instrumento do desenvolvimento institucional, que buscou e continuará buscando atender do melhor modo possível todas as demandas, sejam externas ou internas. Com parcimônia, bom senso e agilidade haverá sempre esforços para tornar mais eficiente e eficaz o atendimento das demandas voltadas à preservação do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.



Colegas da Diretoria Administrativa, da esquerda para direita: Almir Azeredo Ramos Júnior (Diretor Administrativo – Analista Administrador); João Artur Zanoni (Assessor); Renata Sotero Ferreira (Assessora); e Carlos Alfredo Dexheimer Rodrigues (Analista Administrador).

ARTIGOS

Divisão de Informática e Sistemas – DIS

Júlio Carlos Carvalho*

A informática da FEPAM passou a ser denominada Divisão de Informática e Sistemas a partir do Decreto Nº51.874, 02/10/2014.

Anteriormente denominado Programa de Informatização (01/09/1996 a 31/05/2000) e Divisão de Informação e Sistematização (31/05/2000 a 02/10/2014) tem como missão o gerenciamento e execução das atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas, aplicações SIG, administração de redes e suporte a usuários, além do controle, configuração e distribuição de equipamentos de TI (Tecnologia da Informação) entre os setores da FEPAM.

Desde 1997/98 a FEPAM adotou o modelo de terceirização dos serviços de TI, tendo mantido com a empresa CTZ Soluções uma parceria que se mantém até os dias atuais.

Durante os anos 2000, vários sistemas utilizados até hoje na FEPAM foram desenvolvidos e hoje são a base de sustentação de novos sistemas como o SOL, mantido pela PROCERGS. Os sistemas desenvolvidos na ferramenta *Oracle™ Forms*, os sistemas Especialistas, o *website* corporativo e a intranet, bem como o SIGFEPAM, são alguns dos exemplos de produtos entregues pela DIS aos usuários nesses últimos 20 anos em que os sistemas de informática passaram a ser ferramentas imprescindíveis no desenvolvimento das tarefas dos funcionários da FEPAM.

Desde outubro/2016, a DIS passou a trabalhar de forma integrada com a DTI/SEMA período no qual as redes SEMA e FEPAM tornaram-se uma só, denominada rede SEMARS.

Em 2017, novos concursados foram contratados ampliando o quadro de funcionários de TI da FEPAM para quatro Técnicos em Processamento de Dados. Até então, a FEPAM mantinha apenas um servidor qualificado em TI em seu quadro de pessoal permanente, com ingresso em 1997.

Colegas de diversas áreas da FEPAM fizeram parte e contribuíram à equipe da DIS nesses 30 anos, destacando-se como coordenadores da Divisão nos últimos anos Nara Rosane do Carmo (set/96-out/98 e mai/00- jul/01), Iara Luci Ferrugem Velasques (jul/02-mai/03), Rejane Vargas Dornelles (mai/03-set/13) retratadas na Figura 1 e Julio Carlos Carvalho (out/98- mai/00 e set/13-dez/19) na Figura 2.

* Agente Técnico, e-mail: julio-carvalho@fepam.rs.gov.br.



Figura 1 – Da esquerda para direita, ex-coordenadoras da DIS aqui homenageadas: Arq. Iara Luci Ferrugem Velasques, Eng. Quim, Nara Rosane do Carmo e Eng Quim. Rejane Vargas Dornelles.



Figura 2 – Equipe de colaboradores da DIS em videoconferência de abril/2020. Da esquerda para direita, de cima para baixo: Anal. Sist. Vagner Ferreira de Souza, Adm. Rede Augusto Félix da Fontoura, Assist. Adm. Roberto Francisco Camargo, Des. SIG Gilberto Rodrigues de Matos, Anal. SIG Eduardo Luiz Appel de Vargas, Anal. Sist. Cátia Simone Gomes Jardim, Agt. Téc. Julio Carlos Carvalho (FEPAM), Ger. Proj. Alexandre Barlem Guerra, DBA Oracle Cristiano Eder Goelzer, Agt. Téc. Leonardo da Silva Faller (FEPAM), Anal. Sist. Werner Georg Hesseln, Agt. Téc. Mathias Kuhn Falcão (FEPAM), Téc. Supt. Augusto Maggi de Mattos, Anal. Sist. Lucas Machado de Jesus, Anal. Sist. Alexandre Borgmann, Téc. Supt. Alessandro Lima da Conceição, Anal. Sist. Maria Luiza Stecanela (FEPAM), Des. Sist. Armand Ponidjo Bratawinata, Des. Sist. Cristiano Araújo de Souza, Agt. Téc. Rodrigo de Souza Cunha (FEPAM) e Téc. Supt. Pablo Ribeiro Couto.

Departamento de Administração Geral – DEADG

Carlos Eduardo Dorini*

Divisão de Recursos Humanos – DRHU

Divisão de Administração de Materiais – DADM

Divisão de Serviços Gerais - DSGE

A FEPAM, assim como toda organização, é uma instituição viva, em constante mudança e sujeita a uma série de influências, sejam elas legais, políticas ou sociais. E é por meio do planejamento, organização, liderança e controle que o Departamento de Administração Geral - DEADG busca assegurar os procedimentos necessários para que a atividade fim do órgão possa ser realizada da maneira mais eficiente e eficaz possível, adequando-se às novas necessidades.

O DEADG compreende 03 (três) importantes Divisões: Divisão de Recursos Humanos - DRHU, Divisão de Administração de Materiais - DADM e Divisão de Serviços Gerais - DSGE.

A Divisão de Recursos Humanos está incumbida de todas as questões relacionadas aos contratos mantidos entre a FEPAM e seus colaboradores. Ela é composta pelo *Serviço de Administração de Pessoal*, responsável pelo registro, acompanhamento e operacionalização das obrigações e informações legais relativas aos empregados, assim como a folha de pagamento; e pelo *Serviço de Recursos Humanos*, com atribuição de instrumentalizar e propor melhorias para a avaliação e desenvolvimento profissional, assim como representar a Instituição em demandas judiciais.

A DADM abrange todas as atividades voltada a aquisições e distribuições de materiais. Compõe esta Divisão o *Serviço de Almoxarifado*, responsável pelo controle, programação e distribuição de bens de consumo; o *Serviço de Patrimônio*, que distribui, controla e planeja aquisições de bens permanentes; o *Serviço de Manutenção*, que realiza as manutenções corretivas e preventivas dos bens permanentes; o *Serviço de Contratos*, responsável pelo controle de prazos, aditivos, reajustamentos em contratos e termos afins, além do controle de documentação de funcionários terceirizados e o *Serviço de Compras*, responsável por todas aquisições de bens e serviços para a Instituição.

Por sua vez, a DSGE oferece à instituição os serviços diretamente necessários para a realização da atividade fim da FEPAM. Compõe esta Divisão o *Serviço de Apoio*, responsável pela manutenção predial, limpeza, reprografia, telefonia e serviços diversos; o *Serviço de Protocolo*, responsável pela abertura de processos, correspondências, malotes e organização do arquivo; o *Serviço de Transportes*, que realiza o agendamento e manutenções da frota de 59 veículos que compõe a frota da FEPAM; o *Serviço da Central de Atendimento*, responsável pelo atendimento ao público, recepção e triagem de documentos necessários ao licenciamento ambiental, assim como o agendamento de reuniões entre empreendedores e técnicos e por

* Analista, Administrador; Chefe do Departamento de Administração Geral, DEAG/FEPAM, e-mail: carlos-dorini@fepam.rs.gov.br

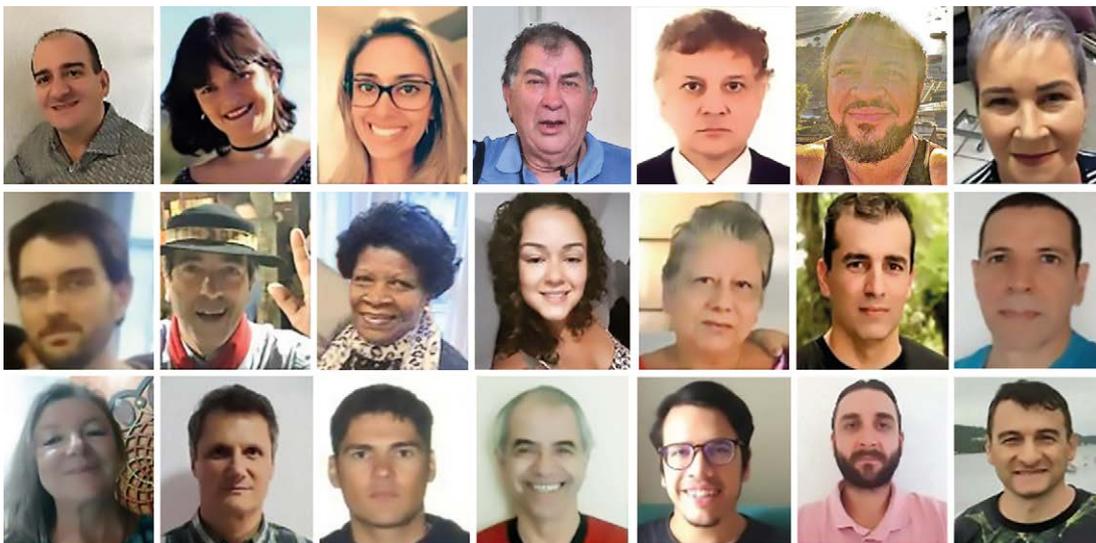
fim, o *Serviço de Documentação*, responsável pela guarda e manutenção dos EIA/RIMAS e do acervo bibliográfico da FEPAM.

Com um total de 41 colaboradores, o DEADG reporta-se diretamente à Diretoria Administrativa, auxiliando no planejamento, controle e desenvolvimento de novos cenários frente aos diversos desafios que surgem a cada dia.

O controle, a propósito, é atividade preponderante para a correta atuação do DEADG, por isso mantém praticamente todos seus procedimentos descritos, atualizados e incorporados às rotinas. Isso favorece o atendimento aos princípios do Direito Administrativo, sempre supervisionados pelos órgãos de controle.

Importante salientar a enorme contribuição do Grupo Setorial de Custos - GSC, à gestão da FEPAM. Composto em quase sua totalidade por colaboradores do DEADG, o GSC conta com o auxílio de novos sistemas para busca de dados, os quais, após depurados, possibilitam demonstrar onde e quanto é gasto nas diversas atividades da Instituição.

Embora a figura do organograma seja importante para fins organizacionais, hoje, mais do que nunca, o que mais vale é a contribuição e empenho de todos colaboradores na busca de soluções e entrega de serviço para a própria Instituição e para a sociedade. Sendo assim, o DEADG está preparado para enfrentar novos desafios e contribuir cada vez mais para que as atividades fins da FEPAM possam ser realizadas.



Colegas do Departamento de Administração Geral, da esquerda para direita, de cima para baixo: Carlos Eduardo Dorini (Analista Administrador); Letícia de Almeida Rodrigues (Agente Administrativo); Caroline Caetano dos Santos (Agente Administrativo); Albertino Mendes (Agente Operacional); Ricardo Roberto Andrade (Agente Administrativo); Cristiano Borges Martins (Agente Administrativo); Iara Silveira Sarmiento (Agente Operacional); Hilton Moreno Lima (Agente Administrativo); Celso Luis Pacheco Marques (Analista Administrador); Maria da Graça Benevenuto Carvalho (Auxiliar de Serviços Gerais); Tatiane Ribeiro de Abreu (Agente Administrativo); Salete Lima Pires (Auxiliar de Serviços Gerais); Eduardo da Silva Peixoto (Agente Técnico); Reinaldo da Cruz Duarte (Agente Administrativo); Sílvia Maria Jungblut (Analista Bibliotecária); Luiz Antonio Hoffmann (Analista Administrador); Daniel Bastos Reis (Agente Administrativo); Claudio Pereira Garcia (Agente Operacional); Gabriel Luiz Schmitz (Agente Administrativo); Icaro Cardoso Viera (Agente Administrativo); Amarildo Esalvão Barbosa (Agente Operacional).



Colegas do Departamento de Administração Geral, da esquerda para direita, de cima para baixo: Eduardo da Silva Nunes (Agente Administrativo); Natália Machado Silva (Agente Administrativo); Evandro Silva Espindola (Agente Administrativo); Generoso Leopoldo Hoff (Pintor); Jair Gaspar (Motorista); Herbert Arnholdt Feraboli (Agente Administrativo); Silvia Jorge Menten (Agente Administrativo); Marcelino dos Santos Nunes (Agente Operacional); Felipe Haas Moeler (Agente Administrativo); Angela Maria de Melos Silva (Auxiliar Escritório II); Denise Vinhas Bigliardi (Agente Administrativo); Ana Maria Piltz (Agente Técnico); Gerson da Silva Paredes (Agente Operacional); Juliano Batista dos Santos (Agente Administrativo); Antonio Neris Tavares Alves (Agente Operacional); Sandra Ferraro Bernd (Agente Administrativo); Renato Lourenço Costa (Agente Operacional); Moisés Aita Jacques (Agente Administrativo); Dayana de Deus Bandeira Carvalho (Agente Administrativo); André Iroito Neves Medeiros (Agente Administrativo); Isabel Cristina Alves da Silva Schuaste (Agente Administrativo); Elci Carina Peixoto de Lacerda (Agente Administrativo); e Luiz Carlos Souza (Motorista).

Divisão de Recursos Humanos – DRHU

Celso Luis Pacheco Marques* e Eduardo da Silva Nunes**

Olhando para o passado e rememorando, podemos afirmar que, ao longo de seus 30 anos de existência, a Divisão de Recursos Humanos da FEPAM, que denominamos de DRHU, sempre cumpriu suas finalidades e atribuições de garantir direitos e alcançar benefícios aos empregados e colaboradores que se vincularam à FEPAM durante esse longo período. E continua realizando a missão.

Podemos afirmar que os servidores e estagiários que estiveram lotados na DRHU nos primeiros 10 anos de sua existência foram além deste papel de cumprir obrigações, pois, além de realizar as atividades pertinentes de RH, era necessário incorporar novos conhecimentos como os trabalhistas, previdenciários e administrativos e novas tecnologias; descrever normas, procedimentos, critérios,

* Analista, Administrador, e-mail: celso-marques@fepam.rs.gov.br;

** Agente Administrativo, Tecnólogo em Processos Gerenciais, Chefe da DRHU, e-mail: eduardo-silva@fepam.rs.gov.br.

ordens de serviços, orientações e perseguir sempre a previsão de situações novas e futuras, antes que ocorressem. Ainda, por ter início recente, havia desconhecimento sobre direito. Entre outras pessoas, o grupo inicial era formado por Tupy José Feijó Neto, Rejane Nunes da Conceição, Carmem de Souza Idalgo, João Artur Zanoni, Carlos Alfredo Dexheimer Rodrigues, entre outros.

Por conta da opção pela FEPAM que constava na Lei Nº9077/1990 de sua instituição, 167 servidores do antigo Departamento do Meio Ambiente (DMA) realizaram a migração para o regime celetista, optando pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Além disso, outros servidores vinculados a vários órgãos foram colocados à disposição da FEPAM, a fim de constituir força de trabalho suficiente para atender às novas demandas. A Fundação, então, mantinha um grupo significativo de adidos de outras unidades, sendo esses de grande parte oriundos da Fundação de Economia e Estatística (FEE), além de contar com muitos Cargos em Comissão.

Com a edição da Resolução, em 1991, que organizou o quadro de pessoal, por meio do Plano de Cargos e Salários, regidos pela CLT, e criou o Quadro de Cargos Permanentes da FEPAM, havia a necessidade de iniciar o enquadramento de cada funcionário na sua Classe e Nível da Matriz Salarial para determinar o salário mensal e permitir a migração do recolhimento do INSS e não mais para o Instituto de Previdência do Estado (IPERGS). O primeiro plano de cargos definiu o Regulamento de Promoções dos servidores optantes para ocorrer a cada dois anos por antiguidade e merecimento, alternadamente.

Com pouco prazo de solução, as obrigações de salário e benefícios deviam ser entregues de forma quinzenal e mensal sem margens para atrasos. Com muita pressão, o pequeno grupo dos Recursos Humanos ainda realizava a organização de registros e entre outras atividades típicas de RH, e as seguintes tarefas: controle do ponto manual no sistema cartográfico de cartão de papel; confecção de crachá de identificação; representação da FEPAM como prepostos em audiências judiciais trabalhistas; controle geral dos estagiários; resposta a indagações do Tribunal de Contas e/ou Contadoria Geral de Estado (CAGE); controle de Horas-Extras autorizadas; redação de pareceres nos processos afetos ao setor de RH; relacionamento junto ao Banco do Brasil relativo ao pagamento do PASEP e FGTS; preenchimento mensal do Programa ACI, relativo ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e posterior entrega à Delegacia Regional do Trabalho/RS; formulação, mensalmente, dos valores a serem ressarcidos pelos servidores cedidos da Fundação, criação e manutenção de planilhas relativas aos servidores e estagiários; organização e entrega dos Vale-Transporte Vale-Alimentação de forma manual; controle de pagamento de consignados, tais quais: contribuição assistencial, contribuição confederativa, contribuição sindical, IPERGS, seguro em grupo opcional, seguro em grupo, acordo coletivo, vale-alimentação; Sistema Informatizado de Auditoria de Pessoal (SIAPES), enviado ao Tribunal de Contas; gerencia e controle dos estudos e confecção do primeiro Relatório do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da FEPAM (PPRA). Muitas dessas atividades realizadas com controles em fichas individuais, planilha de papel ou cardex

realizados em máquinas de escrever elétricas e manuais em papel-carbono, com tracheque nominal em forma de Holerite e, sendo a comunicação telefônica difícil e cara à época, o telex e o fax eram um bom recurso.

Entre 1992 e 1996, a Divisão de Recursos Humanos foi ativa ainda sub-rogação dos contratos de trabalhos dos empregados vindos dos cargos em extinção da CORLAC, em sua grande maioria motoristas e funcionários das áreas administrativas, e no ingresso de novos empregados por meio dos concursos públicos de 1994, 2001, 2008, 2009 e 2014 e da contratação de empregos emergenciais temporários através de determinação judicial em 2013.

Ao longo dos anos, as ferramentas tecnológicas dinamizaram os recursos e facilitaram as atividades de RH, como sistemas de ponto eletrônico/biométrico, banco de dados e o RHE, que permite uma série de possibilidades para tratar, registrar, arquivar, consultar, pesquisar e manter registro dinâmico e fixo das informações de RH. Com esses avanços, novas possibilidades têm surgido para a contínua qualificação da equipe da Divisão de Recursos Humanos, a fim de atender às inúmeras atividades, atuais e futuras, de sua competência.

Biblioteca / Serviço de Documentação - SEDOC

Sílvia Maria Jungblut*

O Serviço de Documentação da FEPAM, doravante denominado Biblioteca, está ligado à Diretoria Administrativa. A Biblioteca vem acompanhando a FEPAM desde a época do Departamento do Meio Ambiente (DMA), sempre junto aos funcionários. Esta proximidade física foi rompida em 2015 quando então, por ordem da então secretária do Meio Ambiente, foi definido o seu deslocamento para a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZBRS). A Biblioteca da FZB não estava preparada para receber o acervo de outra biblioteca. Assim sendo, o acervo da biblioteca da FEPAM foi parcialmente alocado no andar superior do prédio principal da FZBRS, junto à sua biblioteca. O restante do acervo ficou em outros locais disponíveis no prédio, como o almoxarifado e uma sala no subsolo. Esta estratégia de mudança da biblioteca a deixou sem boas condições de atendimento ao público e trazendo prejuízos à sua própria imagem. Hoje, estamos em nova fase de mudança, iniciada em 2019 e ainda não concluída. Desta vez, a proposta é a unificação dos acervos das duas bibliotecas em outro prédio na FZB.

Sobre seu largo acervo, este é composto por obras relacionadas ao meio ambiente e disciplinas afins. Compreende livros, "DVDs", obras de referência, documentos que formam a história da FEPAM, EIA/RIMAS, mapas e periódicos. O acervo de estudos e relatórios de impacto ambiental - EIA/RIMAS, é de particular importância, pois traduz a riqueza documental dos grandes empreendimentos analisados pela equipe de funcionários da FEPAM. Este acervo encontra-se digitalizado desde 2019.

* Analista - Bibliotecária, SEDOC/DSGE/DEADG; e-mail: silviamj@fepam.rs.gov.br.

Considerando que a FEPAM também é produtora de conhecimento, cabe destacar alguns títulos de obras publicadas nos últimos anos e presentes no nosso acervo, tais como:

- Meio Ambiente e Carvão: impactos da exploração e utilização
- Atlas Ambiental da Bacia do Rio Caí
- Biodiesel: Impacto Ambiental Agrônômico e Atmosférico
- Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Taquari-Antas
- Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte
- Licenciamento Ambiental para Irrigação Superficial da Orizicultura no RS
- Várias obras resultantes do projeto RS Biodiversidade coordenado pela SEMA, com contribuições do corpo técnico da FEPAM.

A Biblioteca ainda possibilita auxílio na busca de artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais em meio digital *online* por pesquisadores da FEPAM.

Para os interessados no histórico da FEPAM, a Biblioteca dispõe do livro do livro “Fepam: raízes, trincheira e farol.”

Seguramente, uma parte do acervo do qual muito nos orgulhamos é a coleção completa de *FEPAM em Revista*.

A par do inestimável acervo, adversidades e mudança do espaço físico, nos cabe perguntar: O que queremos para o futuro? Queremos uma biblioteca atuando como centro de documentação, como disseminadora da informação, com acesso à base de dados e com público interessado em suas ações.



Exemplos de algumas obras FEPAM/SEMA no acervo da Biblioteca.

Departamento de Finanças - DEFIN

Thais Braun Pivatto*

Departamento de Finanças - DEFIN, que muitas vezes é simplesmente resumido nessas 5 letras, mas que é muito mais que isso. Composto pela Divisão de Arrecadação, Divisão de Contabilidade e Divisão de Orçamento e Finanças, arrecada, zela e concretiza as despesas da nossa Fundação. Muitas vezes confundido com a DOFIN ou com a DIAR. Mas não tem importância, somos uma família e abraçamos a causa que chega até nós. Depois nos redistribuímos conforme a tarefa.

Outra dúvida que geralmente surge, mas que vou aproveitar esse espaço para tentar sanar e que pode chocar alguns colegas é que todo e qualquer valor que chega a Fundação vira dinheiro público e é nossa missão, e dever, ajustar às regras do setor Público. Não há exceção, tudo vira código de recurso e tem que ser administrado pelo sistema FPE – Finanças Públicas do Estado. E mais do que isso, entra na regra de compras do Estado, ou seja, licitação e processo administrativo de compra. Tudo dentro das regras.

Mas vamos nos apresentar como Departamento de Finanças – DEFIN:

A Divisão de Arrecadação - DIAR, chefiada pelo Nicki Ferrão Nunes, atende diariamente, em média de 20 (vinte!) ligações telefônicas externas e internas (muitos colegas ligam para orientar as futuras cobranças) e em torno de 20 (vinte!) e-mails são respondidos. Claro que estas demandas são médias, oscilam muito conforme sazonalidade e peculiaridades do ano. Além disso somos os responsáveis pela arrecadação dos Autos de Infração, delegados pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, bem como envio dos processos administrativos para inscrição na Dívida Ativa na Secretaria Estadual da Fazenda daqueles que não forem pagos. Contamos com a colaboração de 2 estagiárias, Isabella e Stephany completam a equipe.

A Divisão de Contabilidade - DIVCONT, chefiada por Fernanda Alves Zandonna, registra todos os atos e fatos contábeis. Além das despesas e receitas. Zela pela sua correta identificação e exige que a informação chegue até nós. Contamos com a colaboração de Clenira de Fátima Camargo e Shirla Adriana Souto Jacques. Um trio de contadoras.

E a Divisão de Orçamento e Finanças – DOFIN, chefiada por Marcelo Paludo Rocha, finaliza a execução das despesas, dentre elas os pagamentos das Diárias aos demais colegas da Fundação. Como executam a despesa são responsáveis pela elaboração do Orçamento do ano subsequente. Contamos com Luis Fernando da Silva Lemos, Luísa Sturbelle Veleda e Vitor Hugo Borba Daltoé e a estagiária Giovanna.

E o Departamento de Finanças é de responsabilidade de Thaís Braun Pivatto, que oriunda da Divisão de Arrecadação acaba dedicando mais tempo a essa atividade.

* Assistente Técnico, Chefe do DEFIN, e-mail: thais-pivatto@fepam.rs.gov.br

Como falei no início desta breve apresentação, abraçamos as causas que chegam até nós, como: representação no Conselho Gestor e na Câmara Técnica do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), e na Câmara Técnica do Fundo de Recursos Hídricos (CRH). Historicamente, aqui relembro, a FEPAM contribuiu na construção do sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE, a cargo da Secretaria Estadual da Fazenda e, na atualidade, também mantém o respeito e a confiança dos órgãos de controle externos.

Feita apresentação e ditas as principais tarefas vem a pergunta: “O que esperamos?”. Esperamos um Estado cada vez mais robusto e respeitado por nossos ideais, onde o meio ambiente seja realmente o nosso ponto de equilíbrio e de encontro com a nossa essência.



Colegas do Departamento de Finanças, de cima para baixo e da esquerda para a direita: Nicki Ferrão Nunes - Agente Administrativo; Fernanda Alves Zandona - Analista, Contadora - Luis Fernando da Silva Lemos, Agente Administrativo; Vitor Hugo Borba Daltoé - Agente Administrativo; Marcelo Paludo Rocha - Agente Administrativo; Shirla Adriana Souto Jacques - Analista, Contadora; Clenira de Fátima Camargo - Analista, Contadora; Thais Braun Pivatto - Assistente Técnico (Chefe do DEFIN) e Luísa Sturbelle Veleda - Agente Administrativo.

Por seu papel na construção da FEPAM, registramos os colegas que, atualmente, estão cedidos para outros órgãos do Estado ou afastados por questões pessoais, conforme informação da Divisão de Recursos Humanos em junho de 2020.

Amanda Wajnberg Fadel, Amanda Brito Bordin, Angelo José Pastro, Andressa Lauermann, Andrea Camargo Glashester, Andre Bernardi Bicca de Barcellos, Clero Luiz Ghisleni, Daiane Soares Caporal, Daniella Fernanda Foerster, Diego Polacchini Carrillo, Errol Gaspar dos Santos, Ingo Schneider, José Roberto Faleiro de Paula, Luíza Chomenko, Maria Paula Nicolini Sochan, Márcia Ferrugem Schneider, Mariana Maturano Dias Martil, Marilaine Silva de Lima, Rafael de Souza Lopes, Rogério Gjordani da Silva, Sérgio Inácio Turelly da Silva, Veridiane Rossetto Gerlach.

Comissão de Recursos Humanos – CORH

Celso Luis Pacheco Marques* e Eduardo da Silva Nunes**

Nas atribuições do Plano de Cargos e Salários – PCS de 1991, foi designada a constituição de uma Comissão de Recursos Humanos – CORH, para auxiliar a Diretoria da Presidência na administração dos Recursos Humanos dos servidores que realizassem a opção pelo Plano de Cargos. Essa Comissão, constituída por um representante da Diretoria, um representante da Divisão de Recursos Humanos – DRHU, um representante da Assessoria Jurídica e dois representantes eleitos pelos servidores da FEPAM, foi criada com a finalidade principal de realizar os procedimentos de enquadramento dos novos servidores nos cargos do novo PCS e de efetuar todos os procedimentos e ações de promoção dos integrantes do quadro de empregados a cada dois anos, de acordo com o Regulamento de Promoções.

O primeiro grupo da CORH, em atividade conjunta com a DRHU, que detinha as pastas funcionais, conhecimento técnico e processos administrativos de cada funcionário optante, iniciou os procedimentos primários para organizar as informações, com vistas ao começo das promoções. Em decorrência de fatores como ausência de sistematização das informações, falta de entendimento e análise dos critérios, e carência na apuração dos termos e dúvidas sobre o enquadramento adequado de cada servidor na Classe e Nível salarial correta, as primeiras promoções somente tiveram início efetivo em 1998, com a aprovação do primeiro documento de Procedimentos, Normatização e Critérios de Promoção da FEPAM.

Com a informatização, as informações dos empregados da FEPAM foram organizadas no Banco de Dados dos Recursos Humanos, facilitando a pesquisa e composição dos dias de efetivo exercício dos cargos e compor o interstício e semestre de habilitação de cada cargo, otimizando o tempo de execução das promoções. Essa nova era da informação permitiu manter a regularidade de feitura de todas as promoções dos servidores até dezembro de 2013.

Com a promulgação da Lei Estadual nº 14.431, de janeiro de 2014, a qual instituiu o novo Plano de Empregos, Funções e Salários (PEFS) da FEPAM, houve a necessidade de os empregados efetivos realizarem a opção formal para o integrarem. A CORH foi acionada para analisar cada processo e casos específicos para esta nova transição e reenquadramento para os empregos previstos no novo Plano. O PEFS introduziu também um Adicional de Incentivo à Capacitação para os funcionários que apresentam escolaridade superior à exigida para o desempenho do emprego. Cada requerimento de adicional de capacitação foi, à época, e continua sendo analisado pelos membros da CORH.

O grupo atual de membros da Comissão segue dando prosseguimento aos trabalhos do grupo anterior, apresentando uma nova regulamentação sobre Adicional de Incentivo à Capacitação, visando a novos critérios mais definidos para

* Analista, Administrador, e-mail: celso-marques@fepam.rs.gov.br

** Agente Administrativo, e-mail: eduardo-silva@fepam.rs.gov.br

a sua concessão. Além disso, trabalha na criação de um novo Sistema de Promoções, com vistas a tornar o Sistema de Promoção mais transparente, confiável e “amigável” para inserção no sistema de dados de avaliações de desempenho, capacitações e consultas.

Assim, ao longo de sua existência e dos mais diversos componentes e grupos de trabalho, a CORH foi se reinventando e se adaptando às necessidades. E, assim, primando sempre pela realização das intervenções necessárias ao atendimento de suas finalidades e funções, e buscando resultados de forma mais rápida e correta.

Associação dos Servidores da FEPAM – ASFEPAM

A Associação dos Servidores da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM (ASFEPAM), fundada em 1º de abril de 1992 com o objetivo de congregar servidores, tem sede junto à FEPAM na Avenida Borges de Medeiros, 261, no Centro Histórico de Porto Alegre.

A ASFEPAM, de acordo com seu Estatuto, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter social, cultural, assistencial, recreativo, representativo e de assessoramento com o propósito de promover a união, a confraternização e a solidariedade entre os servidores da FEPAM.

A nossa missão é representar os interesses dos associados por meio de uma gestão participativa, bem como promover e atuar diretamente em iniciativas voltadas ao bem-estar desses associados e seus dependentes.

Nossos princípios são:

- Transparência
- Gestão participativa
- Valorização e defesa dos associados
- Fortalecimento da Associação.

Desta forma, a atual diretoria, empossada para a gestão 2020-2021 e composta pelos servidores Nilo Sérgio Fernandes Barbosa, Paula Rodrigues Tavares, Ana Maria Piltz, Sirlei Haubert, André Bernardi Bicca de Barcellos e Márcio D’Ávila Vargas, vem trabalhando de forma intensa a fim de representar os interesses dos associados com foco em uma atuação participativa, em uma forte gestão administrativa e financeira, de maneira transparente com a finalidade de garantir o bem-estar e a valorização destes associados que, diariamente, se empenham para manter o meio ambiente o mais saudável possível.

Nós, trabalhadores no segmento do meio ambiente, precisamos estar em sintonia com os interesses difusos da população para manter, assim, a qualidade ambiental para a nossa geração e para as gerações futuras. Importante é nosso papel, uma vez que não pensamos apenas no momento atual, devemos a cada dia mais planejar o futuro observando atentamente os impactos que as alterações

antrópicas causam no ambiente, para, desse modo, garantir um local sadio e de qualidade para a sociedade em geral.

Sem sombra de dúvidas, vivemos uma época de afrouxamentos e flexibilização das Leis e das normas ambientais pelos gestores federais, estaduais e municipais. Porém, esta Associação estará sempre de acordo com a maioria de seus associados, se posicionando em prol da técnica, do bom senso e da base científica. Estamos passando atualmente por uma pandemia, cujas raízes profundas podem estar sendo originadas no desequilíbrio ecológico, no aumento da poluição e em fortes contaminações, onde as bases científicas são, muitas vezes, contestadas e maltratadas por leigos na matéria. Não podemos nos abater nem desistirmos.

Esperamos que os próximos 30 anos sejam de muito esforço e denodo para que possamos vencer as batalhas e obtermos conquistas, sem nunca nos esquecermos do nosso bem maior. Que a união seja rotina e que possamos mais, a cada dia, aprender em comunhão com os colegas. Não podemos nos dividir porque isso facilitaria a tarefa de quem assim o quer. Vamos nos manter unidos, haja vista que a união é o nosso grande poder e a força que nos impele ao futuro.

Nesta comemoração de 30 anos da FEPAM, que é nosso segundo lar, homenageamos aqueles que lutaram e ainda lutam de modo incansavelmente para um mundo melhor e temos a certeza de que a união de todos e todas fará, a cada dia, mais diferença na vida de todas as pessoas que tem no nosso Estado a sua morada.

E aqui continuaremos, independentemente de nomes e sim de objetivos, representando os associados em causas de interesse comum de forma a nos posicionarmos frente à Política Ambiental, sempre em defesa do ambiente ecologicamente equilibrado.

Queremos homenagear também todos os colegas associados, os que continuam e os que já se retiraram, que deixaram o seu suor nesta Associação; inomináveis porque são tantos, mas jamais esquecidos por sua dedicação e participação nesta Associação.

Contamos com todos nesta jornada, para que possamos estar juntos por muito mais que 30 anos.

Agradecemos a todos por se empenharem em busca de um mundo melhor!

Diretoria ASFEPAM, Gestão 2020-2021.*



* E-mail: asfepam@asfepam.com.br.

DEPOIMENTOS

Que FEPAM queremos e precisamos para os próximos trinta anos?

Comemorar os 30 anos da FEPAM nos move duplamente: ao reconhecimento da trajetória já trilhada quanto ao porvir. Se até aqui nos orientamos editorialmente pela temática da “FEPAM, quem somos e o que fazemos”, é chegado o momento de nos perguntarmos: “Que FEPAM queremos e precisamos para os próximos 30 anos?” Por certo, a par do desejo coletivo de que a FEPAM continue pública, vigorosa, sólida, cumpridora de suas atribuições institucionais e permeável às demandas e interrelações sistêmicas, cada um de nós terá seu possível horizonte mentalizado, o que nos permitirá corrigir o que for necessário e revigorar os acertos, estes acrescidos da continuada criatividade, inovadora e resolutive.

Buscamos junto a colegas, tanto atuais quanto de outros tempos, depoimentos e respostas pessoais espontâneas que testemunham e indicam anseios. A seguir apresentamos os depoimentos e desejos de alguns, para que nossa FEPAM renasça e se fortaleça a cada novo dia.

Focada em ações de monitoramento

Mauro Gomes de Moura

“Somente o Estado pode exercer o papel de conservação ambiental que os gaúchos necessitam, através de um completo conhecimento das questões bióticas e abióticas que compõem cada unidade do RS (biomas, recursos hídricos, atmosféricos, solo, etc.). Este monitoramento, que hoje é pífio, é necessário para a tomada de decisão das políticas adequadas de proteção (zoneamentos, enquadramentos, criação de UCs, etc.). O Sistema Ambiental do Estado, conhecendo diuturnamente a qualidade do ambiente, pode ficar atento às alterações que derivam de licenciamentos imperfeitos ou descumprimento de licenças, entre outras causas. Com isto, a FEPAM terá seu Poder de Polícia aprimorado, muito além de vistorias/coletas, agindo onde o monitoramento mostrar impactos negativos derivados de ações antrópicas licenciadas ou não.”

Mauro Moura ingressou em 1973 como Técnico em Química no Núcleo de Controle da Poluição da Equipe de Engenharia Sanitária da Divisão de Saneamento Ambiental do Rio Grande do Sul. Já graduado como Químico foi para o DEMA-SES (Departamento de Meio Ambiente da Secretaria Estadual de Saúde) em 1980. Entre outras funções, foi Diretor Técnico da FEPAM (1997-98; 2003-06), primeiro Presidente da ASFEPAM (1992-93) e, posteriormente, Secretário da SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre) em 2015. Atualmente, mantém atividades de informação e debates através de um *website* de conteúdo ambiental.

Voltada para o futuro

Maria Lúcia Coelho e Silva

“O papel da FEPAM e dos órgãos ambientais é fundamental para a preservação da qualidade ambiental e da qualidade de vida para todos e pressupõe o fortalecimento dos mecanismos de gestão ambiental, a fim de conferir mais eficácia nas diferentes ações. A FEPAM que queremos e precisamos reconhece a complexidade da questão ambiental, a importância de contínua atualização, e a necessidade de discussão entre o Poder Público e a Sociedade - assegurando a participação pública na tomada de decisões. A FEPAM que precisamos, hoje e nos próximos nos anos, deve desenvolver uma estratégia de gestão voltada para o futuro; discutir os diferentes instrumentos da gestão ambiental e sua aplicação - Zoneamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade Ambiental, Planos de Bacias Hidrográficas, Licenciamento Ambiental - e, buscar oportunizar o amplo acesso à informação e à participação da sociedade tornando a gestão eficiente e eficaz para melhoria da qualidade de vida da população”.

Maria Lúcia, Engenheira Química, ingressou no início de 1978 na Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico. Exerceu suas funções preponderantemente na área de Qualidade Ambiental até sua aposentadoria em 2013. Atualmente, é Diretora da ABES Nacional (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).

Fortalecida por interrelações pessoais e de amizade

Maria da Graça Benvenuto Carvalho

“Guardo lembranças muito boas do tempo do Ossanai, Janete e colegas da época, quando trabalhávamos lá na Ipiranga. Todos se davam bem e eram muito amigos. Eu gostaria que a Casa fosse como no início. Todos amigos e sinceros. Espero que os que estejam chegando tenham mais amor à FEPAM, senão não sei no que vai dar. Espero uma FEPAM cada vez mais forte.”

Maria da Graça, Auxiliar Administrativa, ingressou no dia 05 de setembro de 1978 na Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, à época coordenada pelo médico sanitarista Jorge Ossanai. Atualmente Maria da Graça, a servidora há mais tempo ainda ativa na Casa, atua no Serviço de Protocolo, da Divisão de Administração de Materiais do Departamento de Administração Geral.

Modernizada sobre os pilares originais

Clenira de Fátima Camargo

“Quando da criação da FEPAM em 1990 eu trabalhava na Fundação Zoológica. Soube da criação dessa nova instituição que iria cuidar dos interesses relativos ao meio ambiente do Rio Grande do Sul, nada que afetasse ou chamasse muito a atenção, nem afetasse minha rotina de trabalho e vida. Mas, mal sabia eu o quanto essa nova Instituição estava ligada a mim e eu a ela. Em meados de 1992, fui convidada pelo auditor da CAGE, Sr. Edegar de Oliveira Aguiar, para atu-

ar como contadora, na FEPAM. Eu já havia trabalhado na contabilidade na Fundação TVE e na FZB, então na área Contábil/ Financeira já tinha alguma experiência. Relutei em aceitar, os desafios eram grandes, estruturar e colocar em funcionamento o setor Administrativo Financeiro/Contábil de uma Instituição recém criada, ou seja, começar do zero, sem pessoal, sem estrutura, com poucos recursos e, confesso, que não foi nada fácil. Enfim em 24 de novembro de 1992, assinei meu contrato com a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL e, com a ajuda de colegas, chefes, muita garra, trabalho e determinação montamos a Instituição que temos hoje. Aqui aprendi o respeito e a importância de preservar as diferentes formas de vida, a separação correta de lixo, o uso racional da água, entre tantas. Daqui tirei o sustento meu e de minha família, aqui cresci profissionalmente e como pessoa e, quando decidir que será hora de parar, saio agradecida e com a certeza do dever cumprido. Hoje vejo uma FEPAM modernizada, com profissionais competentes e muito bem preparados para o cuidado de todas as questões que envolvam nosso ambiente sem, contudo, esquecer do progresso. A semente foi plantada, germinou e uma linda planta está crescendo. Desejo para a FEPAM um futuro promissor e que os profissionais incumbidos de levá-la adiante nunca esqueçam o objetivo principal, que é a preservação, pois sem ela não haverá vida.”

Clenira Camargo, Contadora, ingressou em 1990 na FZBRS - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Em 1992 entrou na FEPAM, sendo responsável pela contabilidade até 2002 e Serviço de Convênios e Contratos até 2008. Assessora Técnica da Diretoria Administrativa, atua hoje no DEFIN - Departamento de Finanças. Atualmente e desde 2015, também é a Secretária Executiva do Conselho de Administração da FEPAM (CAF).

Mensageira da odisséia ambiental

Valdir Bisotto

“A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM é, nos dias atuais, um marco que estabelece o licenciamento, a fiscalização, os estudos, as pesquisas, os programas e projetos ligados ao meio ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo dos anos tem sido e, portanto, também será a entidade governamental gaúcha que estabelece e estabelecerá os objetivos gerais e específicos relacionados à Política Estadual de Proteção Ambiental. É o “Anjo da Guarda” que diagnostica e controla a qualidade do meio ambiente no solo Sul-rio-grandense. Os augúrios, os presságios, indicam que a FEPAM/RS deverá, até a quinta década do século XXI, efetuar uma longa “viagem”, decorrente de “aventuras e eventos singulares e inesperados” em prol da qualidade de vida, envolvendo solo, água e ar do meio ambiente em que vivemos e vivenciaremos. Hoje, nós, os ambientalistas, somos mensageiros vivos de uma verdadeira Odisseia Ambiental”.

Valdir, Analista Engenheiro Agrônomo (UFRGS), ingressou por concurso em 2002. Atua na Divisão de Criações (DILC) do Departamento Agrossilvipastoril (DASP). Representa a FEPAM na Comissão de Pesquisa Agrícola do IBGE. Anteriormente à FEPAM, atuou por muitos anos no Sistema Cooperativo Gaúcho, junto à Direção da FECOTRIGO.

Referência institucional

Mônica Benetti Barbosa

“Eu, Mônica Benetti Barbosa, Engenheira Química (UFSM), Especialista em Tratamento de Resíduos Industriais (PUCRS) e Mestre em Engenharia Ambiental (UFSC), ingressei na FEPAM em 2004. Nestes 15 anos presenciei os esforços da equipe que faz a FEPAM, enfrentando vários desafios, dentre eles os acidentes ambientais que marcaram a história, sempre avançando na busca da proteção dos recursos naturais, solo, ar e água, de forma que possamos usufruir destes recursos de forma integral, o que é essencial para uma vida saudável. O trabalho na FEPAM me trouxe realização profissional e muita satisfação ao verificar a melhoria dos nossos recursos naturais, resultado do trabalho incansável deste grupo que busca equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento dos nossos municípios. Para os próximos 30 anos da FEPAM, vislumbro o avanço da ação em prol de conciliar o desenvolvimento industrial com a preservação do meio ambiente e espero que a FEPAM se mantenha como Órgão Ambiental do Estado também enquanto referência para os Órgãos Municipais atuantes e para aqueles que ainda estão em estruturação, e que são essenciais para realizarmos o trabalho de preservar o ambiente natural a nós presenteado, com todas as suas riquezas, e de forma que assim possam conhecê-lo, amá-lo e preservá-lo os que nos seguirão”.

Mônica, Analista Engenheira Química, Mestre em Engenharia Ambiental (UFSC), ingressou em 2004. Desde então, encontra-se lotada no SELMI - Serviço de Licenciamento e Monitoramento de Indústrias do Departamento de Controle.

Qualificada, precisa, atualizada e confiável

Luciano Pazinato Martins

“Entre na FEPAM quando a sede ainda era na Rua Carlos Chagas, e fiquei lotado no antigo SEFIND (Serviço de Fiscalização Industrial). Do ano de 2011 até os dias de hoje já percebi significativa melhora da FEPAM com avanços tecnológicos, desde aperfeiçoamento de sistemas até disponibilidade de equipamentos de campo, como GPS, sondas multiparâmetros e drone. Para os próximos 30 anos, imagino que os avanços tecnológicos irão permitir que a FEPAM acelere, quase em tempo real, suas respostas tanto para o licenciamento quanto para a fiscalização. Também penso que os avanços tecnológicos permitirão desenvolver planos e controles de qualidade com grande precisão, confiabilidade e atualizações permanentes de cenários”.

Luciano é Analista Biólogo, Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais (UNILA-SALLE), ingressou em agosto de 2011, atuando em fiscalização industrial (no extinto Serviço de Fiscalização Industrial - SEFIND) e, atualmente, coordena o SAI - Serviço de Autos de Infração da Divisão de Fiscalização (DIFISC/DF).

Interativa e compromissada

Maria da Glória e Medeiros Mitchell

“Porque pensar meio ambiente? Há nove anos atuo como analista técnica concursada. Já atuei em três departamentos desta Fundação com mesmo empenho e correspondência mútua de desenvolver, em diferentes escalas, a aplicação, condições e formação de resoluções para os problemas ambientais que se apresentam. E dentro da FEPAM recebemos a proposta da valorização da preservação ambiental junto com nuances de novas tecnologias empregadas para ação de sustentabilidade. Então o que esperar nestes próximos 30 anos? Que a FEPAM continue políticas públicas setoriais e de desenvolvimento, porém não deixando que suas funções estruturais e fundamentais sejam minimizadas em função de interesses de mercado ou políticas de interesse mercadológico. Desejamos também que entre os diferentes departamentos constitutivos de sua estrutura interna haja uma maior interação e crescimento para uma unidade e atuação compromissada”.

Glória, Analista Geóloga, ingressou em setembro de 2011. Atuou mais longamente em setores do Departamento de Controle voltados a licenciamento e fiscalização de atividades de mineração e indústria, dentre outras. Atualmente, exerce suas funções na Divisão de Monitoramento Ambiental do Departamento de Qualidade Ambiental (DIMAM/DQA).

Descentralizada, colaborativa, célere e próxima da sociedade

Fabio La Falce Decorato

“Estou há 8 anos na FEPAM, sendo que durante 7 anos desempenhei minhas atividades na DISA, onde tive grandes desafios e experimentei a chefia substituta por 4 vezes, concedida pelos 4 chefes que me lideraram e sempre tive a vontade de contribuir com a FEPAM a nível de gerência. Há 1 ano e 4 meses, com muita satisfação, integrei a equipe da Regional Serra. Essa experiência tem agregado muito ao meu desenvolvimento como pessoa, já que as relações interpessoais e as atribuições como gerente necessitam resiliência, humildade e disciplina. Fazer parte da FEPAM é estar num grande time, visto que a nossa Fundação é uma referência para os órgãos ambientais do Brasil. Com inovação a cada ano, pois tem em seu quadro de funcionários excelentes profissionais, proporciona melhorias ao processo de licenciamento ambiental. Agradeço aos colegas da FEPAM ativos e inativos que fizeram a história e que desejam o melhor para este órgão ambiental. Destaco o DGD, que torna o licenciamento, fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental mais célere e aproxima a sociedade da FEPAM. As gerências representam a SEMA e a FEPAM em eventos e comitês compostos pela sociedade civil levando conhecimento e experiência nas discussões técnicas. Gratidão por fazer parte deste time do DGD, que conta com a colaboração de cada colega, constituindo um setor competente, que pensa em seus colaboradores. Parabéns FEPAM e que venham mais 30 anos com grande progresso. Assim espero!”

Fábio, Analista Engenheiro Químico, Mestre em Engenharia de Alimentos, atua na FEPAM desde 2012. Ingressou na Divisão de Saneamento - DISA e ali permaneceu até 2018, quando foi transferido para chefiar, desde então, a GERSER - Gerência da Regional Serra em Caxias do Sul.

Ampliada e incentivada para pesquisa e educação ambiental

Eduardo da Silva Nunes

“Assim como na vida pessoal é difícil fazer uma projeção para os próximos 30 anos; fazer o mesmo com a FEPAM é algo complexo. Mas nos meus sete anos de Instituição, conhecendo um pouco de sua grandeza, história e conquistas, ciente principalmente de sua capacidade técnica e engajamento dos seus colaboradores em fazer não somente uma FEPAM melhor, mas sim assegurar a proteção e preservação do meio ambiente do nosso Estado, tenho a esperança que a Fundação nos seus próximos 30 anos esteja viva, atuante no RS com um maior quadro técnico para que com melhor rendimento, permaneça atuando em suas diversas atividades de licenciamento, controle, prevenção, combate e fiscalização, participando mais em novos projetos de legislação ambiental e com mais incentivo do Governo para desenvolvimento de Pesquisas e Educação Ambiental, sendo reconhecida pelos seus feitos e importância por toda sociedade do Rio Grande do Sul, e não apenas sendo lembrada nas histórias que tratam do Meio Ambiente do Estado.”

Eduardo Nunes é Tecnólogo em Processos Gerenciais, ingressou em 2013 no cargo de Agente Administrativo e, atualmente, chefia a Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral (DRHU/DEAG).

Cooperativa, construtiva e sustentável

Paula Tavares

“Em 30 anos, um ser humano amadurece atingindo a fase adulta; uma semente, após plantada, já está dando frutos e uma instituição já fez história.

Assim como os seres vivos, a FEPAM nasceu, cresceu e amadureceu, tendo se tornado o que conhecemos hoje, um local de vivências, aprendizagens e capacidade técnica imensurável. Todos nós fazemos parte desta história e, neste momento, devemos pensar que FEPAM queremos daqui a 30 anos e qual o nosso papel nesta construção. Espero em 30 anos olhar para trás e perceber a evolução de metodologias de trabalho, a união dos colegas, visualizar espaços de discussão, de treinamento e de cooperação. Como parte fundamental desta construção, me sentirei realizada em perceber que as marcas que deixei juntamente com meus colegas e parceiros nesta jornada, foram bases sólidas de um alicerce capaz de sustentar um meio ambiente equilibrado e saudável para a nossa e as próximas gerações.”

Paula, Analista Bióloga, mestranda em Geografia (UFRGS), ingressou em 2017. Desde então, atua na DIGEN - Divisão de Energia, do Departamento de Controle e atualmente exerce a função de Vice-Presidente, eleita, da Associação dos Servidores da FEPAM (ASFEPAM), exercício 2020-2022.

Reconhecida, relevante e formadora

Leonardo Fernandes Wink

“Espero que o futuro possibilite à população um reconhecimento maior da relevância do trabalho realizado pela FEPAM. Atualmente ela é considerada, por alguns, como aquela que “impede” ou “atrapalha” os empreendimentos, prejudicando o desenvolvimento econômico do Estado. No entanto, um dos objetivos fundamentais da instituição é, justamente, compatibilizar a utilização dos recursos ambientais necessários ao desenvolvimento com a qualidade ambiental. Torço, além disso, para que não só exista maior comunicação com as universidades, como também mais bolsistas de iniciação científica/estagiários fazendo parte da equipe técnica. Esse é um ambiente riquíssimo para a troca de experiências acerca da questão ambiental e aprimoramento profissional de todos. Inclusive, espero que as equipes sejam cada vez mais multidisciplinares.”

Leonardo, estudante universitário no curso de Geografia, 21 anos, é bolsista de Iniciação Científica no DQA - Departamento de Qualidade Ambiental, desde agosto de 2019.

ALMANAQUE AMBIENTAL

Pequeno glossário de “conceitos e causas ambientais” extraídos de processos, vistorias e reuniões

Vicente Valderez Biermann*

Causos selecionados

- 1. Auto de Infração** - Constatado a ocorrência de lançamento clandestino de esgoto doméstico na via pública, o técnico preenche o auto de infração com multa e advertência, e se dirige à residência do infrator para que este assine e receba o auto.

Na porta da casa uma pessoa atende, e o técnico pergunta:

- Aqui é a residência do Senhor Fulano de Tal.
- Sim

* Geólogo, DIRS/DECONT, e-mail: vicente-biermann@fepam.rs.gov.br; colaboração na pesquisa e revisão: Arno Leandro Kayser, DILC/DASP; Katia Helena Lipp Nissinen, DILAB/DF; Mirian Cobalchini, aposentada DILC/DASP.

– Sou da Secretaria da Saúde e quero entregar este auto de infração ao Senhor Fulano de Tal.

A pessoa abre a porta e o técnico se depara com um caixão no meio da sala, na volta o velório.

Quem atendeu diz:

– O senhor entre e entregue, se ele puder assinar...

2. **Aviário:** O proprietário de um aviário que também tinha embalagem e venda de ovos, telefona para o órgão ambiental, para esclarecimentos sobre seu licenciamento. Depois de várias transferências de ramais, até chegar ao técnico que realmente estava analisando o processo, e já cansado de esperar, desaba-fa para a técnica no telefone:

– Antes de continuar, quero saber se é a senhora mesmo que vai deixar lavar meus ovos.

3. **Bactérias:** Na reunião de esclarecimentos entre o técnico e consultor, a respeito do dimensionamento da estação de tratamento, o técnico questiona que a estação está mal dimensionada em relação ao volume de efluente, não havendo condições para o desenvolvimento de bactérias no consumo da matéria orgânica, ao que o consultor pergunta:

– E de que tamanho são estas tais de bactéria, para poder dimensionar a lagoa de tratamento?

4. **Benzeno:** Em um acidente envolvendo dois caminhões, um que transportava benzeno e o outro cebolas, as duas cargas se misturaram na estrada. Os técnicos que atenderam a emergência, além dos procedimentos de contenção e controle do benzeno, promoveram o recolhimento e a estocagem de todas as cebolas contaminadas. Coletado todo o material, foram encontrados alguns sacos com cebola escondidos num matagal próximo ao local do acidente. Logo aparece uma pessoa dizendo que a carga era dele.

Os técnicos explicaram que o alimento não servia para comer, pois estava contaminado e podia causar câncer, depois da explicação a pessoa falou:

– Mas eu não vou comer, vou vender!!!

5. **Chorume:** Na vistoria em uma madeireira, além do tratamento de madeira, havia uma fábrica de móveis. Os técnicos com o proprietário vistoriavam o tratamento de efluentes e a disposição de resíduos sólidos (serragem). Lá pelas tantas, perguntaram ao proprietário sobre a fabricação dos móveis, ao que ele respondeu:

– Os móveis estão no **chorrume**.

Os técnicos não entenderam bem a resposta, uma vez que não constataram emissão ou recolhimento de chorume. Estranharam também uma serraria gerar chorume. Repetiram a pergunta e ouviram a mesma resposta:

– Estão no **chorume**.

Na saída da vistoria, na frente da madeireira se deparam com uma enorme placa escrita: **show room de fábrica**.

6. **Chumbo:** “Chumbo evita desabamentos em áreas de riscos geológicos” dizia a manchete – “... Em caso de ameaça de prejuízos materiais ou humanos, podem ser requisitados a limpeza da área e **chumbamento** das placas de pedras instáveis...” (*ZH Dominical 10/06/2001*).
7. **Curtume:** A nova razão social da empresa ficou: **Cooperativa de trabalho de couros e peles de Muçum**, por estar localizada neste Município.
E alguém diz:
– Será que dá mais lucro do que curtir couro de boi? Como vão criar tanto bicho?
8. **Denúncia Anônima:** Uma carta denunciando o mau funcionamento de uma pocilga, denunciante dizendo no texto que é uma pessoa humilde sem escolaridade, mas preocupada com o meio ambiente, etc. lá pelas tantas escreve, *salvo melhor juízo, e data vênia*, conclui dizendo que: *não sou político, nem vereador desta câmara. Assinado: IgnorRado*
9. **Digestão Biológica:** Em vistoria em município para verificação da situação da disposição de resíduos sólidos urbanos (lixo), o Prefeito Municipal, orgulhoso, afirma que o município não tem problemas com o local de disposição do lixo, pois implantou um sistema de **Digestão Biológica**. Surpresos, os técnicos elogiaram o método, uma vez que ainda não tinham conhecimento de ter sido implantada no Estado essa metodologia. Então, resolveram verificar o *empreendimento*. No local, além do lixão espalhado por todo lado, havia mais ou menos uns dez porcos, quatro cabritos, cinco vacas, cachorros e muitas moscas. Todos estavam “biologicamente digerindo” plásticos, papel, matéria orgânica putrefata e outras iguarias.
10. **Lixo Seco** - A fim de facilitar o entendimento da população na campanha de coleta seletiva de lixo, uma prefeitura do interior orientou os moradores para separarem o lixo seco (inorgânico) e o lixo molhado (orgânico). A toda hora uma senhora ligava para a Secretária Municipal do Meio Ambiente dizendo:
– Doutora! Está chovendo! Como é que eu faço?
11. **Metais Pesados:** Os peixes do açude estão tão contaminados com metais pesados, que dá pra pescar com ímã.
12. **Ponto Branco:** “Não é uma manchinha na foto.” Em uma reunião em São Paulo, técnicos do órgão ambiental, seu chefe “ASPONE”, direção e técnicos da empresa multinacional olhavam uma enorme foto aérea da área de disposição de resíduos perigosos desta indústria, com explicação dos seus consultores.
Técnico:
– E onde ficam os poços de monitoramento do aterro?
O consultor apontando na foto:
– Um fica aqui, o outro ali e mais um por ali;
– E o ponto branco? Pergunta o Técnico.
O consultor meio esquecido, e com certa dificuldade em localizar, titubeia e diz:
– Não sei bem ao certo, acho que por aqui.

O chefe ASPONE, decidido e convicto então, mete o dedo na foto sobre uma mancha branca da foto aérea e define:

– Aqui tem um, bem branquinho.

13. Resíduos Perigosos: Explicação recebida por técnicos. Resíduos de couro curtidos ao cromo não podem ser considerados Classe I, por dois motivos:

(1º) Têm o mesmo cheiro que chulé.

(2º) Todo o sapato jogado fora estaria contaminando o meio ambiente.

14. Rejeito de Mineração: Na vistoria de avaliação da implantação do Plano de Controle Ambiental em uma pedreira, o técnico questiona por que não foram retirados os rejeitos da mineração (pedras e materiais não aproveitados) que estavam dispostos inadequadamente.

O proprietário responde:

– Está na Bíblia, Deus disse que no final será tudo pedra sobre pedra, então não precisa retirar.

E o técnico:

– Tanto a resolução do CONAMA, a Bíblia e Deus estão certos, pois eles dizem que **não ficará pedra sobre pedra**, portanto, essas devem ser retiradas e o local recuperado.

In memoriam

Lembramos e reconhecemos com gratidão os colegas que trabalharam na Instituição, contribuíram com histórias, tiveram parte ativa no trabalho de proteção e controle ambiental, e já nos deixaram para outro plano:

Maria de La Soledad Berassaluce (Paloma) – Engenheira Mecânica; Rogério Kurtz – Engenheiro Químico; Maria Ivani Lucas – Secretária; Magali Pressoto Villas Boas – Engenheira Química; Mariza Notari Bertoncelo – Engenheira Química; Ubi-rajara Consul Barrote (Bira Barrote) – Motorista; Rejane Scopell – Geóloga; Arthur Schultz – Geólogo; Ricardo Luiz Dobrovolski – Arquiteto; Valéria Maria Matos Alencastro – Secretária; Jorge Spartell Bhoerer – Chefe do Transporte; José Maria Jarmardo (Zezinho) – Geólogo; José Ernesto Gonçalves de Castro (Castro) – Químico; João Carlos Centeno Nunes (Quero-Quero) – Motorista; Hildegard Dal Ponte Tavares (Tatá) – Químico; Valdomiro Ferreira Ramos – Motorista; Salvador Castanha de Freitas – Motorista; Arynes de Figueiredo Ibias – Manutenção; Horácio Rene de Carvalho Saraiva – Motorista; Sérgio Brigoni – Engenheiro Mecânico; Edson Piniheiro – Engenheiro Civil; Maria Conceição de Oliveira – Engenheira Civil; Anete Dorigon – Jornalista; Luiz Antônio Jacques de Souza – Contador; Walmicir Piccini – Biólogo; Janete Sarmento da Silva – Secretária; Luis Simas – Serviços Gerais; Maria Regina Marques Saraiva – Arquiteta; Orestes Borges – Advogado; Ruth Rivadávia – Telefonista; Eunice Kertesz – Bióloga; Sérgio Troian de Carvalho – Químico; Maria Salete Gonçalves Souza – Agente Administrativa; Beatriz Weiss de Souza – Engenheira Química; Nelson Lewis – Coletor; Jose Cesar Viera da Cunha – Administrador de Empresas; Rogério Lessa de Curtis – Engenheiro Químico.

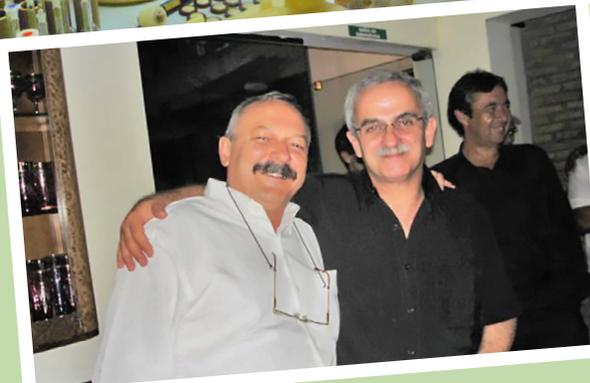
Pilares da nossa história

A história da FEPAM passa pela dedicação de muitos colegas, que passaram por lá anos de suas vidas e hoje curtem o merecido descanso da aposentadoria, embora sigam nos auxiliando. Em nome dos listados* aqui, está o nosso reconhecimento geral a todos.

Adao Avila, Alda Maria de Oliveira Correa, Ana Beatriz Lewgoy Iochpe, Ana Lucia Mastrascusa Rodrigues, Ana Rosa Severo Bered, Andre Luiz Pinto da Costa Soriano, Angela Margot Cornelius Schunemann, Antenor Pacheco Netto, Arai Maria Aparecida dos Santos Paz, Artur Renato Albeche Cardoso, Beatriz Ponte Troviscal, Carlos Alberto Rodrigues, Carmem de Souza Idalgo, Carmem Lucia Vicente Niquel, Carmem Marilia Machado Franco, Celso Camargo Gartner, Celso Troian de Carvalho, Clarice Barcellos de Souza, Clarice Torres de Lemos, Claudio Silva Costa, Cledion Aldo de Moura Peixoto, Conceição dos Santos Oliveira, Conceição Sousa Poester, Cristine Weissheimer, Diniz Maciel da Silva, Diva Teresinha Bordin Johnson, Edson Prado Machado, Efrain Tabasnik, Elba Calesso Teixeira, Eloisa Elena Mello Teixeira, Enio Henriques Leite, Erida Clementina Santos Ribas, Helena Paz da Cunha, Iara Juçara Helena Brito Martins, Iara Luci Ferrugem Velasques, Ieda Maria Cordeiro Osorio Da Silva, Ilse Rosito Dicki, Isoleide Beatriz Gomes Tubino, Jane Marta Soares Rodrigues, Jane Rodrigues Barbosa, Janine Ferreira Haase, Jeane Marly Conceição de Lima, Jose Antonio Garcez Sobrado, Jose Francisco Antunes, Jose Maria Furtado Lima, Jose Ricardo Druck Sanberg, Jovelina Pinto Lauxen, Juarez Freitas Mendonça, Juarez Martinez Mattos, Juliana Eva Avila da Silva, Kati Marisi Correa Carvalho, Leandro de Oliveira Ramos, Leila Affonso Reis de Souza, Lenir Machado Vaz, Lindoberto dos Santos Santana, Luis Alberto Severo da Costa, Luiz Carlos da Silva Stock, Luiz Fernando Guaragni, Marcia Bonow Lemieszek, Marco Aurelio Ramalho Correa, Maria da Conceição A. de Oliveira, Maria da Conceição M. Anghinoni, Maria Dolores Schuler Pineda, Maria Ereci Machado da Silva, Maria Helena Stringhini, Maria Heloisa Degrazia Pestana, Maria Ines Marks, Maria Isabel Stumpf Chiappetti, Maria Lucia Kolowski Rodrigues, Maria Lucia Oscar Ribas, Maria Luiza Rabaldo Gatto, Maria Regina Noronha, Maria Salete Cobalchini, Marilia Schmidt Barum, Marineide Costa, Mario Rogerio Kolberg Soares, Mariza Wagner Espinoza, Marta Dabdab Domingues Segalla, Marta Elisabeth Valim Labres, Mauro Gomes de Moura, Mirian Cobalchini, Moises da Silva Santos, Nadia Boeira Soares, Nara Catarina Moreira Lopes, Nara Regina Terra, Nara Rosane do Carmo, Nelson Jose Dudek, Neusa Pierdona Maitelli, Paulo Regis Rosa da Silva, Paulo Roberto Bello Fallavena, Paulo Roberto da Rosa Barbosa, Paulo Roberto de La Rocha, Regina Maria D. Gomes de Freitas, Rejane Nunes da Conceição, Rejane Vargas Dornelles, Renato Joao Zucchetti, Roberto dos Santos Claro, Rosana Carapeços de Lima, Rosaura Nunes e Silva, Sergio Modezeiski Pereira, Sergio Rohde, Sidnei Carneiro e Silva, Silvana Maurell Gomes, Silvia Mara Pagel, Sonia Elizabeth Caminha Porres, Suzi Meri de Souza Dorigon, Tania Regina Prauchner, Tony Stephanou, Tupy Jose Feijo Neto, Vanise Tombesi Pires, Vera Beatriz Duso, Vera Maria Ferrão Vargas, Vilson Trava Dutra Filho, Vitalina Cansi Gallon, Vitor Hugo Rodrigues, Zeli Rocha Maeda, João Carlos Petrucci, Simone Haas, Alzira Abade de Souza, Assis Piccini, Claudia Laydner, Clovis Cassini, Elisabeth Ibi Krieger, Ewelín Canizares, Joaquim Machado, Jorge Cuozzo, Lídio Nunes, Margareth Hoepfer, Maria Elisa Rosa, Lucia Coelho, Silvia de Mello, Tarcísio Isaias, Vladimir Ortiz, Volney Fraga, Claudio Dilda, Antenor Ferrari, Regina Telli, Luciano Teodoro Marques, Ana Maria Pellini, Claudio Roberto Bertoldo Langone, Nilvo Luiz Alves da Silva, Carlos Fernando Niedersberg, Flávio Ferreira Presser, Verena Nygaard, Gabriele Gottlieb, Irineu Ernani Schneider, Marcia de Sousa Gomes, Renato Lauri Breunig, Wilson Rodrigues de Godoi.

*Fonte: Divisão de Recursos Humanos.

Álbum de recordações











Agradecimento

Agradecemos a todos os colegas e demais colaboradores que contribuíram com textos, fotografias, ilustrações e memórias. Às equipes de revisão, design, diagramação, editoração eletrônica, e de impressão gráfica, o nosso agradecimento pelo empenho à finalização desta edição em um curto prazo.

Enfatizamos nosso anseio de aqui homenagear, tornar conhecidos e lembrados todos os que dão hoje, ou deram no passado, sua dedicação à nossa Instituição, ou aos órgãos que a precederam. E, de modo geral, a todos que, direta ou indiretamente com seu trabalho, vêm contribuindo para a preservação ambiental e a proteção da vida.

Tentamos ao máximo fazer um registro abrangente. Todavia, lamentamos que as dificuldades operacionais e humanas impostas pela pandemia no corrente período de 2020, certamente, não nos permitiram alcançar a inclusão de algumas pessoas que deveriam ser mencionadas e de imagens ilustrativas da trajetória até o momento.

Nosso desejo é que os leitores desfrutem e se motivem com esse trabalho. E, assim, os colaboradores da FEPAM tornem a Fundação melhor e fortalecida à altura dos desafios vindouros, honrando sua história dedicada à defesa do meio ambiente e à serviço da sociedade gaúcha.

A Comissão Editorial



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA